

ORGANIZADORA

Simone Tiemi Hashiguti

# EXPURGAR A DOR

Reflexões  
sobre linguagem  
e criações  
artísticas  
de sobrevivência  
durante  
a pandemia  
de Covid-19

ORGANIZADORA

Simone Tiemi Hashiguti

# EXPURGAR A DOR

Reflexões  
sobre linguagem  
e criações  
artísticas  
de sobrevivência  
durante  
a pandemia  
de Covid-19

São Paulo · 2022 ·





Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2022 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2022 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

## CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

### Doutores e Doutoradas

Airton Carlos Batistela <i>Universidade Católica do Paraná, Brasil</i>	Bernadette Beber <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Alaim Souza Neto <i>Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil</i>	Breno de Oliveira Ferreira <i>Universidade Federal do Amazonas, Brasil</i>
Alessandra Regina Müller Germani <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Carla Wanessa Caffagni <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Alexandre Antonio Timbane <i>Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil</i>	Carlos Adriano Martins <i>Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil</i>
Alexandre Silva Santos Filho <i>Universidade Federal de Goiás, Brasil</i>	Caroline Chioquetta Lorenset <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Aline Daiane Nunes Mascarenhas <i>Universidade Estadual da Bahia, Brasil</i>	Cláudia Samuel Kessler <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>
Aline Pires de Moraes <i>Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil</i>	Daniel Nascimento e Silva <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Aline Wendpap Nunes de Siqueira <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>	Daniela Susana Segre Guertzenstein <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Ana Carolina Machado Ferrari <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>	Danielle Aparecida Nascimento dos Santos <i>Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil</i>
Andre Luiz Alvarenga de Souza <i>Emill Brunner World University, Estados Unidos</i>	Delton Aparecido Felipe <i>Universidade Estadual de Maringá, Brasil</i>
Andreza Regina Lopes da Silva <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Dorama de Miranda Carvalho <i>Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil</i>
Antonio Henrique Coutelo de Moraes <i>Universidade Católica de Pernambuco, Brasil</i>	Doris Roncareli <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Arthur Vianna Ferreira <i>Universidade Católica de São Paulo, Brasil</i>	Edson da Silva <i>Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil</i>
Bárbara Amaral da Silva <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>	Elena Maria Mallmann <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>
Beatriz Braga Bezerra <i>Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil</i>	Emanuel Cesar Pires Assis <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>

- Erika Viviane Costa Vieira  
*Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil*
- Everly Pegoraro  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*
- Fábio Santos de Andrade  
*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*
- Fauston Negreiros  
*Universidade Federal do Ceará, Brasil*
- Felipe Henrique Monteiro Oliveira  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*
- Fernando Barcellos Razuck  
*Universidade de Brasília, Brasil*
- Francisca de Assiz Carvalho  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*
- Gabriela da Cunha Barbosa Saldanha  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*
- Gabrielle da Silva Forster  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*
- Guilherme do Val Toledo Prado  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*
- Hebert Elias Lobo Sosa  
*Universidad de Los Andes, Venezuela*
- Helciclever Barros da Silva Vitoriano  
*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil*
- Helen de Oliveira Faria  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*
- Heloisa Candello  
*IBM e University of Brighton, Inglaterra*
- Heloisa Juncklaus Preis Moraes  
*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*
- Humberto Costa  
*Universidade Federal do Paraná, Brasil*
- Ismael Montero Fernández,  
*Universidade Federal de Roraima, Brasil*
- Jeronimo Becker Flores  
*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*
- Jorge Eschriqui Vieira Pinto  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*
- Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*
- José Luís Giovanoni Fornos Pontifícia  
*Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*
- Josué Antunes de Macêdo  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*
- Júlia Carolina da Costa Santos  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*
- Juliana de Oliveira Vicentini  
*Universidade de São Paulo, Brasil*
- Juliana Tiburcio Silveira-Fossaluzza  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*
- Julierme Sebastião Morais Souza  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*
- Karlla Christine Araújo Souza  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*
- Laionel Vieira da Silva  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*
- Leandro Fabrício Campelo  
*Universidade de São Paulo, Brasil*
- Leonardo Jose Leite da Rocha Vaz  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*
- Leonardo Pinheiro Mozdzenski  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*
- Lidia Oliveira  
*Universidade de Aveiro, Portugal*
- Luan Gomes dos Santos de Oliveira  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*
- Luciano Carlos Mendes Freitas Filho  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*
- Lucila Romano Tragtenberg  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*
- Lucimara Rett  
*Universidade Metodista de São Paulo, Brasil*
- Marceli Cherchiglia Aquino  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*
- Marcia Raika Silva Lima  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*
- Marcos Pereira dos Santos  
*Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México*
- Marcos Uzel Pereira da Silva  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*
- Marcus Fernando da Silva Praxedes  
*Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil*
- Margareth de Souza Freitas Thomopoulos  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*
- Maria Angelica Penatti Pipitone  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*
- Maria Cristina Giorgi  
*Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil*
- Maria de Fátima Scaffo  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*
- Maria Isabel Imbrônio  
*Universidade de São Paulo, Brasil*
- Maria Luzia da Silva Santana  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*
- Maria Sandra Montenegro Silva Leão  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Michele Marcelo Silva Bortolai  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Miguel Rodrigues Netto  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Nara Oliveira Salles  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Neli Maria Mengalli  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Patricia Biegging  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Patrícia Helena dos Santos Carneiro  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Patrícia Oliveira  
*Universidade de Aveiro, Portugal*

Patrícia Mara de Carvalho Costa Leite  
*Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil*

Paulo Augusto Tamanini  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Priscilla Stuart da Silva  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Radamés Mesquita Rogério  
*Universidade Federal do Ceará, Brasil*

Ramofly Bicalho Dos Santos  
*Universidade de Campinas, Brasil*

Ramon Taniguchi Piretti Brandao  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Rarielle Rodrigues Lima  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*

Raul Inácio Busarello  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Renatto Cesar Marcondes  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Ricardo Luiz de Bittencourt  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Rita Oliveira  
*Universidade de Aveiro, Portugal*

Robson Teles Gomes  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Rodiney Marcelo Braga dos Santos  
*Universidade Federal de Roraima, Brasil*

Rodrigo Amancio de Assis  
*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Rodrigo Sarruge Molina  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Rosane de Fatima Antunes Obregon  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*

Sebastião Silva Soares  
*Universidade Federal do Tocantins, Brasil*

Simone Alves de Carvalho  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Stela Maris Vaucher Farias  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Tadeu João Ribeiro Baptista  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Taiza da Silva Gama  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Tania Micheline Miorando  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Tarcísio Vanzin  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Thiago Barbosa Soares  
*Universidade Federal de São Carlos, Brasil*

Thiago Camargo Iwamoto  
*Universidade de Brasília, Brasil*

Thiago Guerreiro Bastos  
*Universidade Estácio de Sá e Centro Universitário Carioca, Brasil*

Thyana Farias Galvão  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Valdir Lamim Guedes Junior  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Valeska Maria Fortes de Oliveira  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*

Vania Ribas Ulbricht  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Walter de Carvalho Braga Júnior  
*Universidade Estadual do Ceará, Brasil*

Wagner Corsino Enedino  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

Wanderson Souza Rabello  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Washington Sales do Monte  
*Universidade Federal de Sergipe, Brasil*

Wellington Furtado Ramos  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

## PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

## Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Adilson Cristiano Habowski <i>Universidade La Salle - Canoas, Brasil</i>	Antônia de Jesus Alves dos Santos <i>Universidade Federal da Bahia, Brasil</i>
Adriana Flavia Neu <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Antonio Edson Alves da Silva <i>Universidade Estadual do Ceará, Brasil</i>
Aguimario Pimentel Silva <i>Instituto Federal de Alagoas, Brasil</i>	Ariane Maria Peronio Maria Fortes <i>Universidade de Passo Fundo, Brasil</i>
Alessandra Dale Giacomini Terra <i>Universidade Federal Fluminense, Brasil</i>	Ary Albuquerque Cavalcanti Junior <i>Universidade do Estado da Bahia, Brasil</i>
Alessandra Figueiró Thornton <i>Universidade Luterana do Brasil, Brasil</i>	Bianca Gabriely Ferreira Silva <i>Universidade Federal de Pernambuco, Brasil</i>
Alessandro Pinto Ribeiro <i>Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil</i>	Bianka de Abreu Severo <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>
Alexandre João Appio <i>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil</i>	Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos <i>Universidade do Vale do Itajaí, Brasil</i>
Aline Corso <i>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil</i>	Bruna Donato Reche <i>Universidade Estadual de Londrina, Brasil</i>
Aline Marques Marino <i>Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Brasil</i>	Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>
Aline Patricia Campos de Tolentino Lima <i>Centro Universitário Moura Lacerda, Brasil</i>	Camila Amaral Pereira <i>Universidade Estadual de Campinas, Brasil</i>
Ana Emídia Sousa Rocha <i>Universidade do Estado da Bahia, Brasil</i>	Carlos Eduardo Damian Leite <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Ana Iara Silva Deus <i>Universidade de Passo Fundo, Brasil</i>	Carlos Jordan Lapa Alves <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
Ana Julia Bonzanini Bernardi <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>	Carolina Fontana da Silva <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>
Ana Rosa Gonçalves De Paula Guimarães <i>Universidade Federal de Uberlândia, Brasil</i>	Carolina Fragoço Gonçalves <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
André Gobbo <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>	Cássio Michel dos Santos Camargo <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil</i>
André Luis Cardoso Tropiano <i>Universidade Nova de Lisboa, Portugal</i>	Cecilia Machado Henriques <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>
André Ricardo Gan <i>Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil</i>	Cintia Moralles Camillo <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>
Andressa Antonio de Oliveira <i>Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil</i>	Claudia Dourado de Salces <i>Universidade Estadual de Campinas, Brasil</i>
Andressa Wiebusch <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Cleonice de Fátima Martins <i>Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil</i>
Angela Maria Farah <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>	Cristiane Silva Fontes <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>
Anísio Batista Pereira <i>Universidade Federal de Uberlândia, Brasil</i>	Cristiano das Neves Vilela <i>Universidade Federal de Sergipe, Brasil</i>
Anne Karynne da Silva Barbosa <i>Universidade Federal do Maranhão, Brasil</i>	Daniele Cristine Rodrigues <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>

- Daniella de Jesus Lima  
*Universidade Tiradentes, Brasil*
- Dayara Rosa Silva Vieira  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*
- Dayse Rodrigues dos Santos  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*
- Dayse Sampaio Lopes Borges  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*
- Deborah Susane Sampaio Sousa Lima  
*Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil*
- Diego Pizarro  
*Instituto Federal de Brasília, Brasil*
- Diogo Luiz Lima Augusto  
*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil*
- Ederson Silveira  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*
- Elaine Santana de Souza  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*
- Eleonora das Neves Simões  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*
- Elias Theodoro Mateus  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*
- Elisiene Borges Leal  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*
- Elizabete de Paula Pacheco  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*
- Elizânia Sousa do Nascimento  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*
- Elton Simomukay  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*
- Elvira Rodrigues de Santana  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*
- Emanuella Silveira Vasconcelos  
*Universidade Estadual de Roraima, Brasil*
- Érika Catarina de Melo Alves  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*
- Everton Boff  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*
- Fabiana Aparecida Vilaça  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*
- Fabiano Antonio Melo  
*Universidade Nova de Lisboa, Portugal*
- Fabricia Lopes Pinheiro  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*
- Fabício Nascimento da Cruz  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*
- Fabício Tonetto Londero  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*
- Francisco Geová Goveia Silva Júnior  
*Universidade Potiguar, Brasil*
- Francisco Isaac Dantas de Oliveira  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*
- Francisco Jeimes de Oliveira Paiva  
*Universidade Estadual do Ceará, Brasil*
- Gabriella Eldereti Machado  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*
- Gean Breda Queiros  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*
- Germano Ehleret Pollnow  
*Universidade Federal de Pelotas, Brasil*
- Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*
- Glaucio Martins da Silva Bandeira  
*Universidade Federal Fluminense, Brasil*
- Handherson Leylton Costa Damasceno  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*
- Helena Azevedo Paulo de Almeida  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*
- Heliton Diego Lau  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*
- Hendy Barbosa Santos  
*Faculdade de Artes do Paraná, Brasil*
- Inara Antunes Vieira Willerding  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*
- Ivan Farias Barreto  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*
- Jacqueline de Castro Rimá  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*
- Jeane Carla Oliveira de Melo  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*
- João Eudes Portela de Sousa  
*Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil*
- João Henriques de Sousa Junior  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*
- Joelson Alves Onofre  
*Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil*
- Juliana da Silva Paiva  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*
- Junior César Ferreira de Castro  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*
- Lais Braga Costa  
*Universidade de Cruz Alta, Brasil*
- Leia Mayer Eyng  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*
- Manoel Augusto Polastreli Barbosa  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*



Marcio Bernardino Sirino  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Marcos de Souza Machado  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Marcos dos Reis Batista  
*Universidade Federal do Pará, Brasil*

Maria Aparecida da Silva Santandel  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*

Maurício José de Souza Neto  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Michele de Oliveira Sampaio  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Miriam Leite Farias  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Natália de Borba Pugens  
*Universidade La Salle, Brasil*

Patricia Flavia Mota  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Raick de Jesus Souza  
*Fundação Oswaldo Cruz, Brasil*

Railson Pereira Souza  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*

Rogério Rauber  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Samuel André Pompeo  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Simoni Urnau Bonfiglio  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Tayson Ribeiro Teles  
*Universidade Federal do Acre, Brasil*

Valdemar Valente Júnior  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*

Wallace da Silva Mello  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Wellton da Silva de Fátima  
*Universidade Federal Fluminense, Brasil*

Weyber Rodrigues de Souza  
*Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil*

Wilder Kleber Fernandes de Santana  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

## PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.



Direção editorial Patricia Biegling  
 Raul Inácio Busarello

Editora executiva Patricia Biegling

Coordenadora editorial Landressa Rita Schiefelbein

Assistente editorial Caroline dos Reis Soares

Diretor de criação Raul Inácio Busarello

Assistente de arte Lígia Andrade Machado

Editoração eletrônica Lucas Andrius de Oliveira  
 Peter Valmorbida

Imagens da capa Alessandro Ribeiro Corrêa

Revisão Fabiane Lemes

Organizadora Simone Tiemi Hashiguti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E96

Expurgar a dor: reflexões sobre linguagem e criações artísticas de sobrevivência durante a pandemia de Covid-19 / Simone Tiemi Hashiguti (Organizadora). – São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-433-3

DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.333

1. Linguagem. 2. Educação. 3. Sociedade. 4. Pesquisa.  
 5. Ensino remoto.. I. Hashiguti, Simone Tiemi (Organizadora).  
 II. Título.

CDD: 418.007

Índice para catálogo sistemático:

I. Linguagem

Janaina Ramos – Bibliotecária – CRB-8/9166

**PIMENTA CULTURAL**

São Paulo - SP

Telefone: +55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 2

## SUMÁRIO

**Apresentação do volume ..... 13**

### PARTE I

**Apresentação da Parte I ..... 24**

*Alexandre Cadilhe*

Capítulo 1

**“A educação não pode parar”?**

ensino remoto e o discurso neoliberal ..... 28

*Cristiane Carvalho de Paula Brito*

*Mariana Ruíz Nascimento*

*Simone Tiemi Hashiguti*

Capítulo 2

**Saúde e/ou empregos?**

Vidas (não) enlutáveis durante a pandemia ..... 56

*Rogério de Castro Ângelo*

Capítulo 3

**Violência familiar e colonialismo:**

(re)significação do feminicídio

em tempos de COVID-19 ..... 89

*Fabiane Lemes*

Capítulo 4

- A COVID como “punição divina”:**  
 objetificação das sexualidades queer  
 numa formação discursiva cristã ..... 106  
*San Thiago de Araújo e Silva*

Capítulo 5

- Sobre as formas das manifestações  
 de afeto na pandemia de coronavírus** ..... 135  
*Giselly Tiago Ribeiro Amado*  
*Isabella Zaiden Zara Fagundes*

Capítulo 6

- Um outro mundo é possível:**  
 o duplo devir pós-pandemia mundial ..... 152  
*Eliana de Sousa Andrade Ladeira*

**PARTE II**

- Apresentação da Parte II** ..... 172  
*Simone Batista da Silva*

- Um grito da janela** ..... 175  
*Daniilo Côrrea Pinto*

- Vírus** ..... 178  
*Max Andrade*

- Espelho** ..... 179  
*Victor Peçanha de Miranda Coelho*



<b>Insônia</b> .....	180
<i>Henrique de Oliveira Moreira</i>	
<b>O vírus do século XXI</b> .....	181
<i>San Thiago de Araújo e Silva</i>	
<b>A viralização da dor</b> .....	182
<i>Fabiene de Oliveira Santos</i>	
<b>Cemitério dos vivos</b> .....	184
<i>Otaviano José Pereira</i>	
<b>Poesia a dois amigos</b> .....	186
<i>Allyne Garcia Bisinotto</i>	
<b>Sistema educacional brasileiro de pandemia</b> .....	187
<i>San Thiago de Araújo e Silva</i>	
<b>Tempos difíceis</b> .....	188
<i>Allyne Garcia Bisinotto</i>	
<b>Enfrentamento (Autorretrato)</b> .....	189
<i>Giselly Tiago Ribeiro Amado</i>	
<b>Esperança:</b> vida inteligente .....	190
<i>Joyce Silvestre de Sousa</i>	
<b>COVID-19</b> .....	191
<i>Rogério de Castro Ângelo</i>	



**Devir-(sobre)vivência..... 192**

*Isabella Zaiden*

**Faça um ato heroico..... 193**

*Max Andrade*

**“Experimento de Vazio” ..... 194**

*Alessandro Corrêa - outubro de 2021*

**Sobre os autores e as autoras ..... 199**



## APRESENTAÇÃO DO VOLUME

### **I can't breathe.**

Simone Tiemi Hashiguti

I can't breathe.  
 I can't breathe.  
 I can't breathe.  
 I can't breathe.  
 I can't breathe.  
 I can't breathe.  
 I can't breathe.  
 I can't breathe.  
 I can't breathe.  
 I can't breathe.  
 I can't breathe.  
 I can't breathe.  
 I can't breathe.  
 I can't breathe.  
 I can't breathe.  
 I can't breathe.  
 I can't breathe.  
 I can't breathe.  
 I can't breathe.  
 I can't breathe.  
 I can't breathe.  
 I can't breathe.  
 I can't breathe.

*I can't breathe.* Esse enunciado foi repetido em diferentes formulações mais de 20 vezes por George Floyd, antes de morrer sufocado sob a perna de um policial, no dia 25 de maio de 2020. Vídeos e áudios sobre esse evento circularam na internet e, de forma dilacerante, fizeram ser possível ouvi-lo suplicar pela sua vida enquanto nenhum daqueles que o prenderam o ouviam. Relatam vários jornais que Floyd, um residente de Minneapolis, tinha 46 anos e havia perdido



o emprego de segurança desde o início do isolamento social por motivo da pandemia do COVI-19. Floyd foi abordado por policiais naquele dia sob suspeita de ter usado uma nota de US\$20 falsificada.

“Não consigo respirar.”, ecoa e eterniza o sofrimento de Floyd, e parece sintetizar ou representar os acontecimentos do ano 2020 no mundo e também no primeiro semestre de 2021 que temos vivido no Brasil, quando estas linhas são escritas. De dupla maneira, esse enunciado resume, por um lado, a relação de vida e morte em nosso estrato histórico, marcado por tantos outros episódios relacionados à violência, ao racismo, ao descaso e à comoditização da vida, ações e processos que resultam de camadas históricas bem compactadas, constituídas por instituições e relações de poder de tradição patriarcal (LERNER, 2019), eurocêntrica (QUIJANO, 1991; MIGNOLO, 2000), branca e heteronormativa, em suas formas neoliberalizadas (SOUSA SANTOS, 2005), e, por outro lado, o enunciado se torna uma constatação e afirmação coletiva, que materializa a crítica veemente de vários indivíduos de vários grupos sociais aos sistemas e práticas político-econômicas e sociais que vêm promovendo a desigualdade e a intolerância e as mortes que seriam evitáveis. Neste sentido, o enunciado exprime uma posição de resistência à opressão e à violência: como corpos descartáveis, que têm lugar apenas se úteis (KRENAK, 2020) a um sistema econômico, não conseguimos respirar.

De fato, nossa experiência colonial no Brasil e em várias outras partes do mundo vem carregada de muitos exemplos da nossa dificuldade de respirar. Seja porque somos o outro do heteronormativo (LUGONES, 2007; WITTIG, 1982) , isto é, mulheres, gays, lésbicas, transexuais, dentre outras categorias inventadas como destoantes do que é considerado padrão, seja porque somos o sujeito racializado – negro, asiático, latino, dentre outras ficções (MBEMBE, 2018), seja porque somos imigrantes, asilados ou refugiados fugindo de guerras, conflito e pobreza, seja porque somos uma intersecção (CRENSHAW, 2002) de tudo isso, ou seja ainda porque somos literalmente

soterrados pelo descaso das multinacionais<sup>1</sup>, ou porque o ar é de fumaça de queimadas criminosas de nossas florestas<sup>2</sup>, e porque um microrganismo nos está lembrando de que estamos todas e todos interligados numa grande coletividade. Essas circunstâncias têm sido amplamente documentadas em textos e imagens que inundam o cotidiano das notícias que nos chegam e que vimos, em alguma medida, discutindo também no CID - Grupo de Pesquisa O Corpo e a Imagem no Discurso<sup>3</sup>. No CID, entendemos que temos encarnadas em nossos corpos todas essas experiências de convivência humana e que, por vezes, precisamos falar sobre isso, dar vazão a formas de expressão que nos possibilitem, talvez, formular um pouco a dor ou nos dar um momento de respiro. Os textos e artes aqui reunidos surgiram dessa demanda de vazar uma dor.

No interior das pesquisas transgressivas (PENNYCOOK, 1998) sobre linguagem e produção de sentidos, temas como a barbárie, a indiferença e a violência na relação com a linguagem e em processos de produção de sentidos têm sido discutidos pelo Grupo. O ímpeto de problematizar e compreender questões sociais urgentes é um traço que tem sido visibilizado em nossos eventos, publicações e temas de pesquisas e que tem sido problematizado em quadros teórico-analíticos complexos, que são constituídos com referências, sobretudo, da Linguística Aplicada Crítica, da Análise de Discurso, da Filosofia, do Pensamento Decolonial e das Epistemologias Emergentes, como será possível acompanhar pelos textos na primeira parte desta coletânea.

- 1 Aqui, me refiro à tragédia de Brumadinho (MG), que ocorreu em 25 de janeiro de 2019, quando uma barragem de rejeitos de um minério de ferro da multinacional Vale se rompeu, soterrando parte da cidade e matando 270 pessoas e deixando mais outras 10 desaparecidas.
- 2 Aqui me refiro aos incêndios que devastaram o Pantanal brasileiro em 2020 e ao aumento de mais de 200% das queimadas entre os anos de 2019 e 2020, como indica o INPE (<http://www.inpe.br/noticias/?chave=queimadas>).
- 3 Sobre isso, ver, por exemplo, Hashiguti, 2020; Lemes, 2020 e 2019 e Hashiguti, Lemes & Paiva, 2016.

Além disso, outros traços que nos marcam como grupo são a criatividade, o carinho, o cuidado com o outro e o companheirismo para realizar feitos, aprender e celebrar a vida em conjunto. A partir dessas condições, foi em uma das primeiras reuniões virtuais do Grupo, logo no início da pandemia de Covid-19, em abril de 2020, quando comentamos como o cenário sombrio nos meses que viriam nos deixavam sem palavras para expressar a explosão de sentimentos misturados, que a ideia do livro surgiu. A proposta foi, então, a de reunir produções que pudessem dar voz às nossas angústias e inquietações sociais e afetivas e que se manifestaram em nós tão intensamente desde os primeiros dias da pandemia. Foi uma proposta de as transformar em palavras, desenhos, ilustrações e na maneira que nos é possível, tanto a partir de conceitos que nos servem como lentes de interpretação, quanto a partir de uma liberdade criativa para fazer surgir outras formas de expressão. Foi, antes de tudo, uma estratégia para dar lugar à emergência de materialidades que funcionassem quase como um expurgo e nos dessem espaço para respirar, e que, ao mesmo tempo, documentassem uma história que precisa ser contada. O que resulta do acolhimento dessa proposta pelos membros do CID, e depois ainda por outras pessoas queridas de nossa rede de afetos, são produções que se organizam em duas partes.

A primeira parte é constituída de artigos científicos que revolvem em torno de questões e problemas sociais imediatamente causados ou agravados pela pandemia e pela inoperância de um Estado que se volta mais para o mercado e menos para a manutenção do bem-social. O capítulo que abre essa seção é intitulado *“A educação não pode parar”?* *Ensino remoto e o discurso neoliberal* e aborda uma das primeiras variações do enunciado *“A vida não pode parar.”*, que começaram a circular imediatamente após o início da pandemia. Ecoando outras proposições semelhantes, respaldadas apenas na lógica neoliberal, em que tempo é dinheiro e vida só é válida se produtiva, a proposição é analisada por Brito & Nascimento & Hashiguti em sua ocorrência



em materiais de divulgação de instituições educacionais públicas e privadas. O que causa espanto na circulação dessa proposição bem como de outras do mesmo enunciado, apontam as autoras, é a rapidez como ela foi proposta pelas instituições e com estratégias discursivas de mercado e consumo que desconsideraram e passaram por cima de orientações científicas para preservação da vida. Esse texto também abre a sequência de quatro capítulos que se pautam mais especificamente em análises de cunho discursivo de alguns *corpora* de investigação, explorando circunstâncias discursivamente endurecidas, relacionadas às categorias de identificação social coloniais ou ao efeito da lógica neoliberal na preservação (ou não) da vida.

O segundo capítulo, *Saúde e/ou empregos? Vidas (não) enlutáveis durante a pandemia*, de Rogério de Castro Ângelo, também aborda o tema da “vida que não pode parar”. Ângelo debruçou-se sobre os pronunciamentos feitos pelo Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, em rede nacional no período entre 06/03/2020 e 16/04/2020 e sobre publicações de jornais de grande circulação alinhados com o posicionamento do Presidente, sobre as possíveis formas de enfrentamento da pandemia, para realizar uma análise discursiva sobre as regularidades de sentidos nesses materiais. Em meio à construção discursiva de uma imagem de “governo como herói” que luta para manter a economia e as empregos durante a pandemia, como compreende o autor em sua análise, tecem-se propostas de flexibilização das medidas de quarentena, de forma que fica visível que o que menos vale na pandemia são as vidas de algumas pessoas – a saber, as vidas de pessoas trabalhadoras que estariam sendo motivadas a não manterem isolamento social e a saírem para trabalhar sob o risco de que perderiam seus empregos por causa do que se alegava ser somente uma “gripezinha”.

Os próximos dois capítulos abordam como corpos generificados têm sido afetados durante a pandemia. Em *Violência familiar e colonialismo: (re)significação do feminicídio em tempos de COVID-19*,

Fabiane Lemes discute o feminicídio como manifestação máxima da colonialidade de gêneros e do processo de objetivação do corpo da mulher como propriedade do homem. Essa forma de relação se agrava no contexto da pandemia e na situação de isolamento físico, em que as mulheres acabam ficando confinadas com seus agressores e muitas vezes impedidas de procurar e obter ajuda. Baseando-se em autoras(es) feministas e decoloniais, Lemes discorre sobre a naturalização histórica e mesmo a legitimação da objetificação da mulher e dos atos de violência ao seu corpo, que vão desde insultos a violência física, estupro e assassinato. Como fica visível nos dados por ela analisados, sujeitos em posições discursivas sexistas e patriarcais tendem a culpabilizar as próprias mulheres pela violência que elas sofrem, num funcionamento discursivo cruel, injusto e que pode ter consequências trágicas.

Já em *A COVID como "punição divina": objetificação das sexualidades queer numa formação discursiva cristã*, San Thiago de Araújo e Silva realiza uma análise discursiva de textos circulados nas mídias sociais e de autoria de figuras públicas e ligadas a religiões e que, ao discorrerem sobre a pandemia de COVID-19, interpretam-na como um castigo divino pelos pecados cometidos por pessoas de vivência *queer*. O autor retoma postagens de pastores que enunciam esse sentido em interpretações tendenciosas que fazem de manifestações artísticas em que personagens bíblicos são representados como de identidade gay e amparando-se em suas interpretações de trechos do texto Bíblico. Para esses pastores, manifestações desse tipo seriam afrontas a Deus, profanações passíveis de punição, o que explicaria a origem da pandemia como relacionada à existência de indivíduos *queer*, e novamente num funcionamento discursivo que mantém uma hierarquia social de valores e normalidade para os corpos.

No capítulo seguinte, intitulado *Sobre as formas das manifestações de afeto na pandemia de coronavírus*, Giselly Tiago Ribeiro Amado e Isabella Zaiden Zara Fagundes exploram com sensibilidade o tema da perda e do luto no contexto da pandemia de COVID-19. Retomando as

notícias que vimos acompanhando sobre o alto número de mortes causadas por infecções do vírus e refletindo sobre as medidas de segurança para evitar o contágio, as autoras discorrem sobre a impossibilidade de manutenção dos rituais de despedida, sobre o efeito dessa impossibilidade na potência de viver de quem fica e sobre alternativas que têm sido criadas para ser minimamente possível e viável alguma forma de despedida. Amado e Fagundes se apoiam, por exemplo, em textos e conceitos de Gilles Deleuze e Felix Guattari, Baruch Spinoza e Michel Foucault, dentre outros, e refletem diretamente sobre o corpo de sentimentos, que é, ao mesmo tempo, o corpo fragilizado diante do vírus, reorganizado e reconfigurado com paramentos em função das medidas sanitárias e que tem que encontrar novas formas de realizar o luto e demonstrar afetuosidade ao outro. Esse capítulo começa uma transição para reflexões mais fluidas, baseadas em fluxos de intensidade, aumento de potência e criação, que se materializa também na Parte II.

Por fim, em *Um outro mundo é possível: o duplo devir pós-pandemia mundial*, Eliana de Sousa Andrade Ladeira nos apresenta um ensaio sobre as nossas condições de existência durante a pandemia e sobre a maneira como suas consequências ficam potencializadas na forma de viver capitalista. Baseando-se na obra de Maurizio Lazzarato e no seu conceito de acontecimento, a autora propõe que a pandemia, apesar de todas as mortes e todo o sofrimento que vem causando, poderia se constituir como um acontecimento capaz de fazer “despontar novas possibilidades de vida e a criação de um novo campo de possíveis”. Ladeira vislumbra que a experiência de vivência coletiva na pandemia possa dar vazão a uma nova interpretação da sociedade capitalista e de suas falhas frente à vida e à ação política que considere o existir coletivamente, de forma que novas subjetividades e novas maneiras de sentir e viver emergjam como propostas e práticas depois da pandemia.

Já a segunda parte da coletânea é composta pelos poemas: *A viralização da dor*, de Fabiene de Oliveira Santos; *Espelho*, de Victor Peçanha de Miranda Coelho; *Cemitério dos vivos*, de Otaviano José Pereira; *Poesia a dois amigos* e *Tempos difíceis*, ambas de Allyne Garcia Bisinotto; *Esperança: vida inteligente*, de Joyce Silvestre de Sousa; *COVID-19*, de Rogério de Castro Ângelo e *Devir-(sobre)vivência*, de Isabella Zaiden Zara Fagundes, além dos contos *Um grito da janela*, de Danilo Côrrea Pinto, e *Insônia*, de Henrique de Oliveira Moreira, e dos desenhos *Faça um ato heroico* e *Vírus*, ambos de Max Andrade, *O vírus do século XXI* e *Sistema Educacional Brasileiro de Pandemia*, de San Thiago de Araújo e Silva, e *Enfrentamento (Autorretrato)*, de Giselly Tiago Ribeiro Amado.

Cada parte da coletânea conta ainda com textos de abertura elaborados por intelectuais de fora do grupo e que, gentilmente, aceitaram nosso convite e se disponibilizaram a nos dar escuta e uma possibilidade de interlocução. Alexandre José Cadilhe apresenta a Parte I e Simone Batista da Silva, a Parte II. A arte da capa e as imagens que abrem os capítulos da Parte I foram produzidas pelo artista Alessandro Corrêa, cuja sensibilidade interpretativa se volta para a proposta desta coletânea e faz emergir o trabalho intitulado *Experimento de Vazio*. Nessa sequência de fotografias, produzidas a partir de uma inquietação inicial de Corrêa sobre o “luto” neste período de pandemia de COVID-19, o artista nos apresenta diferentes materialidades – vidro, papel, terra, barbante – e(m) objetos tais como garrafas, caixas, livros, pacotes, textos. Em suas diferentes combinações, esses objetos foram fotografados e instauram, segundo Corrêa, o vazio. Como explica em seu texto: “[o] luto, frente à demanda de respostas, velocidade das informações e o constante sentido de perda, torna-se um vazio.”

O objetivo da publicação é fazer visível nosso posicionamento epistemológico-político como grupo de pesquisa frente a essa temática que, sendo inquietante, dinâmica e incerta, provoca-nos a pensar sobre as condições de existência dos corpos em nosso estrato histórico



e em situações extraordinárias como a da pandemia de COVID-19, com seus efeitos extremos. Sendo esta a condição de produção determinante da nossa intelectualidade no momento, ela exige que a nossa produção acadêmica seja atravessada e/ou constituída também por outras formas de expressão que possam aplacar ou expurgar a dor de uma história, devolvendo ao corpo sua possibilidade de (fazer) sentir e existir na discursividade científica. É uma obra que, de certa forma, materializa nossa tentativa de respirar e resistir. Esperamos que os textos aqui presentes contribuam para a área dos estudos sobre linguagem e sociedade e que funcionem também como documentação, para as gerações futuras, de algumas experiências da pandemia de COVID-19.

## REFERÊNCIAS

- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, 1º. Semestre, 2002, pp. 171-188.
- HASHIGUTI, Simone Tiemi. A performatividade da fotografia. *In*: Joelma Pereira de Faria; Juliana de Castro Santana; Luciana Nogueira. (Orgs.). **Linguagem, arte e o político**. Campinas: Pontes, 2020, pp. 203-224.
- HASHIGUTI, Simone Tiemi; LEMES, Fabiane; PAIVA, Taís Iniz de. #EuNãoMeçoSerEstuprada: O Corpo feminino no dispositivo da violência. *In*: Simone Tiemi Hashiguti; William Mineo Tagata. (Orgs.). **Corpos, Imagens e Discursos Híbridos**. 1ed. Campinas: Pontes, 2016, v. 1, p. 119-138.
- KRENAK, Aílton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras: 2020.
- LEMES, Fabiane. COVID-19 no Brasil e as vidas que não importam. *In*: Jacob dos Santos Biziak. (Org.). **Nós (em) Butler: gênero, política, educação, ética, arte**. 1 ed. Rio de Janeiro: Ape'ku, 2020, v. 1, p. 161-172.
- LEMES, Fabiane. Corpo performático: uma análise discursiva sobre a mulher no contexto publicitário machista. **Revista do SELL**. V. 8, n.2, 2019. p. 261-278. ISSN 1983-3873.
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUGONES, María. Heterosexualism and the colonial/modern gender system. **Hypatia**, Volume 22, n. 1, Winter 2007, pp. 186-209.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1, 2018.

MIGNOLO, Walter D. **Coloniality, subaltern knowledges and border thinking**. Nova Jersey: Princeton, 2000.

PENNYCOOK, Alastair. Uma linguística aplicada transgressiva. *In*: Luis Paulo Moita Lopes (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 67-84.

QUIJANO, A. Colonialidad, modernidad/racionalidad. **Peru Indigena** 13 (29), 1991, pp. 11-29.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 72, Outubro, 2005, pp. 7-44.

WITTIG, Monique. The category of sex. **Feminist Issues**, 2, 63-68, 1982.



PARTE



## APRESENTAÇÃO DA PARTE I

### DO ENTORNO E DO PRESENTE

*Alexandre Cadilhe*

“Nós temos que olhar ao entorno em nosso cotidiano para sermos capazes também de desvendar o sentido da nossa história recente, o motivo por que nós dos países latino-americanos, mas também de outras nações que se achavam seguras nesse lugar de governantes do mundo, estamos nos sentindo desestabilizados”. Ailton Krenak (2021, p. 72)

Quando ainda vivíamos num tempo em que a possibilidade de uma pandemia era remota, com expectativas de um curto período de interrupção da vida social, dos encontros familiares, profissionais e cotidianos, ousaria dizer que um dos primeiros impactos, logo após o aumento de casos de Covid-19, internações e mortes, foi o desmantelamento dos vínculos sociais. O distanciamento físico, o isolamento – se houvesse esse privilégio como recursos de cuidado à saúde – teve como efeito uma sensação de esvaziamento de sentidos, ausência de afetos, um conjunto de sentimentos talvez não antes vividos em nossa geração. A última pandemia marcou a mudança do século XIX para o século XX – e talvez ironicamente seja outra pandemia que anuncia o começo do século XXI, como bem indica Lília Schwarcz (2020).

Contudo, diferente de outros momentos históricos, o contemporâneo conta com recursos das tecnologias da informação e da comunicação. Recursos que, se nos anos 1980 pareciam ficção de desenho infantil, nos anos 2020 naturalizam-se como videochamadas por recursos móveis, tais como aparelhos de *smatphones*, *tablets*,



computadores. Esses recursos possibilitaram novas formas de encontros que eram reservadas, antes, a contatos institucionais ou de localidades muito distantes. Agora passaram a ser acionados desde festas de aniversários e casamentos até aulas e consultas médicas ou encontros para conversas cotidianas. Foi nesse contexto que, nas universidades, uma série de ações foi desempenhada após a primeira consternação da pandemia: não somente o ensino remoto, sujeito a uma série de impedimentos ou condições precárias, mas sobretudo ações de extensão e pesquisa, especialmente quando engajadas por grupos que não se reduziram aos vínculos epistêmicos.

Foi nesse contexto que surgiram as ideias para esse livro: nos encontros de (re)existência de um potente grupo de pesquisa na Universidade Federal de Uberlândia, coordenado pela Profa. Dra. Simone Hashiguti, quando um diversificado grupo de estudantes da pós-graduação passou a mobilizar ferramentas de comunicação como dispositivo de trocas, reflexões, pesquisas e, sobretudo, afetos. Por isso são ações de (re)existência, pois inauguram outros modos de viver o espaço universitário, como bem nos ensinou a pensadora feminista bell hooks, ao ousar tematizar o lugar que o luto ocupa na educação. Tema sempre tabu, a educadora estadunidense demonstrou que, quando trabalhado com afeto e espírito coletivo, o “ensino sobre a morte” atua como um mecanismo de ressignificação do presente: “a educação universitária é em geral tão direcionada ao futuro, às recompensas que o futuro imaginado trará, que fica difícil ensinar aos estudantes que o presente é um lugar significativo” (hooks, 2021, p. 249). Nesse sentido, parece-me ser essa uma das contribuições dessa obra: a sinalização de que, mais do que preparar para um futuro profissional ou acadêmico, a universidade deve ocupar-se, em seus coletivos, com o processo de pensar o presente.

Esse presente como ponto de articulação encontra-se materializado nos temas desta seção. De que modo o campo da educação e do trabalho são afetados pela pandemia de Covid-19? Como

grupos que estão ao “sul da quarentena” (SOUSA-SANTOS, 2020), como mulheres e população LGBTQI+, vivenciam nos corpos e nos discursos a violência cotidiana intensificada nestes tempos? Como os modos de manifestar afetos e construir relações são alterados por uma pandemia que, antes de inaugurar uma crise, mais intensifica os efeitos neoliberais do capitalismo? Essas e outras questões são colocadas sob escrutínio ao longo dos próximos seis capítulos que compõem a presente seção.

Os textos aqui reunidos também sinalizam que se a Covid-19 tem exercido uma cruel pedagogia, como bem formulou Boaventura de Sousa Santos (2020), ela também é um prenúncio de que a construção de inteligibilidade torna-se imperativo para gerar ações alternativas. Não se trata de idealizar um aprendizado pelo vírus, considerando que “na língua do vírus a mensagem não se diz, escreve-se com ações, e estas consistem na destruição da vida humana. É uma necrolinguagem que se escreve com sangue, que ganha eloquência na medida em que destrói vidas humanas” (SOUSA-SANTOS, 2021, p. 15). Desvendar as miríades dessa necrolinguagem também está na pauta dos textos aqui apresentados. Se há algum aprendizado, ele somente faz sentido se engendrar mudanças que defendem e salvam vidas.

Nessa pedagogia exercida pelo vírus, um princípio é evidente: não há como importar modelos prontos, sobretudo considerando que partes destes modelos foram cunhadas pelo norte global, numa perspectiva colonialista, patriarcal, capitalista, e seu discurso de que a única via para um “desenvolvimento” se dá pela exploração socioambiental e pelo acúmulo e concentração material. Já temos provas de que esse paradigma não se sustenta e, se tivermos saídas, não serão esses mesmos grupos hegemônicos que vão indicar. Precisamos, antes, olhar o entorno! Dialogar com pares, pensar naquelas e naqueles que estão ao sul da quarentena, aprender coletivamente modos de sobrevivência e existência, como bem nos ensina a sabedoria

indígena de Ailton Krenak na epígrafe dessa apresentação. Nesse sentido, é válido salientar que as pesquisas aqui reunidas partem deste olhar sensível ao/do/com o entorno, cuidadosamente atravessado pelos saberes e pelos afetos de jovens pesquisadoras e pesquisadores que ousam construir sentidos quando o governo federal vigente nega o conhecimento, a ciência e a ecologia de saberes como caminhos. Mas (re)existiremos!

## REFERÊNCIAS

HOOKS, bell. **Ensinando comunidade**: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021.


KRENAK, Ailton. Sobre a reciprocidade e a capacidade de juntar mundo. *In*: KRENAK, Ailton; SILVESTRE, Helena; SOUSA-SANTOS, **Boaventura. O sistema e o antissistema**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SCHWARCZ, Lilia. **Quando acaba o século XX** – Coleção breve companhia/ ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SOUSA-SANTOS, Boaventura. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SOUSA-SANTOS, Boaventura. **O futuro começa agora**: da pandemia à utopia. São Paulo: Boitempo, 2021.





# 1

Cristiane Carvalho de Paula Brito  
Mariana Ruiz Nascimento  
Simone Tiemi Hashiguti

## “A EDUCAÇÃO NÃO PODE PARAR”? ENSINO REMOTO E O DISCURSO NEOLIBERAL

DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.333.28-55



**Resumo:**

Desde o início da adoção de medidas e práticas de isolamento social no Brasil por motivo da pandemia causada pelo Coronavírus (Covid-19), a partir de março de 2020, e conforme as orientações de profissionais da saúde e cientistas, enunciados tais como “A vida não pode parar.”, “O comércio não pode parar.”, “A educação não pode parar.”, dentre outras formulações do mesmo tipo, vêm circulando em redes sociais e mídias. Enunciadas por autoridades municipais, estaduais e federais e pela iniciativa privada, essas formulações se constituem junto à proposição de que a “morte de CNPJs” (isto é, de empresas com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) poderia ser mais grave do que a morte de seres humanos, já que sem elas, argumenta-se, o país acabaria com uma alta taxa de desemprego e mergulharia numa crise financeira. Neste texto, dentro dos estudos da linguagem, retomamos o enunciado “A educação não pode parar.” e analisamos como diferentes documentos e propostas comerciais têm discursivizado a educação a distância como o que seria a solução e resposta imediata a esse apelo de mercado e o que essa territorialização do termo no quadro neoliberal silencia.

**Palavras-chave:** Educação a distância. Educação remota. Educação bancária. Covid-19.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A suspensão de aulas presenciais em instituições escolares em março de 2020 por causa da pandemia do novo Coronavírus marcou o início de um período até então inédito no Brasil e no mundo. Pela necessidade urgente do distanciamento social para conter a disseminação do vírus, escolas e universidades foram fechadas no que se acreditava, naquele momento, ser uma medida de poucos meses. Nesse primeiro momento da pandemia, posicionamentos e ações sobre a continuidade dos estudos em maneira remota foram sendo propostos com maior ou menor velocidade pelas diferentes instituições educacionais. De maneira geral, foi notável como as instituições privadas foram extremamente rápidas em apontar como solução para “não parar o ensino” a adoção de aulas a distância, o que se seguiu também, em ritmos diferentes, em escolas públicas e universidades e no que foi sendo preferencialmente nomeado como *aulas remotas*, *aulas síncronas*, *aulas online* e em regimes *remotos* e *emergenciais*, numa estratégia discursiva, a nosso ver, e como discutido nas linhas subseqüentes, de distanciamento de uma ideia de “educação a distância”.

A mudança no formato das aulas causou desestabilizações não somente no âmbito escolar, mas também nos âmbitos familiar e pessoal. Houve um aumento expressivo da carga horária do professor para o atendimento aos alunos, preparação de aulas em condições inadequadas e com utilização de suas próprias ferramentas e serviço de internet; a necessidade urgente de uma reavaliação do planejamento e calendário escolar; a transposição de atividades e exercícios para o meio digital; a utilização de plataformas digitais para interação; e, no caso de pais e de coordenações de estudantes da educação básica e talvez sob efeito de um sentido de maior possibilidade de vigilância engendrado pelas tecnologias digitais, uma maior supervisão e acompanhamento dos vídeos e conteúdos ministrados nas aulas.

As ferramentas e plataformas digitais, que antes eram tidas como um recurso “extra” e nem sempre disponível para as aulas presenciais, ou que, em alguns casos, não eram nem mesmo muito conhecidas por docentes, passaram, de uma hora para outra, a ser os únicos meios possíveis para a execução das aulas.

Em muitos casos, é necessário ressaltar, essa alteração não encontrou condições infraestruturais adequadas para sua execução. À diferença de profissionais e estudantes que têm fácil acesso à internet e computadores em seus lares, muitas instituições educacionais públicas não conseguem oferecer os recursos necessários para que todos os alunos possam acessar as aulas e materiais (como acesso à internet, computadores e/ou *tablets*), e muitas famílias também não contavam e nem contam ainda com equipamentos e internet disponíveis para os estudos de seus filhos em casa. Essa diferença é marcante quando observamos que o enunciado “A Educação não pode parar” foi rapidamente divulgado por instituições privadas como um trunfo, e até mesmo pelo Ministério da Educação (MEC), cuja campanha de divulgação do Enem 2020, seguindo uma linha semelhante, propôs que “A vida não pode parar”.

Nesse contexto, este artigo visa a refletir sobre como o enunciado “A educação não pode parar” foi propagado recorrentemente por meio de anúncios e campanhas publicitárias na internet no início da pandemia de Covid-19 no Brasil e materializado em resoluções e portarias. Para isso, discutimos alguns termos, tais como ‘educação a distância’ (EaD) e ‘educação remota’ (ER) – que são ora feitos muito visíveis, e ora são silenciados nos materiais que analisamos – e exploramos como o enunciado ressoou em diferentes formulações numa discursivização apenas econômica da educação e mesmo da vida em condições de pandemia.

Para isso, nosso *corpus* de análise se constitui de fragmentos do Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017, e da Resolução

CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019; de materiais de divulgação dos *sites* e redes sociais de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas; e da campanha publicitária do Enem 2020 organizada pelo MEC. Nossa interpretação desse *corpus* procura delinear o movimento de unidade-dispersão de sentidos à medida que nos permite compreender o embate entre dizeres cristalizados acerca da educação a distância (EaD) e sentidos do discurso neoliberal que emergem no contexto atual de forma a (des)arranjar certas filiações históricas na rede sentidural.

Essa problematização ocorre no interior da Linguística Aplicada transgressiva e indisciplinar (MOITA LOPES, 2006; PENNYCOOK, 2006), a partir da qual entendemos o papel fundamental de nosso campo do saber de observar, analisar e teorizar a linguagem acontecendo no meio social e a partir das mais diversas teorias que possibilitem a compreensão dos acontecimentos e propor, para além das contribuições epistemológicas, também um olhar crítico sobre eles. O estudo também se fundamenta em teorizações sobre discurso (PÊCHEUX, GADET, 1998), entendendo que a língua é a base comum para processos discursivos que envolvem diferentes sentidos e posições discursivas, e que os processos discursivos acontecem na língua com relações de substituições, paráfrases e sinonímias, isto é, formulações diferentes que, contudo, sustentam um mesmo sentido numa cadeia de sentidos que é sempre ideologicamente constituída. Além disso, nos baseamos também em teorizações sobre o neoliberalismo como racionalidade (DARDOT, LAVAL, 2016) que marca nosso estrato histórico e define nossos gostos, desejos, ambições e modelo de vida; e sobre a EaD e ensino remoto no contexto da pandemia de Covid-19 (PAIVA, 2020; SANTO, DIAS-TRINDADE, 2020).



## ERE OU EAD? SENTIDOS EM EMBATE EM TORNO DA PRESENÇA

A Covid-19 trouxe à baila dizeres sobre a EaD que têm funcionado dialogicamente com dizeres sobre o ensino remoto e o ensino presencial. Vê-se, no atual contexto, a emergência de inúmeras discussões que mobilizam os posicionamentos de especialistas, instituições, governantes, professores, alunos e pais, a fim de definir do que (não) se trata tais modalidades.

Assim, a EaD irrompe como acontecimento discursivo, atualizando memórias de forma a colocar em embate vozes conflitantes, as quais operam de forma a circunscrever sentidos (legítimos) para certos modelos de ensino. Nesse embate, a presencialidade – assegurada sobretudo em diretrizes governamentais para a EaD – parece ser evocada como noção transparente e inequívoca, não dada à opacidade da linguagem ou à resignificação por sujeitos sócio-histórico e ideologicamente situados.

Santo e Dias-Trindade (2020), ao discutirem semelhanças e diferenças, entre a educação remota emergencial (ERE) e a EaD, argumentam que a segunda conta com uma variedade de modelos pedagógicos institucionais, os quais auxiliam o estabelecimento de uma comunidade virtual de aprendizagem. Os autores ressaltam o caráter bidirecional da comunicação na EaD, bem como sua valorização pela construção conjunta do conhecimento, destacando a presença de atividades assíncronas, desenvolvidas nos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), e síncronas. Em suas palavras,

o campo da educação a distância possui um corpus teórico e prático consolidado ao longo das últimas décadas. Pressupõe planejamento criterioso tendo-se em conta os objetivos de aprendizagem, competências a ser desenvolvidas, além de um design instrucional/educacional com a estruturação de

sequências didáticas contemplando as variadas possibilidades oportunizadas pelas tecnologias digitais, com vistas à promoção das aprendizagens e emancipação do estudante (SANTO; DIAS-TRINDADE, p. 162, 2020).

Em relação ao ERE, os autores apontam que se trata de um ensino com caráter alternativo, haja vista surgir no intuito de “minimizar os prejuízos decorridos da suspensão das aulas presenciais” (p. 163) devido à emergência de pandemias ou demais situações catastróficas. Santo e Dias-Trindade (2020) chamam a atenção para o fato de que a transposição de práticas pedagógicas presenciais – ainda que exitosas – para o ciberespaço não deve ser considerada como educação a distância, “pois esta demanda especificidades que não podem ser desconsideradas, que vão desde o planejamento do design instrucional/educacional e modelagem pedagógica até a sua implementação” (p. 163). Sendo assim, a não preparação do professor para atuar nesse espaço pode acarretar prejuízos ao processo educativo.

Essa diferenciação também é proposta por Hodges *et al.* (2020). Eles apontam que a frequente categorização da EaD como ensino de pior qualidade em relação aos modelos presenciais tem mantido a EaD no lugar do estigma, o que é, contudo, como asseveram, totalmente refutável como mostram os resultados de várias pesquisas. Para os autores, é necessário entender que a EaD é marcada por um processo de preparação e organização de cursos que é altamente detalhado e que requer tempo e um *design* específico para que ocorra uma instrução efetiva. Nesse sentido, argumentam que o ensino remoto emergencial, feito às pressas nas condições pandêmicas que se nos apresentam, não pode ser confundido com EaD.

Por outro lado, Paiva (2020) ao comentar o texto de Hodges *et al.* (2020) e outras fontes que vêm discutindo EaD e o ensino remoto e retomar o próprio texto do Decreto nº 9.057 (BRASIL, 2017), de 25 de

maio de 2017<sup>4</sup>, indica que a definição do que caracterizaria a EaD no documento é suficientemente vaga para permitir o reconhecimento daquilo que está sendo chamado e executado como ERE neste momento de pandemia como EaD. Ela aponta que, em seu entendimento, “a guerra de nomenclatura e o uso de ERE são uma atitude defensiva, um pedido de desculpas antecipado sobre algo que pode não dar certo, uma forma de se evitar o preconceito contra a EaD, ou, como querem outros, Educação On-line” (PAIVA, 2020, p. 63).

Essa breve contextualização que aqui trouxemos acerca das características da ERE e da EaD nos serve de preâmbulo para que possamos discutir o embate em torno de sentidos colocados em cena no discurso acadêmico-governamental.

## O DISCURSO NEOLIBERAL

O neoliberalismo, enquanto corrente econômica, propõe a mínima intervenção do Estado na economia através de sua retirada do mercado. Suas premissas incluem o desaparecimento do Estado (ou seja, as privatizações), a desregulamentação da força de trabalho, a flexibilização do processo produtivo e a individualização do comportamento (sobretudo no campo profissional, o que é amplamente difundido pelas concepções do empreendedorismo). Para Dardot e Laval (2016, p. 17), o neoliberalismo é “um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. Para os autores, em sua forma atual, o neoliberalismo não é mais apenas um projeto social e político que surgiu nos anos 1930 na base da doutrina revisada do *laissez-faire*, e sim uma *racionalidade*, cujo caráter sistêmico determina modos de vida, relações sociais, a subjetividade e a impossibilidade

4 Este documento substitui o Decreto n. 5.662 (BRASIL, 2005), de 19 de dezembro de 2005, que discorre sobre o artigo 8º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que versa sobre a EaD.

de democracia. Ele mina sentidos como os de solidariedade e cidadania ao estabelecer a concorrência interindividual como forma de subjetivação ao mesmo tempo em que mutila formas de organização coletivas que resistam a sua lógica.

No que se refere ao efeito dessa racionalidade na educação, podemos retomar o que aponta Giroux (2018), em uma entrevista sobre a linguagem da educação neoliberal. Para o autor, a estrutura educacional, na forma como agencia o saber e a cultura, é, ela própria, reprodutora do neoliberalismo:

[...] continua a funcionar não apenas por meio do ensino público e superior para produzir e distribuir valores, identidades e modos de agência baseados no mercado, mas também em aparatos e plataformas culturais mais amplos para privatizar, desregular, economizar e sujeitar todas as instituições e relações da vida cotidiana que atendem aos interesses da privatização, eficiência, desregulamentação e mercantilização<sup>5</sup> (GIROUX, 2018, p. 98).

Laval (2004) assevera que o neoliberalismo tem como único valor social legítimo aquilo que se refere à eficácia produtiva e que poderia levar um indivíduo ao sucesso. Nesse quadro, a educação e a escola não têm como sair ilesas e acabam sendo significadas apenas por seu valor utilitário e com a função de formar indivíduos produtivos e competitivos no mercado, transformando-se, elas também, em instâncias discursivas econômicas:

Essa conversão do sistema escolar às necessidades econômicas supõe uma hibridação das categorias de inteligibilidade e de legitimidade. Na intersecção da economia e da educação, em uma zona de recobrimento lexical, palavras de concordância, de convivência e de passagem entre as esferas permitiram uma concepção homogênea dos campos da economia e do ensino (LAVAL, 2016, p. 45).

5 Nossa tradução de: "it has and continues to function not only through public and higher education to produce and distribute market-based values, identities, and modes of agency, but also in wider cultural apparatuses and platforms to privatize, deregulate, economize, and subject all of the commanding institutions and relations of everyday life to the dictates of privatization, efficiency, deregulation, and commodification".



De forma similar, a reflexão de Guilbert (2020) ajuda a compreender o funcionamento neoliberal na cultura. Ele aponta que, no início dos anos 1980, esse pensamento econômico se propagou no âmbito (pseudo) científico e midiático (televisão, cinema, jornais, entre outros), fazendo com que fosse uma doutrina acessível e de fácil compreensão. Assim, no século XX, essa ideologia foi capaz de modificar comportamentos e estruturas do campo de comunicação.

Nesse contexto, o discurso neoliberal se refere, então, a um conjunto de enunciados que promovem o empreendedorismo e uma visão econômica da vida e de atividades humanas: “Esse discurso exorta, com efeito, a tornar produtivo, no sentido econômico, o que não pode sê-lo: a Escola e a Universidade, o Hospital e a Justiça” (GUILBERT, p. 22, 2020). Entretanto, esse discurso é caracterizado por sua “invisibilidade”: ele está ali, mas não o percebemos:

[...] a língua carrega essas “evidências neoliberais”. Nós as engolimos sem tomar cuidado desde o fim dos anos 1980; hoje os efeitos se fazem sentir na aceitação das políticas implementadas e nos discursos. Meu postulado é que os meios de comunicação são em grande parte responsáveis pela naturalização dessas ideias, ou seja, por sua conformação natural e evidente e por sua “aceitação” (GUILBERT, p. 36, 2020).

A fim de apontar e problematizar como esse discurso se estabelece em nosso *corpus*, apresentaremos a seguir a nossa análise.

## ANÁLISE DO CORPUS

Nosso *corpus* se constitui de i) fragmentos do Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017, e da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019; ii) dizeres presentes no *site* de duas instituições privadas de ensino superior; iii) dizeres de materiais de divulgação de instituições privadas disponibilizadas em redes sociais; e iv) dizeres

de uma campanha publicitária organizada pelo MEC. Compreendemos que esses dizeres são representativos de discursividades que circulam em instâncias pedagógicas, midiáticas, institucionais e que incidem nos processos educativos de forma ampla, isto é, ressoam na formação de professores, nas práticas de ensino-aprendizagem e na formulação de políticas públicas para a educação, daí a necessidade de sua problematização.

## DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS: EAD COMO LUGAR (NÃO) LEGITIMADO DE FORMAÇÃO

Tomamos aqui alguns fragmentos do Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta a educação a distância, no Brasil; e da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019<sup>6</sup>, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). O recorte se justifica por indiciar uma discursividade institucional que reverbera nos desenhos curriculares, nas práticas pedagógicas, na produção de materiais didáticos, na implementação de cursos em diferentes níveis de formação (da educação básica à pós-graduação) no Brasil, bem como na divulgação publicitária de instituições de ensino públicas e privadas. Em outras palavras, a discursividade institucional sobre os processos de ensino-aprendizagem a distância funciona como interdiscursividade que irrompe em formulações linguísticas que, neste momento histórico singular, tematizam o ensino emergencial remoto e/ou a manutenção de modos de ensinar-aprender.

6 Para efeitos de organização, utilizaremos D1 para nos referirmos ao Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017, e D2 para a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

No primeiro documento, a EaD é enunciada nos seguintes termos:

D1: Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Conforme o decreto, prevê-se a EaD como modalidade organizada, pautada em princípios pedagógicos (“acompanhamento e avaliação compatíveis”) e democráticos (“políticas de acesso”). Ressalta-se que, ao longo do decreto, explicitam-se condições para a realização da EaD, em contexto de educação básica e superior. Contudo, interessa-nos aqui a ressalva feita no artigo quatro, em que se lê:

D1: Art. 4º As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Tal normativa é reforçada pela Resolução CNE/CP N º 2, de 20 de dezembro de 2019, em seu inciso seis, em que se lê: “§ 6º Para a oferta na modalidade EaD, as 400 horas do componente prático, vinculadas ao estágio curricular, bem como as 400 horas de prática como componente curricular ao longo do curso, serão obrigatórias e devem ser integralmente realizadas de maneira presencial.”. Esse documento apresenta ainda como uma competência geral docente:

D2: Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.

Os recortes dos documentos que aqui trazemos, apesar de legitimarem a EaD como modalidade de ensino e incentivarem a apropriação de recursos tecnológicos na formação docente, proíbem a realização a distância de atividades de caráter prático (estágios e prática como componente curricular). Diante disso, questionamo-nos: Por que a EaD não pode se configurar como instância para a prática pedagógica? Por que o ciberespaço não se constitui como instância capaz de instaurar processos formativos ao futuro professor?

Apesar de a resolução apresentar o trabalho com recursos tecnológicos como competência a ser desenvolvida pelo licenciando, ao proibir a realização das 400 horas de estágio obrigatório e das 400 horas de prática como componente curricular, deslegitima-se a EaD como espaço de formação docente, como se apenas o ensino presencial pudesse assegurar a formação, a aprendizagem do fazer docente, o contato com a escola, enfim a efetividade de experiências práticas do futuro professor. Ademais, o peso dado à prática no segundo documento – a primazia da prática sobre a teoria que perpassa o texto como um todo – corrobora a deslegitimação da EaD, produzindo o efeito de sentido de que a “parte séria” da formação tenha que ser feita “pra valer”.

Desse modo, a noção de presencialidade parece ser tomada como um ‘já-lá’, pautada no empiricismo, como se a presença física de corpos, em um ambiente físico (com materiais didáticos impressos, por exemplo) garantisse o desenvolvimento satisfatório do ensino. Não intentamos com isso dizer que práticas presenciais de ensino-aprendizagem sejam iguais às práticas a distância. Trata-se antes de refletir sobre os sentidos para ensino presencial e a distância que se deixam (des)velar no documento por meio de disputas teórico-conceituais nem sempre claras. Nos documentos analisados, a presença física parece construir-se como imperativo para se garantir a formação, não havendo, pois, espaço legitimado (apesar de institucionalizado) para a EaD na instância governamental.



Se na defesa do ERE, a presença é evocada para garantir a normalidade (do curso presencial), sendo, pois, o que “vale”, como veremos nos materiais de divulgação de algumas instituições privadas de ensino; na valorização da EaD, por outro lado, a presença é silenciada pelo discurso da flexibilidade e otimização, estando a ênfase na acessibilidade do estudante. De qualquer forma, nessas condições enunciativas, falar sobre o ensino virtual implica posicionar-se discursivamente diante de uma rede de sentidos que acenam noções de presencialidade.

## MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO DAS IES

Em nosso gesto de interpretação, buscamos, no *corpus*, regularidades enunciativas que apontam para o funcionamento de discursos acerca da ERE e da EaD, entrevedo sua relação com a noção de presencialidade. Para isso, operamos com o batimento entre descrição e interpretação, ou, “leitura trituração” (PÊCHEUX, 2016), em que o analista busca o desarranjo dos sentidos cristalizados, por meio de tomadas de posição que apontam o movimento de unidade-dispersão dos sentidos na história. Em outras palavras, procuram-se, na aparente linearidade do dizer (intradiscurso), os “já-ditos” (interdiscurso) que, ao reverberarem na irrepitibilidade da enunciação, atualizam memórias e (re)produzem outras possibilidades de significação.

## ERE COMO LUGAR DE DESENVOLVIMENTO E NORMALIDADE

A primeira instituição particular de ensino superior apresenta em seu site algumas diferenças entre aula EaD e aula remota. No texto, vê-se o uso do verbo deôntico ‘precisar’ (“Você precisa saber”), instaurando a necessidade de que o leitor saiba diferenciar os tipos de aula em questão.

Figura 1



Figura 2



Fonte: UniSant'Anna (2020).

Fonte: UniSant'Anna (2020).

O enunciado “Você precisa saber – Entenda a diferença entre aula EAD e aula REMOTA” surge como resposta às ações emergenciais colocadas em cena pela Covid-19, no campo educacional. Na Fig. 1, o enunciado “AULA EAD” aparece dentro da tela de um computador que se posiciona de frente ao internauta, diferentemente do enunciado “AULA REMOTA”, que aparece abaixo de um laptop, cuja tela está levemente virada para a esquerda. A nosso ver, as imagens constroem a representação de que aulas EaD estejam ligadas à ideia de transmissão do saber (como uma espécie de “tela a ser consumida”) e que se dão inteiramente no e pelo universo digital, enquanto aulas remotas envolveriam, por exemplo, uma dimensão presencial, exterior ao digital, e que cuja existência e custo não devem ser esquecidas.

A Fig. 2 aponta o caráter de atualidade do enunciado presente na Fig. 1, justificando a (suposta) razão da implementação, pela instituição de ensino, das aulas remotas. A saber: “você quer continuar crescendo”. Apaga-se, pois, o fato de que a suspensão das aulas pudesse implicar no cancelamento do pagamento de mensalidades pelos discentes. Assim, o enunciado “estamos trabalhando online, de forma remota”, mais do que informar sobre a atual situação da instituição, responde a eventuais questionamentos de ordem financeira.

As demais imagens funcionam de forma a explicitar as diferenças entre os dois tipos de aula. Vejamos.

Figura 3



Fonte: UniSant'Anna (2020).

Figura 4



Fonte: UniSant'Anna (2020).

Figura 5



Fonte: UniSant'Anna (2020).

Figura 6



Fonte: UniSant'Anna (2020).

Percebe-se que a comparação feita ressalta o caráter singular das aulas remotas em detrimento da homogeneidade das aulas EaD, privilegiando, pois, a primeira. Na Fig. 3, o uso do pronome “mesmo/mesma”, no enunciado “Aulas em tempo real, no mesmo horário, a mesma disciplina e com o mesmo professor da aula presencial” e a ênfase no caráter síncrono (“aulas em tempo real”) das aulas remotas funcionam de forma a produzir o efeito de normalidade, como se o único “transtorno” causado pela pandemia fosse a necessidade de certa adaptação do calendário. As aulas permaneceriam, pois, “as mesmas” – como eram na modalidade presencial – a única diferença

seria a mediação via tecnologia de informação e comunicação. Por outro lado, o enunciado sobre as aulas EaD com suas “videoaulas gravadas para todas as disciplinas e unidades de ensino”, ao ser colocado em dialogia com os dizeres sobre as aulas remotas, reforça a desvalorização da primeira e seu caráter homogeneizador. O “mesmo” das aulas remotas instaura, nesse momento, o diferencial, a permanência de algo que aparentemente estava funcionando bem, a saber: as aulas presenciais. A distância, configurando-se como problema, é resolvida no ensino remoto pela sincronicidade.

Enquanto a aula remota conta com “interação diária com o professor da disciplina”; a aula EaD contaria com “tutor para tirar dúvidas” (Fig. 4). Além da reiteração de um efeito de normalidade produzido pela “interação diária com o professor”, vemos aqui a desvalorização do papel do tutor que, tendo a atribuição de “tirar dúvidas”, não é visto como alguém que tenha autoridade para ensinar.

As Figs. 5 e 6, por sua vez, reforçam a imagem de homogeneidade das aulas EaD, ao (d)enunciarem que estas contam com “cronograma e calendário padronizados e unificados”, bem como com “avaliações e testes padronizados, produzidos e corrigidos em escala”. As aulas remotas, por outro lado, contariam com a vantagem de usarem material feito especificamente pelo professor para atender a uma determinada disciplina e de respeitarem um calendário próprio, ainda que adaptado pelo contexto atual. O “mesmo” surge agora para apontar o caráter de massificação das aulas EaD (o “mesmo” material, o “mesmo” calendário, a “mesma” avaliação), não funcionando, pois, como possibilidade de minimização dos prejuízos advindos da suspensão das aulas pela Covid-19.

Assim, a breve explicação oferecida pela instituição sobre aulas EaD e aulas remotas parece ter na noção de presencialidade seu grande pilar. A presença (síncrona, “real”) garantiria a normalidade da interação, da singularidade e da aprendizagem em sala de aula. O “já-lá” das aulas EaD se contrapõe ao “aqui-agora” das aulas remotas.

Vejamos a segunda instituição.



## EAD COMO LUGAR DE FLEXIBILIDADE E OTIMIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A segunda instituição particular de ensino superior oferece cursos a distância, “com mais de 700 polos de educação a distância espalhados pelo Brasil e 4 campi presenciais”. No dia 30 de abril, foi publicada uma nota em seu site, intitulado “Conheça a diferença entre ensino remoto e EAD”. Destacamos aqui algumas sequências discursivas para discutir nosso gesto de interpretação:

SD1: Mas quer saber? Elas não são a mesma coisa. Para entender melhor, pedimos ajuda da Thuinie Daros, *head* de cursos híbridos e metodologias ativas da EAD [nome da instituição].

SD2: Uma atividade ou aula remota pode ser considerada uma solução temporária para continuar as atividades pedagógicas e tem como principal ferramenta a internet.

SD3: Quando nos referimos à EAD, “deve ser levado em consideração que, por se tratar de uma modalidade, possui um modo de funcionamento próprio. Com concepção didático-pedagógica, é estruturada de forma flexível e abrange os conteúdos, atividades e todo um design adequado às características das áreas dos conhecimentos gerais e específicos, contemplando todo processo avaliativo discente”, finaliza Thuinie.

SD4: Na opinião de Thuinie, “a principal vantagem da modalidade EAD é a possibilidade de flexibilização do aprendizado. Os alunos conseguem adaptar a sua rotina produtiva com a necessidade da formação”.

SD5: Além disso, a EAD inclui também o apoio de tutores que acompanham a flexibilidade de horário dos alunos, além de uma carga horária que é composta por diferentes recursos de aprendizado e formatos de atividade.

SD6: Se pretende começar a estudar à distância, saiba que não é o mesmo que as aulas remotas. Antes de começar, segundo Thuinie Daros, o candidato deve ter “clareza de que precisa se

organizar e criar uma rotina de estudos. Além disso, é preciso considerar que as mesmas exigências de um curso presencial também valem para o aluno desta modalidade. Por isso, a organização é crucial para o sucesso”.

SD7: A educação a distância busca flexibilizar e otimizar o processo de aprendizagem. Se isso é o que você procura, a EAD é melhor opção.

Ao contrário da primeira instituição, a segunda aponta vantagens da EaD, a saber: a flexibilização, a otimização e sua própria especificidade de funcionamento. Vê-se o apagamento de questões pedagógicas em prol da valorização de uma relação custo-benefício, cuja ênfase recai no caráter ‘flexível’ e ‘otimizador’ da EaD.

A legitimação da EaD se inicia pela mobilização do discurso de autoridade, na SD1, em que se anuncia o peso do conhecimento a ser apresentado por uma “*head* de cursos híbridos e metodologias ativas da EAD”. O uso da palavra em inglês (“*head*”) e a menção às metodologias ativas reforçam o peso da autoridade: não se trata de qualquer profissional, mas de uma “*head*” que está atenta às tendências pedagógicas mais modernas. A opção pelo termo em inglês confere ainda um *status* de estrangeiridade, remetendo a competência profissional a um outro imaginário – quiçá internacional – que estaria autorizado a enunciar sobre o tema em questão.

A SD2, por sua vez, minimiza a “eficiência” da ERE, que, como “solução temporária”, não pode se equiparar à EaD. Esta tem outro *status*: é uma modalidade, está estruturada, tem tradição, tem base teórico-pedagógica, enfim um “modo de funcionamento próprio” (SD3).

As SD4 e SD5 apontam a flexibilização como grande vantagem da EaD, a qual não se apresentaria como obstáculo para a “rotina produtiva” do estudante. Isto é, aqueles que trabalham e produzem e têm, portanto, seu tempo comprometido, ainda podem ter formação em um curso superior. Nesse sentido, a presença de tutores, ao contrário do

que vimos na primeira instituição, é um fator positivo, já que permite que a aprendizagem se adapte ao “horário dos alunos”.

A SD6 reforça a diferença entre ERE e EaD e faz uso do deôntico para ressaltar a seriedade desta última, a qual exige que “o candidato deve ter clareza de que precisa se organizar e criar uma rotina de estudos”. O uso de orações com o verbo ser, em “é preciso considerar” e “a organização é crucial”, funciona incisivamente de forma a estabilizar sentidos de seletividade para a EaD (não é para qualquer um!). Todavia, ao fazê-lo coloca em funcionamento a memória de desvalorização que constitui essa modalidade e que se (des)vela no enunciado “é preciso considerar que as mesmas exigências de um curso presencial também valem para o aluno desta modalidade”.

Finalmente, a SD7 reforça a vantagem da EaD, ressaltando seu “caráter customizado”: “Se isso é o que você procura, a EAD é melhor opção”, como se essa modalidade atendesse a certo perfil de estudante. Isto é, ao contrário do que é colocado em cena na primeira instituição analisada, os sentidos de padronização são silenciados por sentidos que privilegiam a relação custo-benefício da modalidade.

Ao compararmos as duas instituições, vemos que há uma disputa de narrativas para a EaD. Em ambas, apaga-se o caráter neoliberal dos enunciados, como se a necessidade de se manter a ilusória normalidade não fosse uma resposta às demandas econômicas (de “continuar crescendo”) de manutenção das mensalidades, no caso da primeira instituição; ou se a valorização da EaD não atendesse aos interesses econômicos de uma instituição com grande oferta de cursos pagos na modalidade a distância.

Vejamos, agora, alguns enunciados que ressoam mais explicitamente a discursividade neoliberal.

## “A EDUCAÇÃO NÃO PODE PARAR”

Para analisar o enunciado “A Educação não pode parar”, selecionamos dizeres de imagens de divulgação, publicadas em redes sociais de IES privadas brasileiras após a suspensão das aulas presenciais, e da campanha publicitária do Enem 2020, organizada pelo MEC, que continham dizeres semelhantes aos do enunciado proposto. São eles:

Figura 7



Fonte: Instagram (2020).

Figura 8



Fonte: Instagram (2020).

Figura 9



Fonte: Instagram (2020).

Figura 10



Fonte: Instagram (2020).



Figura 11



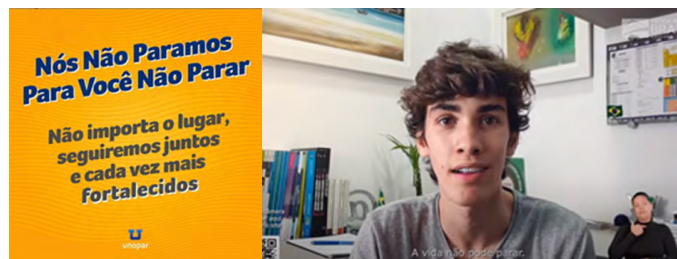
Fonte: Instagram (2020).

Figura 12



Fonte: Instagram (2020).

Figura 13



Fonte: Youtube (2020).

Dessas imagens, analisamos apenas os textos escritos, de onde extraímos as seguintes SDs:

SD8: Para você **continuar** estudando, a gente não para. (Instituição A)

SD9: **Não perca tempo** na sua quarentena! (Instituição A)

SD10: Aqui o aprendizado **não para**. (Instituição B)

SD11: Conecte-se a Una. A experiência **continua**. (Instituição B)

SD12: Redução de dias letivos? Aqui não! **Independente do momento**, a Esamc **não para**. (Instituição C)

SD13: Nós **não paramos** para você **não parar**. (Instituição D)

SD14: A vida **não pode parar** (MEC)

As SDs 8, 10, 11, 12 e 13 são semelhantes entre si porque se posicionam contra a interrupção do ensino, ou seja, todas promovem a *continuidade* das aulas, e, para isso, o ensino *não para*. Os verbos “continuar” e “parar”, este em sua forma negativa, “não parar”, são recorrentes nessas sequências e se complementam de forma a enfatizar o sentido proposto. Isso pode ser percebido principalmente na SD8, que utiliza não somente um, mas os dois verbos para reforçar o desejo em permanecer oferecendo as aulas a distância para os alunos daquela instituição. Além disso, a repetição desses verbos e o uso do “não pode” (SD14) reforçam essa afirmação e a colocam como indiscutível.

Quanto à SD9, ela é a única que não utiliza esses verbos, mas mesmo assim evoca sentidos semelhantes aos das outras SDs. Ao utilizar o verbo no modo imperativo e um ponto de exclamação, ela sugere que interromper o curso durante a pandemia seria uma perda de tempo para o aluno.

Observamos, nesses dizeres, que diferentes instâncias são colocadas como as que não devem parar: nas SDs 8, 12, e 13, é a *instituição* quem não para; nas SDs 10 e 11, é o *aprendizado*, a *educação*; nas SDs 9 e 13, é o *aluno*; enquanto que, na SD14, é a *vida*. Todas essas instâncias mobilizadas estão, de certa forma, relacionadas entre si (não há como o aluno parar e a educação continuar, e vice-versa), o que nos leva a refletir: a quem interessa a continuidade das atividades escolares?

Considerando o discurso neoliberal e a sua “invisibilidade” (GUILBERT, 2020), que é reforçado por instrumentos midiáticos e de controle, entendemos que o enunciado “A educação não pode parar” pode ser uma formulação que atende aos interesses essencialmente econômicos, já que a interrupção das aulas equivaleria à estagnação dos lucros dessas instituições de ensino. Nesse caso, esse sentido emerge quando as instituições mobilizam outras instâncias, que não elas, para construir uma discursividade que coloca a *educação*, a *vida* (entendida como produtiva/consumidora) e o *aluno* como inviáveis de

serem interrompidos. Assim, esse enunciado parece acobertar uma súplica, um desejo, pela não interrupção das atividades escolares que são, para as instituições de ensino privadas, muito lucrativas.

Silenciando a discussão sobre o formato das aulas, os enunciados analisados colocam a 'educação' em proeminência, produzindo efeitos de emergencialidade que minimizam a gravidade da pandemia em favor da manutenção de um suposto estado de normalidade. "Continuar", "não parar", "não perder tempo" encontram eco em uma racionalidade que preza pelo desempenho, pela produção, e pela performance.

Se as aulas serão ministradas em formato remoto ou EaD parece ter pouca importância diante do fato de que, "independente do momento" (SD12), tudo permanecerá dentro de uma "normalidade" que, contudo, na pandemia, como a temos experienciado, não tem como existir.

Como bem explicita e resume, Laval, com quem concordamos,

A escola neoliberal designa um certo modelo escolar que considera a educação como um bem essencialmente privado e cujo valor é, antes de tudo, econômico. Não é a sociedade que garante a todos os seus membros um direito à cultura, são os indivíduos que devem capitalizar recursos privados cujo rendimento futuro será garantido pela sociedade. Essa privatização é um fenômeno que afeta tanto o sentido do saber, as instituições transmissoras dos valores e dos conhecimentos quanto as próprias relações sociais (LAVAL, 2004, pp. XI e XII).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso gesto de interpretação, buscamos apontar sentidos em embate sobre o ensino a distância/remoto colocados em funcionamento sobre instituições privadas de ensino superior nesse momento histórico singular. Para isso, lançamos olhares aos documentos governamentais que tratam a EaD, no intuito de mapear dizeres que apon-

tassem para a constituição de uma memória institucional que produz ecos nas tomadas de posição – atuais – sobre o tema em questão. Em seguida, discutimos a disputa de sentidos para EaD e ERE presente em materiais de divulgação de duas instituições, mostrando como a ‘presencialidade’ se configura como dimensão evocada para (des)legitimar diferentes modalidades de ensino. Finalmente, analisamos enunciados também produzidos por instituições privadas de ensino e pelo MEC, que reverberassem o enunciado ‘a educação não pode parar’, apagando a questão da modalidade e deslocando a emergência da Covid-19 para o processo de ensino.

Apesar da diferença no funcionamento discursivo das instituições analisadas, entendemos que ambas são perpassadas por uma interdiscursividade neoliberal que defende um posicionamento de normalidade frente à pandemia de Covid-19, com a objetivação do tempo como dinheiro (parar seria perder dinheiro) e da vida como utilitária ou legítima apenas em sua função produtiva e consumidora dentro do sistema. A velocidade com que as instituições privadas lançaram as propostas de ERE silenciou a necessidade premente que existia no Brasil de problematizar e implantar soluções para a população entendida como *coletivo*. Cabe mencionar que a proposição neoliberal de continuar a alimentar o mercado a qualquer custo nos leva a reportar que, na data que revisamos este texto, em julho de 2020, mais de 520.000 mortes já ocorreram no país por motivo de infecções por Covid-19 e de pessoas que, na maioria das vezes, realmente não puderam parar suas atividades de trabalho e estudo por não terem um Estado que as apoiasse e desse condições de se manterem vivas e com dignidade.

Entendemos que o neoliberalismo, no contexto da pandemia, foi colocado em xeque, porque fez visível uma estrutura social-econômica que não se sustenta em situações extremas como essa, como já viram discutindo autoras feministas (FRASER, 2020; BUTLER, 2020) e vários autores do sul global (KRENAK, 2020; KOPENAWA, ALBERT, 2015; SOUSA SANTOS, 2020). A reflexão sobre a educação neoliberal,



como vimos em nosso *corpus*, não teve espaço no início da pandemia para a maioria das instituições de ensino, sejam privadas ou públicas, e nem teve vez uma problematização sobre viver como possibilidade fora dessa racionalidade. O preço a ser pago, contraditoriamente, é muito alto. De nossa experiência no Brasil, temos visto como o neoliberalismo, territorializado aqui como necropolítica (MBEMBE, 2016) desde a última eleição presidencial em 2018, ganhou força e terreno com a pandemia. Faz parte do nosso cotidiano na educação, acompanhar as notícias de colegas e estudantes cujas famílias foram despedaçadas e cujos sentimentos de tristeza e depressão pandêmica impossibilitam totalmente que as demandas produtivas e o aumento exponencial da carga de trabalho sejam atendidas.

Concluimos este texto compreendendo que a pandemia de Covid-19 nos impôs formas outras de ensinar, aprender, estar com o outro. Uma pandemia instaura a dor, a insegurança, a recessão econômica, a morte. Instaura-se também como acontecimento discursivo que (re)produz sentidos acerca dos mais variados temas. De nosso ponto de vista, considerar que modelo de educação almejamos construir e para qual tipo de sociedade, de forma que essa situação de vida e morte não se repita, seja talvez o aspecto emergencial mais importante de ser discutido.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Casa Civil, 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm)>. Acesso em: 08 set. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF, 2015.

BUTLER, Judith. El capitalismo tiene sus limites. *In*: **Sopa de Wuhan**: Pensamiento Contemporáneo en Tiempos de Pandemias. Buenos Aires: Pablo Ama-deu Editor. Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRASER, N. **O neoliberalismo não se legitima mais**. Entrevista para a revista Diplomatique. 20 de março de 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/nancy-fraser-o-neoliberalismo-nao-se-legitima-mais/>.

GIROUX, H. **The Language of Neoliberal Education**: An Interview with Henry Giroux [Entrevista cedida a Mitja Sardoč]. 2018.

GUILBERT, T. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. São Paulo: Editora Unicamp, 2020.

HODGES, C.; MOORE, S.; LOCKEE, B.; TRUST, T.; BOND, A. The Difference between emergency remote teaching and online learning. **Educause Review**, 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning#fn7>.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Maria Luíza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.

MBEMBÉ, A. Necropolítica – biopoder, soberania, estado de exceção política da morte. Arte & Ensaios. **Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n. 32 dezembro, 2016.

MOITA LOPES, L. P. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. *In*: MOITA LOPES, Luiz Paulo. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 13-44.

PAIVA, V. L. M. O. Ensino remoto ou ensino a distância: efeitos da pandemia. **Estudos Universitários**: revista de cultura, Recife, v. 37, n. 1/2, p. 58-70, dez. 2020. ISSN Edição Digital: 2675-7354

PÊCHEUX, M. Abertura do colóquio. *In*: CONEIN, B. *et al.* (Org.). **Materialidades Discursivas**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2016. p. 23-29.

PÊCHEUX, M; GADET, Françoise. Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo? Tradução de Eni Orlandi. *In: Escritos*, n.3, Labeurb/Nudecri, 1998, p. 06-16.

PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. *In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 67-84.

SANTO, E. E. DIAS-TRINDADE, S. D. Educação a Distância e Educação Remota Emergencial: convergências e divergências. *In: MACHADO, Dinamara Pereira (Orgs.). Educação em tempos de Covid-19: reflexões e narrativas de pais e professores*. Editora Dialética e Realidade: Curitiba, 2020.

SOUSA SANTOS, B. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina; 2020.

## REFERÊNCIAS DAS FIGURAS

INSTAGRAM. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-pINj8IDNn>. Acesso em: 17 maio 2020.

INSTAGRAM. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-u5SzslIYE/>. Acesso em: 17 maio 2020.

INSTAGRAM. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-p3XBGIUCa/>. Acesso em: 17 maio 2020.

INSTAGRAM. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-uxyafpQkl>. Acesso em: 17 maio 2020.

INSTAGRAM. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-K1WpmF239/>. Acesso em: 17 maio 2020.

INSTAGRAM. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-K0voODshL>. Acesso em: 17 maio 2020.

INSTAGRAM. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-R5ctAFFBP/>. Acesso em: 17 maio 2020.

UNISANTANNA. **Entenda a diferença de EAD e Aulas Remotas do Plano Emergencial de Ensino?** 2020. Disponível em <https://unisantanna.br/uninoticias/entenda-a-diferenca-de-ead-e-aulas-remotas-do-plano-emergencial-de-ensino/>. Acesso em: 17 maio 2020.

YOUTUBE. **Enem 2020 - Inscrições**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=apufjiGIIY0>. Acesso em: 17 maio 2020.





# 2

Rogério de Castro Ângelo

**SAÚDE E/OU EMPREGOS?  
VIDAS (NÃO) ENLUTÁVEIS  
DURANTE A PANDEMIA**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.333.56-88



**Resumo:**

Na tentativa de evitar o crescimento descontrolado no número de pessoas contaminadas pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da Covid-19, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou a implementação de medidas de distanciamento social. No Brasil, delineia-se uma disputa por sentidos em relação a esse distanciamento, em que há discursos antagônicos em relação às medidas de fechamento do comércio. Neste artigo, analisamos sequências discursivas retiradas dos pronunciamentos oficiais feitos pelo presidente do Brasil e de publicações feitas em jornais de grande circulação relacionadas à pandemia. Observamos, intra e interdiscursivamente, como têm sido discursivizadas a necessidade (ou não) da retomada das atividades comerciais e a necessidade de equacionar a atuação estatal entre saúde e economia.

**Palavras-chave:** Distanciamento social. Saúde. Emprego. Colonialidade.

## INTRODUÇÃO

No último dia de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi alertada sobre uma alta incidência de pneumonia em uma cidade da China, e no dia 7 de janeiro de 2020 foi confirmada a identificação de um novo tipo de coronavírus, que foi denominado SARS-CoV-2, causador da doença à qual se deu o nome Covid-19. Desde então, o vírus vem se espalhando muito rapidamente pelo mundo, de forma que, em 11 de março de 2020, Tedros Adhanom, diretor geral da OMS, classificou o estado de contaminação da Covid-19 como pandemia. Essa declaração trouxe como consequência a obrigação de os países tomarem atitudes preventivas. Uma das medidas recomendadas para a prevenção da disseminação da Covid-19 é a quarentena, definida pela OMS (2020a) como a “restrição de atividades ou a separação de pessoas que não estão doentes mas que podem ter sido expostas a um agente infeccioso ou doença, com o objetivo de monitorar seus sintomas e garantir a detecção precoce de casos”.<sup>7</sup> No Brasil, o Ministério da Saúde recomendou algumas medidas de prevenção, dentre elas, primeiramente, um isolamento de 14 dias para as pessoas que apresentassem algum dos sintomas da Covid-19, mas não houve decretação de uma quarentena em nível nacional.

Estados e Municípios, por sua vez, têm aderido à quarentena como forma de prevenção da disseminação da doença, suspendendo atividades comerciais, ressalvadas aquelas consideradas como essenciais, sobretudo as relacionadas à alimentação, segurança e ao abastecimento. O descompasso entre algumas medidas tomadas em nível estadual e municipal em relação à recomendação oficial do Ministério da Saúde tem propiciado uma disputa de sentidos entre

7 Nossa tradução de: “the restriction of activities of or the separation of persons who are not ill but who may have been exposed to an infectious agent or disease, with the objective of monitoring their symptoms and ensuring the early detection of cases” (WHO, 2020a).

os que defendem a manutenção da quarentena, até que a curva de contaminação comece a baixar, e os que defendem a necessidade da retomada das atividades comerciais, visando a minimizar os impactos da Covid-19 na economia.

Neste texto, adotando uma perspectiva discursiva da linguagem, analisamos sequências discursivas retiradas dos pronunciamentos oficiais relacionados à Covid-19 feitos pelo presidente do Brasil, além de publicações feitas em jornais de grande circulação, também sobre o referido tema. Observamos, intra e interdiscursivamente, como têm sido discursivizadas a necessidade (ou não) da retomada das atividades comerciais de forma a equacionar a atuação estatal entre saúde e economia.

Nas próximas seções, buscamos fazer visível como se deu o percurso de análise do *corpus* que foi sendo montado a partir do contato com esses diferentes materiais que tratavam do assunto que nos propusemos a discutir no escopo deste trabalho.

## CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Primeiramente, ressaltamos que, na concepção do que é fazer pesquisa em que nos inscrevemos, reconhecemos que o fazer pesquisa não é uma atividade neutra, uma vez que até mesmo na delimitação do objeto de pesquisa, ou, no nosso caso, na construção de um arquivo do qual delimitamos nosso *corpus* para análise, já há uma inscrição subjetiva, na medida em que sempre são feitas escolhas entre o que fica “dentro” ou “fora” do escopo do trabalho. Além disso, a maneira como nos propomos a analisar esse *corpus* não é meramente um trabalho de testar hipóteses, em que o *corpus* serviria apenas para confirmar algo já pensado anteriormente.

Para este trabalho, constituímos um *corpus* composto por SDs que tinham por objetos discursivos a saúde e a retomada dos comércios em meio à pandemia da Covid-19. Analisamos fragmentos de pronunciamentos presidenciais<sup>8</sup> divulgados em cadeia de rádio e televisão em março e abril de 2020, bem como de matérias que também se referiam à temática que estamos abordando, publicadas em jornais de grande circulação nacional e portais de notícia.

Nessa constituição do *corpus*, interessava-nos delinear as representações oficiais da presidência em relação às medidas a serem tomadas no enfrentamento da pandemia. Para tanto, num primeiro momento foi feita uma leitura de todos os pronunciamentos presidenciais feitos em rede nacional no período entre 06/03/2020 e 16/04/2020. Para além desses documentos, fomos incluindo no nosso arquivo publicações de jornais de grande circulação que traziam vozes em relação às possíveis formas de enfrentamento da pandemia que de certa forma ecoavam o posicionamento presidencial sobre o tema.

Feita a coleta dos materiais, passamos a movimentos de análise do *corpus*, que buscamos organizar neste trabalho balizados por dois aspectos, a saber: i) manter o ordenamento cronológico de publicação/exibição dos materiais, de forma a estabelecer uma sequência narrativa que possibilitasse discutir eventuais ressonâncias e retificações; b) estabelecer uma análise em “camadas”, partindo da materialidade linguística, sobretudo aspectos sintáticos e lexicais, de forma a abrir caminho para os gestos de interpretação para aspectos no nível discursivo.

Situamo-nos na Análise do Discurso (AD), mais especificamente a AD de linha francesa, sobretudo valendo-nos dos trabalhos de Pêcheux (1997, 2008), que funda a AD como uma ciência de entremeio entre a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise. Da linguística

8 Os pronunciamentos presidenciais podem ser consultados na íntegra em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos>. Acesso em: 13 maio 2020.



são apropriados os conceitos relacionados aos mecanismos sintáticos e os processos de significação; do materialismo histórico é apropriada a questão das formações sociais, principalmente as teses de Louis Althusser sobre a interpelação ideológica, e da psicanálise Pêcheux (1997) apropria-se da noção de sujeito do inconsciente, constituído na e pela linguagem.

Nessa perspectiva, entendemos a língua(gem) como uma prática social, ou seja, que ocorre entre sujeitos, mas não como um mero instrumento de comunicação que funciona de forma eficiente e transparente, uma vez que o sentido é determinado por uma rede de formações ideológicas, sendo que o sentido é entendido como algo movente e instável. Sobre o caráter material do sentido, Pêcheux (1997) diz:

*as palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (no sentido definido mais acima) nas quais essas posições se inscrevem. [...] diremos que os indivíduos são “interpelados em sujeitos-falantes” (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes (PÊCHEUX, 1997, p. 160-161, grifos do autor.).*

Dessa forma, nas análises em AD buscamos perceber o funcionamento discursivo dos enunciados, em que entram em jogo tanto o que e como os discursos são formulados, no intradiscurso, como também a relação com o interdiscurso – outras formulações já ditas e que fornecem a “matéria prima” para que seja possível ao sujeito enunciar.

Para que seja possível realizar os gestos de interpretação desse modelo de análise da AD, primeiramente é preciso delimitar o material a ser analisado, constituindo um *corpus*, definido por Courtine (2009) como um “conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido com referência a um certo estado das condições de produção do discurso” (COURTINE, 2009, p. 114). Sendo o *corpus* um

conjunto de sequências discursivas (SDs), explicitamos um pouco melhor o que Courtine (2009) entende por SDs, na relação que ele estabelece entre enunciados (E), rede de formulações (R) e formulações (e).

Enunciados (E) são os elementos de saber próprios a uma formação discursiva (FD) que, conforme comentamos anteriormente, representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes. Os enunciados governam a repetibilidade no seio de uma rede de formulações (R). As formulações (e), por sua vez, são sequências linguísticas (podendo ser constituídas de um segmento de frase, uma frase ou até mesmo conjuntos de frases) que funcionam como reformulações possíveis de um enunciado no seio de uma rede de formulações e que marcam a presença de um enunciado (E) no intradiscurso de uma sequência discursiva (SD) dominada por uma FD (COURTINE, 2009, p. 99-102).

Passemos agora à análise propriamente dita das SDs extraídas do *corpus* que construímos.

## A NARRATIVA DO GOVERNO-HERÓI

A primeira SD que nos propomos a analisar foi extraída de um pronunciamento presidencial divulgado em cadeia de rádio e televisão no dia 24/03/2020<sup>9</sup>. Trata-se do terceiro pronunciamento presidencial feito especificamente para tratar de assuntos referentes à pandemia de Covid-19.

**SD1:** Desde quando resgatamos nossos irmãos em Wuhan, na China, em uma operação coordenada pelos ministérios da

9 Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-em-cadeia-de-radio-e-televisao-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-1>. Acesso em: 15 maio 2020.

Defesa e das Relações Exteriores<sup>10</sup>, surgiu para nós um sinal amarelo. Começamos a nos preparar para enfrentar o coronavírus, pois sabíamos que mais cedo ou mais tarde ele chegaria ao Brasil. Nosso ministro da Saúde reuniu-se com quase todos os secretários de Saúde dos estados para que o planejamento estratégico de combate ao vírus fosse construído e, desde então, o doutor Henrique Mandetta vem desempenhando um excelente trabalho de esclarecimento e preparação do SUS para atendimento de possíveis vítimas. Mas, o que tínhamos que conter naquele momento era o pânico, a histeria. E, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa.

O primeiro aspecto a ser analisado dessa primeira SD refere-se à forma como vai sendo desenhada uma construção discursiva que constrói uma representação do governo no papel de herói. Essa construção vai sendo feita a partir de escolhas lexicais, sobretudo pela escolha das palavras que indicam as ações praticadas pelo *nós* (governo), dentre elas, destacamos: “*resgatamos*”, “*começamos a nos preparar para enfrentar*”, “*tínhamos que conter*”, “*traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego*”.

Esses verbos vão formando um conjunto que nos remete a uma discursividade da guerra e vai associando o governo a uma figura a um só tempo heroica (resgatar, enfrentar, salvar, conter) e organizada (se preparar, traçar estratégias).

Analisemos um pouco mais atentamente a primeira oração da SD1, de forma a perceber como vai sendo construída a figura do governo-herói. Para nos ajudar a analisar este enunciado, recorreremos à discussão feita por Ilari e Geraldi (1987), em que eles retomam noções de Halliday e sua gramática de casos, que entende que as orações são formas de o falante reelaborar ‘pequenas cenas’ que põem em jogo três elementos: um **processo**, **participantes** e **circunstâncias**.

10 Esse resgate de brasileiros aconteceu em 07 de fevereiro de 2020, sendo que o Itamaraty trouxe para o Brasil 34 brasileiros que estavam no local onde iniciou a pandemia de COVID-19.

Em relação ao **processo**, na primeira oração da SD1 ele é indicado pela forma verbal “resgatamos”. Trata-se de um verbo transitivo, ou seja, um verbo que pressupõe dois argumentos – um na posição de sujeito e outro na posição de beneficiário (o participante que é afetado positiva ou negativamente pelo processo).

No que se refere aos **participantes**, trata-se de uma oração com sujeito desinencial, ou seja, a terminação verbal -mos em “**resgatamos**” indica o sujeito da primeira pessoa do plural “nós”. Em se tratando de um pronunciamento presidencial, podemos entender a significação do “nós” referindo-se ao presidente, que estava proferindo o discurso, e demais agentes do governo federal responsáveis pela operação de repatriamento.

Já o beneficiário (objeto direto do verbo resgatar), afetado positivamente pelo processo de resgatar, vem expresso como “nossos irmãos”, que estabelece uma relação fraternal entre o sujeito (o “governo-herói”) e os brasileiros repatriados.

Fechando essa pequena cena, as **circunstâncias** nos são apresentadas como “em Wuhan, na China, em uma operação coordenada pelos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores”, em que entram em cena tanto o local de onde foram resgatados os brasileiros quanto vai se desenhando uma figura de organização, de apelo à razão para a figura do governo, na medida em que coloca em cena dois ministérios que atuaram numa *ação coordenada*.

Essa representação do governo-herói é realçada também quando se mobiliza a figura do ministro da saúde, que é acionado como “Nosso ministro da Saúde”, que estaria liderando um trabalho coordenado entre os secretários de saúde para *combater* o vírus.

Destacamos agora a forma como a utilização de alguns operadores argumentativos vai estabelecendo relações de sentido entre os diferentes argumentos elencados na construção da representação da



figura do governo-herói. No segundo período da SD1, por exemplo, temos a seguinte construção: “Começamos a nos preparar para enfrentar o coronavírus, pois sabíamos que mais cedo ou mais tarde ele chegaria ao Brasil.”

Nesse período, inicia-se por construir uma representação de governo organizado, que estaria se preparando para o combate ao vírus (preparação para a guerra?), mas a justificativa para essa preparação, iniciada com o operador argumentativo<sup>11</sup> “pois”, posiciona a chegada do vírus como apenas a uma questão de tempo: “*pois sabíamos que mais cedo ou mais tarde ele chegaria ao Brasil*”, ou seja, havia uma certa preparação para enfrentar o vírus, mas a entrada dele no Brasil é formulada como inevitável.

Destacamos também a presença do operador argumentativo (OA) “mas”, que inicia o penúltimo período da SD1. A utilização desse OA indica uma contraposição de argumentos, orientados para conclusões opostas. Nesse ponto, há uma mudança no objeto a ser enfrentado, sendo que passamos de uma argumentação que estava estabelecendo um embate entre o governo e o coronavírus para o embate entre o governo e o *pânico*, a *histeria*.

Fechando nossas considerações sobre a SD1, destacamos a presença do operador argumentativo “E”, que inicia o último período dessa sequência e que acrescenta outro argumento a esse último, de que o que precisaria ser enfrentado era o pânico “E, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa”.

11 Silva e Barbosa (2016), valendo-se dos trabalhos de Ducrot (1972, 1981) e Koch (2002, 2006), agrupa os operadores argumentativos em função da relação de sentido que estabelecem. Elas agrupam-nos então em OA que: assinalam o argumento mais forte; somam argumentos; introduzem uma conclusão; introduzem argumentos alternativos; comparam; introduzem justificativas ou explicações; estabelecem contraposição; e introduzem conteúdos pressupostos.

Percebemos na SD1, então, diferentes representações sobre a forma como o governo escolheu lidar com a situação da pandemia, que vão desde a preparação para um enfrentamento em relação à doença a uma representação em que o que precisa ser enfrentado é a histeria, concomitantemente ao estabelecimento de estratégias para atuar em duas frentes, quais sejam, a de salvar vidas e a de preservar os empregos.

Ainda desse mesmo pronunciamento, destacamos a seguinte sequência discursiva:

**SD2:** O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa.

Temos aqui um deslocamento em relação à SD1, pois enquanto na SD1 falava-se de um  *sinal amarelo*, na iminência da chegada do vírus ao Brasil, já no primeiro período da SD2 temos uma construção que simplifica o processo de enfrentamento do vírus em três fases, formuladas em três orações: a) uma no pretérito perfeito, – “o vírus *chegou*”; b) uma no gerúndio – “*está sendo enfrentado* por nós”; c) uma no futuro do presente – “*brevemente passará*”. Nesse panorama que nos é apresentado, cria-se um efeito de sentido de que tudo está acontecendo dentro da normalidade, esse processo é colocado como tendo uma estrutura de início, meio e fim, sendo que o desfecho (o fim da epidemia de coronavírus) é colocado como algo que acontecerá num futuro próximo (brevemente), como consequência da atuação heroica do governo-herói (nós) no processo presente na formulação “*está sendo enfrentado por nós*”.

No que se refere ao detalhamento do que deve ser feito durante esse período de enfrentamento ao novo coronavírus, temos uma sequência de períodos em que se percebe um certo paralelismo sintático, que organizamos no Quadro 1:

**Quadro 1 – Sequência de períodos sobre o que deve ser feito durante o combate ao Covid-19.**

Sujeito	Verbo	Objeto
Nossa vida	tem	que continuar
Os empregos	Devem	ser mantidos
O sustento das famílias	Deve	ser preservado
(nós)	Devemos	voltar à normalidade
Algumas poucas autoridades estaduais e municipais	Devem	abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa

Fonte: Organizado pelo autor, retirado de: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-em-cadeia-de-radio-e-televisao-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-1>. Acesso em: 15 maio 2020.

Primeiramente, é importante ressaltar que os verbos utilizados nessa sequência de orações (*tem que* e *deve(m)(os)*) funcionam como ordens, o que configura a posição daquele que enuncia como falando da posição de poder. Nesse sentido, apesar da utilização da primeira pessoa do plural em “*nossa vida*” e como sujeito desinencial em “*devemos*”, percebemos um deslocamento da significação desse “nós”, em relação à SD1. Enquanto na SD1 o “nós” referia-se ao governo-herói, acompanhado de palavras do campo semântico do heroísmo e da lucidez, já na SD2 o nós refere-se à classe trabalhadora, sobretudo aqueles que tiveram que parar suas atividades durante o período de disseminação do novo coronavírus e cujas funções não são passíveis de serem feitas remotamente, que aparecem nessas construções da SD2 posicionados numa discursividade de subordinação às ordens (do governo-herói?).

Dessa forma, a oração “nossa vida tem que continuar” pode ser entendida como um apelo à volta das/os trabalhadoras/es para a atuação em seus respectivos trabalhos, o que também ecoa na oração “devemos voltar à normalidade”, que posiciona as/os trabalhadoras/es como sujeitos de dever, que obedecem e são relacionados à “normalidade” produtiva neoliberal.

Percebemos, nesse encadeamento de períodos, uma preocupação, sobretudo, com questões relativas a uma mitigação dos impactos econômicos da crise provocada pelo novo coronavírus, com uma insistência na volta à “normalidade”, que significaria o retorno às atividades comerciais e uma flexibilização das medidas de quarentena impostas no âmbito de alguns estados e municípios.

Já em relação ao último período da SD2, há um deslocamento de sentido em relação ao trabalho *conjunto* entre a esfera federal e as esferas estaduais e municipais, colocado na SD1, apontando para um descompasso entre estados e municípios e governo federal, uma vez que estados e municípios adotaram medidas de distanciamento social, quais sejam: restrições no âmbito dos transportes públicos, de atividades comerciais, entre outras medidas que visam ao distanciamento físico, sendo que o que é enfatizado pelo governo federal é a continuação de nossas vidas “normalmente”.

Além disso, vale destacar que esse grupo de “autoridades municipais e estaduais” são representados, nessa oração, não como na posição de *autoridade*, mas como *sujeitos de dever*, devendo revogar as medidas de distanciamento como forma de deferência à autoridade do governo federal.

Passemos agora a uma seção em que nos debruçaremos sobre a forma como foram representados o vírus, bem como o grupo de pessoas contaminadas.



## A DESCARTABILIDADE DO SER: VIDAS NÃO ENLUTÁVEIS

A SD3 foi extraída do mesmo pronunciamento das SD1 e SD2, na seção anterior. Vejamos:

**SD3:** O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine. No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho.

Nessa sequência discursiva, vai sendo formulada uma minimização da gravidade do problema a ser enfrentado, corroborando a tese presente na SD2 de que devemos voltar à suposta condição de normalidade. Para isso, são construídas estratégias discursivas de categorização de pessoas com maior ou menor risco de contaminação e desenvolvimento de doenças e de objetificação da situação de pandemia como um problema “menor”.

Primeiramente, faz-se uma delimitação do grupo de risco, como sendo aquele formado pelas pessoas acima de 60 anos e depois é utilizado o operador argumentativo “então” para indicar a conclusão do argumento que é questionar as medidas restritivas – representadas nesse momento pelo fechamento de escolas.

A minimização do problema continua, ao afirmar que são raros os casos de óbito de pessoas com até 40 anos de idade. Assim, minimiza-se a gravidade do problema, ao afirmar que ele atinge principalmente pessoas idosas, acima de 60 anos, que são vistas, não raro, como improdutivas no mercado de trabalho.

Além disso, é necessário questionar a quem ele se refere quando diz que “90% de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine”. A utilização desse “nós” estabelece uma separação entre o “nós” – pessoas economicamente ativas, não idosas, sem comorbidades associadas –, que não devemos nos preocupar com a Covid-19, e “eles” – pessoas que se enquadram no grupo de risco e que seriam os únicos que deveriam adotar medidas de isolamento.

Ademais, a SD3 termina com uma relação entre um suposto “histórico de atleta” como sendo suficiente para prevenir contra as complicações do novo coronavírus, que é comparado a uma “gripezinha” ou “resfriadinho”. A utilização do diminutivo “-inha/inho” funciona, então, como mais um recurso nesse movimento de minimizar a gravidade da doença decorrente da contaminação pelo SARS-CoV-2, sobretudo para aqueles pertencentes ao grupo dos “sãos”, com menos de 40 anos de idade, contribuindo para o argumento de que o comércio deve voltar à normalidade.

De forma a aprofundar a discussão sobre a forma como é construído esse argumento sobre a necessidade de se preocupar ou não com a contaminação pelo vírus, trazemos o conceito da descartabilidade, que por sua vez é inscrito numa matriz colonial de poder, oriundo da crítica decolonial<sup>12</sup>, sobretudo os trabalhos produzidos no Grupo Modernidade/Colonialidade.

No corpus analisado, vai sendo construída uma representação sobre a classe trabalhadora numa que associamos à noção de *descartabilidade* da vida humana, a qual explicitaremos na sequência. Conforme mencionamos no início deste texto, ainda não se conhece profundamente o SARS-CoV-2, responsável pela doença Covid-19, e até a

12 Ballestrin (2013) explica, citando Catherine Walsh, que o Grupo Modernidade/Colonialidade optou pelo termo decolonial (sem o “s”) para fazer uma diferenciação entre o projeto teórico/epistemológico/político decolonial e a ideia de descolonização enquanto libertação nacional.

escrita deste texto não havia tratamento específico comprovadamente eficaz contra tal doença, além de que as estimativas mais otimistas para a confecção de uma vacina capaz de prevenir a população contra essa doença estão previstas para o prazo de 18 meses (segundo semestre de 2021) (BIERNATH, 2020).

Dessa forma, entendemos que seguir as orientações da OMS para a prevenção da doença (dentre elas o estabelecimento de quarentena, por parte das autoridades) é a melhor alternativa para minimizar o impacto da epidemia para a população, além de ser a alternativa que nos parece priorizar o aspecto humano (WHO, 2020b).

Contudo, no *corpus* que estamos analisando, há uma defesa do fim da quarentena, ou seja, a reabertura dos comércios e a volta da circulação de pessoas, alegando a importância de as medidas tomadas para conter a Covid-19 terem efeitos mais nocivos para a população do que a própria doença. Tais efeitos nocivos, seriam o aumento do número de desempregados e o agravamento de uma crise econômica, a qual já afeta vários países. Todavia, acreditamos que priorizar a “saúde” das empresas em vez da saúde das pessoas inscreve-se num modelo moderno/colonial que enxerga as pessoas não como sujeitos, mas como mão de obra para a produção de mais-valia, que só tem valor enquanto estiverem produtivos e produzindo.

Dessa forma, nos discursos que minimizam a gravidade da disseminação da Covid-19, há a continuação de um discurso colonial que Mignolo (2017) chamou de “*dispensabilidade* ou *descartabilidade* da vida humana, desde a Revolução industrial até o século XXI” (MIGNOLO, 2017, p. 4) no seio da Matriz Colonial de Poder, que entende a natureza como ambiente a ser categorizado e explorado, e que põe em xeque, por exemplo, a humanidade dos autóctones que habitavam as terras do “novo mundo”.

A essa noção de dispensabilidade relacionamos o que Judith Butler (2015) chama de vidas não passíveis de luto. Segundo Butler (2015, p. 33), “sem a condição de ser enlutada, não há vida, ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida.”

A autora argumenta que vivemos sob um enquadramento em que apenas algumas formas de vida são reconhecidas como legítimas, como sujeitos. Nas palavras da autora: “Há ‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há ‘vidas’ que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas.” (BUTLER, 2015, p. 17).

Na maior parte do mundo ocidental-moderno-capitalista, as pessoas que não estão inseridas ativamente no mercado de trabalho formal fazem parte desse grupo de pessoas a que Butler (2015) se refere como não passíveis de serem reconhecidas como vidas. Não sendo reconhecidas como vidas, um grande contingente de pessoas mortas decorrentes de complicações por Covid-19 não é considerado passível de luto, pois, conforme Butler:

Uma vida específica não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada viva. Se certas vidas não são consideradas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras (2015, p.13).

Nesse sentido, há uma banalização ou naturalização dos óbitos de pessoas em função da contaminação pela Covid-19, cuja faixa etária com taxas mais altas de mortalidade é a de pessoas com 60 anos ou mais e que tenham outras comorbidades, por exemplo, obesidade, diabetes ou hipertensão.

Acreditamos que a insistência na delimitação do grupo de risco da doença inscreve-se também numa disputa de poder em que as pessoas que vêm a óbito em decorrência da contaminação pelo novo



coronavírus são objetificadas como pessoas com doenças pré-existent e que, portanto, mesmo se não tivessem sido contaminadas iriam falecer. Ademais, subjacente a essa naturalização pode ser lida uma identificação desse grupo como não produtivo no sistema de produção moderno/capitalista e, portanto, seriam dispensáveis.

Silva (2000, p. 81) esclarece-nos, sobre a identidade e a diferença, dizendo que:

Já sabemos que a identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva. O processo de adiamento e diferenciação linguísticos por meio do qual elas são produzidas está longe, entretanto, de ser simétrico. A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição - discursiva e linguística - está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (SILVA, 2000, p. 81).

Dessa forma, a insistência no fato de que os mais afetados com a Covid-19 são os idosos, com mais de 60 anos e com outras comorbidades inscreve-se num jogo discursivo em que as pessoas são objetificadas em função da faixa etária e da produtividade, o que aparece em formulações que defendem o fim da quarentena, o “isolamento vertical”<sup>13</sup> (isolando apenas os mais velhos e aqueles que comprovadamente estiverem infectados).

Retomando a discussão de Butler (2015), compreendemos essa objetificação como uma negação da precariedade da vida, pois:

A condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo, de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas “destrutíveis” e “não passíveis de luto”.

13 MAIA (2020), disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-defende-isolamento-vertical-sugere-que-pais-pode-sair-da-normalidade-democratica-24327038>. Acesso em 13 maio 2020.

Essas populações são “perdíveis”, ou podem ser sacrificadas, precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência ilegítima do Estado, a fome e as pandemias. Consequentemente, quando essas vidas são perdidas, não são objeto de lamentação, uma vez que, na lógica distorcida que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos “vivos” (BUTLER, 2015, p. 53).

Esse quadro interpretativo da descartabilidade do ser e da noção de vidas não passíveis de luto nos ajuda a interpretar algumas das formulações presentes no nosso *corpus*, na medida em que objetifica o contingente populacional afetado pelas medidas de reabertura do comércio apenas como engrenagens do/no processo produtivo moderno/colonial e não como sujeitos passíveis de luto.

## O SHOW TEM QUE CONTINUAR?

Passemos agora a sequências discursivas de um vídeo<sup>14</sup> publicado no *Instagram* por um empresário do ramo alimentício no Brasil, no dia 23/03/2020.

**SD4:** O Brasil não pode parar dessa maneira. O Brasil não aguenta. Tem que ter trabalho, as pessoas têm que produzir, têm que trabalhar. O Brasil não tem essa condição de ficar parado assim. As consequências que teremos economicamente no futuro vão ser muito maiores do que as pessoas que vão morrer agora com o coronavírus.

Na SD4, inicialmente temos duas orações em sequência, sendo que em ambas o sujeito sintático é “O Brasil”, e em ambas temos a presença do advérbio de negação “não”. Para analisar essas duas

14 Disponível em: <https://istoe.com.br/dono-do-madero-diz-que-brasil-nao-pode-parar-por-5-ou-7-mil-mortes/>.

orações encadeadas, recorremos ao trabalho de Brandão (1988), que traz a contribuição de Ducrot e Barbault (1981) sobre a negação, distinguindo entre *negação descritiva* e *negação polêmica*. Segundo Brandão (1988), a negação descritiva é uma descrição de um estado de coisas – por exemplo “Não há nuvens no céu hoje” –, já a **negação polêmica** é “uma negação de frase que marca uma atitude de oposição em relação a um enunciado positivo. É, por isso, uma modalidade de julgamento e, verdadeiramente, um ato de fala de negação” (BRANDÃO, 1998, p. 81).

Entendemos que a negação presente nas duas primeiras orações da SD4 são exemplos de negação polêmica, funcionando como uma espécie de resposta a um discurso que começava a circular de que era/é necessária a adoção de medidas de distanciamento social, com o fechamento de atividades comerciais não essenciais, de forma a minimizar a taxa de contaminação de Covid-19.

Primeiramente, consideramos importante problematizar o que o sintagma nominal “O Brasil” representa nessas duas orações. Na primeira delas – *O Brasil* não pode parar dessa maneira –, “O Brasil” recobre simbolicamente o contingente de trabalhadoras e trabalhadores do comércio, sobretudo aquelas/es cujos trabalhos não são possíveis de serem feitos remotamente. Já na segunda oração – *O Brasil* não aguenta –, apesar a utilização do mesmo sintagma nominal da primeira oração como sujeito, “O Brasil”, tal sintagma recobre simbolicamente outro grupo, o das/os empresárias/os donas/os dos comércios “presenciais”.

Nesse sentido, dizer que o Brasil não pode parar significa se opor às medidas de fechamento de comércios não essenciais, tomadas por grande parte das/os prefeitadas/os e governadoras, e defender que as/os trabalhadoras/es não podem parar de se deslocar para seus ambientes de trabalho, potencialmente expondo-se ao novo coronavírus. Já em relação à segunda oração – *O Brasil* não aguenta – temos

um verbo transitivo direto (aguentar) porém sem o complemento verbal explícito na frase. Continuando na linha de raciocínio estabelecida anteriormente de que o Brasil, nessa segunda oração, simboliza o empresariado, podemos fazer o exercício de pensar um possível complemento para o verbo aguentar, elíptico em “O Brasil não aguenta Ø”, que poderia ser reescrita como: *O empresariado não aguenta manter o salário das/os trabalhadoras/es durante o período em que os comércios estão fechados para evitar a disseminação de Covid-19.*

Em seguida, temos: “Tem que ter trabalho, as pessoas têm que produzir, têm que trabalhar. O Brasil não tem essa condição de ficar parado assim”. Novamente, percebemos a insistência na reabertura do comércio, com o argumento de que as/os trabalhadoras/es têm que produzir, com a justificativa de que o empresariado – metonimicamente representado por “O Brasil” – não teria condições de se manter sem que as/os trabalhadoras/es produzam.

Por fim, na SD4 afirma-se que “As consequências que teremos economicamente no futuro vão ser muito maiores do que as pessoas que vão morrer agora com o coronavírus”, em que é feita uma comparação entre duas instâncias diferentes. De um lado, temos as consequências negativas para a economia, do outro, temos as consequências negativas para a saúde das pessoas ao se exporem ao vírus, consequências essas que vão desde sintomas leves, parecidos com o sintoma da gripe, até a complicações, levando até mesmo a óbito as pessoas contaminadas com Covid-19.

Retomando as discussões de Butler (2015), notamos uma discursividade que posiciona as pessoas que estão morrendo em decorrência de complicações decorrentes da contaminação com o novo coronavírus como pessoas cujas vidas não merecem luto. Ademais, a comparação é feita como se fossem da mesma natureza as consequências econômicas e os óbitos de pessoas, além de as consequências econômicas (negativas) serem tidas como *maiores* do que as



pessoas que vão morrer, ou seja, tudo é reduzido ao seu valor econômico, uma vez mais, predicando como não passível de luto a vida das pessoas que estão morrendo em virtude de complicações causadas pelo novo coronavírus.

Na sequência desse mesmo vídeo do qual recortamos a SD4, destacamos três outras SDs:

**SD5:** Estou preocupado com o Brasil, com a situação toda, com o pequeno empresário, o vendedor de pipoca, a pessoa que tem um mercadinho, um restaurantinho, um barzinho, esse vai quebrar e não vai ter o que fazer. Estou preocupado com os 30 milhões que não terão emprego em 2021. Tem que ser mais realista para esse negócio todo.

**SD6:** Nós não podemos por conta de **5 mil pessoas, 7 mil pessoas** que vão morrer, eu sei que é muito grave, eu sei que isso é um problema, mas muito mais grave é o que já acontece no Brasil.

**SD7:** O Brasil tem que continuar trabalhando. Tem sim que proteger os idosos, tem que proteger as pessoas que tem uma saúde mais deficiente, vamos fazer isso, mas vamos pensar que tem que trabalhar. Eu acho que não pode simplesmente os infectologistas decidirem que tem que todo mundo parar, independente das consequências gravíssimas que o Brasil vai ter na sua economia. As pessoas vão morrer de loucura, vão morrer por doenças psicológicas porque não vão ter emprego, não vão ter dinheiro para poder sustentar a família.

Em relação à SD5, percebemos um funcionamento discursivo semelhante ao que analisamos anteriormente nas SD1 e SD2, na medida em que é mobilizada uma discursividade do herói, na medida em que esse grande empresário se coloca como *preocupado* com o Brasil. Na sequência dessa SD5 ele deixa mais claro quem está sendo representado pelo significante “Brasil” nessa condição de grupo vulnerável: primeiramente “o pequeno empresário, o vendedor de pipoca, a pessoa que tem um mercadinho, um restaurantinho, um barzinho”, em seguida “os 30 milhões que não terão emprego em 2021”.

Nesse sentido, estabelece-se uma outra separação nós/eles, em que o nós/heróis é o grupo dos grandes empresários e o eles/grupo vulnerável é formado pelos *pequenos* empresários, reiterados nos diminutivos *mercadinho*, *restaurantinho*, *barzinho*, bem como as/os trabalhadoras/es que, sem a retomada das atividades comerciais e sem a ajuda dos “heróis”, ficarão sem emprego em 2021.

Na SD6 notamos a presença uma vez mais de uma negação polêmica em relação à necessidade de fechamento dos comércios, além da continuação dessa separação nós/eles, dessa vez reelaborada de forma que o “nós” significa as pessoas que não vão morrer de Covid-19 e que continuarão vivendo/trabalhando e “eles” significa as pessoas que vão morrer: “Nós não podemos [parar] por conta de **5 mil pessoas, 7 mil pessoas que vão morrer...**”. Retomando a discussão feita na seção anterior sobre as vidas passíveis de luto (BUTLER, 2015), percebemos a insistência num discurso que não reconhece como enlutáveis o grande contingente de pessoas que estão adoecendo e morrendo de Covid-19<sup>15</sup>.

Dessa forma, na SD7, o empresário-herói reitera a preocupação com as pessoas mais vulneráveis a morrer se forem infectadas pelo novo coronavírus, mas seu plano de como salvar o Brasil pode ser resumido na formulação “O Brasil tem que *continuar trabalhando*”, uma vez que as vidas enlutáveis, as vidas que valem a pena ser vividas, nessa discursividade do mercado, são as vidas dedicadas ao trabalho, ao emprego. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se minimiza a gravidade da morte de 7 mil pessoas, demonstra-se preocupação com as consequências econômicas: “as pessoas vão morrer de loucura, vão morrer por doenças psicológicas *porque não vão ter emprego*, não vão *ter dinheiro* para poder sustentar a família”.

15 Oficialmente, até o dia 19 de junho de 2020, quando da escrita deste trabalho, o Brasil já registrava mais de 1 milhão de casos confirmados de COVID-19 e 48.427 mortos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/brasil-tem-mais-de-1-milhao-de-casos-confirmados-de-covid-19-aponta-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.shtml>. Acesso em: 19 jun. 2020.

Essa discursividade que tenta estabelecer um comparativo entre as consequências negativas do novo coronavírus para a economia e para a saúde das pessoas pode ser observada também na fala de um empresário do setor de brinquedos, em uma reunião com o STF<sup>16</sup> em 07 de maio, conforme consta nas SD8 e SD9:

**SD8:** Vou plagiar o ministro Paulo Guedes: nos sinais vitais, a indústria está rodando a 40 dos 100 possíveis dos sinais vitais. O ambiente econômico produziu o socorro às pessoas e às empresas na medida que foi possível. Agora, quando terminar o socorro às pessoas, as empresas vão estar fragilizadas.

**SD9:** O que a gente não queria é que, por conta de ter estado junto no combate a pandemia, o meu coração que está batendo a 40, eu não consigo retomar, os funcionários caem de novo na nossa folha. Aí eu tenho um inimigo lá fora que é meu adversário comercial, prontinho para suprir o mercado interno. Aí então haverá a morte de CNPJ.

Nessas SDs, percebemos que a prioridade é a “sobrevivência” das empresas, em detrimento da sobrevivência das pessoas. Para estabelecer a comparação entre essas duas instâncias, primeiramente se afirma, na SD8, que as indústrias estão trabalhando com 40 por cento dos sinais vitais, ou seja, as empresas estão passando por um momento de crise. Em seguida, afirma-se que o governo deu auxílio a ambos (pessoas e empresas), mas que quando terminar o socorro às pessoas (não explicitando muito bem se seria o socorro médico aos acometidos pela Covid-19 ou o auxílio financeiro oferecido pelo governo a uma parcela da população de informais), as empresas vão estar fragilizadas (financeiramente?).

Na sequência da conversa de representantes do empresariado com o STF, temos, na SD9, a continuação da metáfora da precariedade da “saúde das empresas”, mobilizando uma representação de fragilidade das empresas visando a convencer o STF acerca da necessidade de flexibilização das regras de retomada das atividades comerciais.

<sup>16</sup> [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/07/interna\\_politica,1145275/com-bolsonaro-no-stf-empresario-diz-havera-mortes-de-cnpj.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/07/interna_politica,1145275/com-bolsonaro-no-stf-empresario-diz-havera-mortes-de-cnpj.shtml).

Primeiramente, faz-se o desenho de um panorama em que o fechamento de comércios durante o combate à pandemia pode culminar na dificuldade de retomada comercial ao final da pandemia, devido ao “peso” da folha de pagamento de funcionários. Nesse sentido, quando se afirma que “O que a gente não queria é que, por conta de ter estado junto no combate a pandemia, o meu coração que está batendo a 40, eu não consigo retomar, os funcionários caem de novo na nossa folha.”, percebemos a insistência na representação das empresas como fragilizadas, como aqueles que serão os mais atingidos pelas consequências negativas da pandemia.

Logo na sequência, o empresário mobiliza a imagem das empresas estrangeiras como se elas não estivessem passando pelos problemas relacionados à pandemia do novo coronavírus, ao afirmar que “Aí eu tenho um inimigo lá fora que é meu adversário comercial, prontinho para suprir o mercado interno”.

A oração final da SD9 reitera uma vez mais a metáfora da saúde no campo empresarial, afirmando que “Aí então, haverá a morte de CNPJ<sup>17</sup>.”, em que as empresas, simbolizadas pelo CNPJ, estariam sujeitas à “morte”, ou seja, à falência, caso não sejam revistas as medidas de restrição ao comércio durante a pandemia. Podemos perceber aí uma discursividade em que é a “morte” de CNPJ é passível de luto, enquanto a morte de CPFs<sup>18</sup>, ou seja, a morte das pessoas em virtude de complicações com Covid-19 não.

17 O CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica compreende as informações cadastrais das entidades de interesse das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/cadastro-nacional-de-pessoas-juridicas-cnpj/informacoes-gerais-sobre-o-cnpj>.

18 O Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) é um banco de dados gerenciado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, que armazena informações cadastrais de contribuintes obrigados à inscrição no CPF, ou de cidadãos que se inscreveram voluntariamente. Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/cadastro-de-pessoas-fisicas-cpf/assuntos-relacionados/perguntas-e-respostas#Resposta1>.

Trataremos agora de SDs destacadas da fala de outro empresário brasileiro<sup>19</sup> em relação às consequências da disseminação de Covid-19 no Brasil.

**SD10:** Devia isolar os velhinhos, devia cuidar deles, devia não ter aglomerações humanas, grandes eventos, festas etc. Isso, sim. Mas esse isolamento vai custar muito mais caro. Você está preocupado com os pobres? Você vai ver a vida deles devastada, da humanidade, na hora do colapso econômico, da recessão mundial, dos pobres não terem o que comer, das empresas fecharem, dos desempregos em massa... Não dá para comparar com um “virusinho”, que é uma gripezinha leve para 90% das pessoas.

Podemos perceber que essa SD também se inscreve numa discursividade que coloca os impactos econômicos como aqueles que devem ser levados a sério, sendo que os efeitos da pandemia para a saúde das pessoas devem ser tratados como um problema de menor importância. Primeiramente é utilizado o futuro do pretérito – *devia* – para relativizar a importância das medidas de isolamento. Em seguida, utiliza-se o operador argumentativo “mas”, para introduzir o argumento em que toda a argumentação se baseia: “Mas esse isolamento vai **custar muito mais caro**”. Importante ressaltar que até mesmo o vocabulário utilizado para indicar que o isolamento trará consequências mais graves é do campo semântico economia: *custar*, *caro*.

Em seguida é descrito um cenário de devastação para as pessoas e empresas, sendo que os problemas relacionados ao vírus são amenizados por meio do uso do diminutivo “virusinho”, “gripezinha leve”. Na sequência temos:

**SD11:** Não dá para comparar o desastre que vai ser a vida... Está preocupado com a vida das pessoas? Fica preocupado não com o vírus entrando na favela. Na favela não vai matar ninguém. Vai matar só velhinho e gente doente. Não tem nenhuma

19 Disponível em: <https://kogut.oglobo.globo.com/noticias-da-tv/noticia/2020/03/atacada-filha-responde-sobre-audio-de-roberto-justus-nao-tenho-nada-ver.html>. Acesso em 19 jun. 2020.



morte no mundo até hoje, das 12 mil, que a pessoa não tenha nenhum problema recorrente de saúde do passado. Nenhuma. Como você me explica isso? Todos foram velhinhos ou diabéticos ou têm problema pulmonar (...) A pessoa saudável zero.

Retomando Butler (2015, p. 33), “sem a condição de ser enlutada, não há vida, ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida”. Nesse sentido é que se torna enunciável dizer que na favela não vai matar *ninguém, só velhinho e gente doente*, uma vez que os “velhinhos” e “doentes” da favela, como não fazem parte do enquadramento de pessoas produtivas, estão vivos, mas não são considerados plenamente como vidas, portanto não são passíveis de luto.

Finalizamos esta seção analisando um último conjunto de SDs, retiradas de pronunciamentos presidenciais feitos entre março e abril de 2020.

Pronunciamento presidencial 31/03/2020<sup>20</sup>

**SD12:** Minha preocupação sempre foi salvar vidas, tanto as que perderemos pela pandemia quanto aquelas que serão atingidas pelo desemprego, violência e fome. Me coloco no lugar das pessoas e entendo suas angústias. As medidas protetivas devem ser implementadas de forma racional, responsável e coordenada.

**SD13:** Temos uma missão: salvar vidas, sem deixar para trás os empregos. Por um lado, temos que ter cautela e precaução com todos, principalmente junto aos mais idosos e portadores de doenças preexistentes. Por outro, temos que combater o desemprego, que cresce rapidamente, em especial entre os mais pobres.

Nessas SDs há novamente a mobilização da figura do governo-herói, que se preocupa em salvar vidas, enfrentando, de forma *racional e coordenada*, ao mesmo tempo os problemas de saúde relacionados à Covid-19 e os problemas relacionados ao desemprego.

<sup>20</sup> <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-em-cadeia-de-radio-e-televisao-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-1>. Acesso em 19 jun. 2020.

Já do pronunciamento presidencial do dia 08/04/2020<sup>21</sup> destacamos as seguintes SDs:

**SD14:** Os mais humildes não podem deixar de se locomover para buscar o seu pão de cada dia.

**SD15:** As consequências do tratamento não podem ser mais danosas que a própria doença. O desemprego também leva à pobreza, à fome, à miséria, enfim, à própria morte.

**SD16:** Tenho certeza de que a grande maioria dos brasileiros quer voltar a trabalhar. Esta sempre foi minha orientação a todos os ministros, observadas as normas do Ministério da Saúde.

Nessas SDs, percebemos um deslocamento/descolamento da noção de governo-herói, uma vez que, em vez de representar o governo como o responsável por garantir o sustento para os mais necessitados, garantindo uma renda básica universal, por exemplo, joga a responsabilidade da vida para os próprios indivíduos, ao afirmar que “Os mais humildes não podem deixar de se locomover para buscar o seu pão de cada dia.”

Soma-se a isso a afirmação de que as consequências do tratamento não podem ser mais danosas do que a própria doença, em que podemos perceber uma disputa por sentidos em relação à necessidade de quarentena encampada por alguns governadores e prefeitos, seguindo a orientação da OMS e do então ministro da Saúde<sup>22</sup>, Henrique Mandetta, mas à qual se opõe grande parte do empresariado, bem como o presidente da república.

21 <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-em-cadeia-de-radio-e-televisao-4>. Acesso em 19 jun. 2020.

22 No primeiro semestre de 2020, até a data da finalização deste artigo, o presidente havia trocado duas vezes o ministro da saúde. Primeiramente, em 16 de abril Henrique Mandetta foi exonerado, tendo entrado em seu lugar o doutor Nelson Teich, que pediu exoneração no dia 15 de maio, tendo ficado menos de um mês à frente da pasta. Até 19 de junho, quando finalizamos este texto, o Ministério da Saúde estava sendo comandado interinamente por Eduardo Pazuello.

Outrossim, há uma espécie de equiparação entre a possível letalidade da Covid-19 e as consequências oriundas das medidas de fechamento de comércios, de forma que, nessa matriz de sentidos, uma vida só é de fato reconhecida como vida se estiver associada ao trabalho. Assim, de fato, podemos entender o alcance do que consta na SD15: “O desemprego também leva à pobreza, à fome, à miséria, enfim, à própria morte”.

No que se refere à SD16, é mobilizada novamente a figura do governo-herói, mas de uma forma pouco convencional, pois o presidente afirma que tem certeza (apesar de não expor quais foram os mecanismos que o levaram a chegar a essa conclusão) de que a maioria dos brasileiros quer *voltar a trabalhar*. Assim, ao afirmar que essa – a de incentivar a volta ao trabalho – sempre foi a orientação presidencial aos ministros, funciona como uma tentativa de mostrar que o presidente está atendendo aos anseios desse contingente que estaria interessado em voltar a trabalhar.

Por fim, analisamos algumas SDs extraídas do pronunciamento presidencial do dia 16/04/2020<sup>23</sup>:

**SD17:** Quando se fala em saúde, fala-se em vida, a gente não pode deixar de falar em emprego. Porque uma pessoa desempregada, ela estará mais propensa a sofrer problemas de saúde do que uma outra empregada. E desde o começo da pandemia eu me dirigi a todos os ministros e falei da vida e do emprego.

**SD18:** As pessoas mais humildes começaram a sentir primeiro o problema. Essas não podem ficar em casa por muito tempo. Então, não é aquilo que a gente gostaria de fazer, é aquilo que pode ser feito. Nós não poderemos prejudicar os mais necessitados. Eles não têm como ficar em casa por muito tempo, sem buscar seu alimento. E o que eu conversei com o dr. Nelson é que, gradativamente, nós temos que abrir o emprego no Brasil.

<sup>23</sup> <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-para-anuncio-do-novo-ministro-da-saude-palacio-do-planalto>. Acesso em 19 jun. 2020.

**SD19:** Sei e repito que a vida não tem preço, mas a economia, o emprego, tem que voltar à normalidade, não o mais rápido possível, como foi conversado com o dr. Nelson, mas ele tem que começar a ser flexibilizado para que exatamente não venhamos a sofrer mais com isso.

**SD20:** Devemos tomar medidas, sim, para evitar a proliferação ou a expansão do vírus, mas pelo convencimento e com medidas que não atinjam a liberdade e a garantia individual de qualquer cidadão.

No que se refere à SD17, destacamos a ocorrência, novamente, do recobrimento entre os conceitos de vida e emprego, numa rede de sentidos em que uma vida só é considerada uma vida sob a ótica do emprego. Nesse sentido, é feito um encadeamento que coloca numa relação de dependência as noções de saúde, vida e emprego, culminando na formulação que estabelece uma relação de causalidade entre desemprego e problemas de saúde.

Já na SD18, percebemos um deslocamento em relação ao papel do governo-herói, pois, diferentemente da posição sustentada anteriormente do *enfrentamento* em relação ao vírus e aos reveses econômicos, ao afirmar que “não é aquilo que a gente gostaria de fazer, é aquilo que pode ser feito”, temos um efeito de sentido de que o governo se posiciona como incapaz de prover a ajuda necessária ao grande contingente de pessoas que precisam do auxílio governamental para cumprir as medidas de distanciamento social.

Assim, com o pretexto de *não prejudicar os mais necessitados*, e para *proteger as liberdades individuais* das/dos mais necessitados financeiramente, a medida defendida pelo chefe do executivo federal coincide com a medida defendida pelos grandes empresários, qual seja: a volta à “normalidade”, ou seja, a flexibilização da quarentena, com a volta ao trabalho das/os trabalhadoras/es cujos trabalhos não podem ser feitos remotamente, ainda que isso signifique aumentar a circulação do vírus, sobretudo entre esse contingente populacional

que lida diariamente com o grande público e que depende de transportes públicos superlotados para se locomover entre a casa e o trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das orientações da OMS indicarem medidas de distanciamento social, como a quarentena, como uma estratégia de frear a disseminação da Covid-19, na análise do nosso *corpus* percebemos a defesa, por parte do executivo federal e do grande empresariado, de flexibilização das medidas de quarentena adotadas por estados e municípios.

Valendo-nos de conceitos oriundos das críticas decoloniais, entendemos que essa defesa da “flexibilização” das medidas de quarentena inscreve-se numa discursividade do sistema-mundo moderno-capitalista, que enxerga a classe trabalhadora não enquanto seres, mas enquanto indivíduos dispensáveis, valendo apenas enquanto participantes do processo de produção capitalista.

Ademais, partindo de críticas feministas, sobretudo do trabalho de Butler (2015), apropriamo-nos dos conceitos de vida precária e de vidas não passíveis de luto para tecer considerações sobre como as/os trabalhadoras/es, as/os idosas/os, as crianças e as pessoas doentes não são reconhecidas como vidas enlutáveis, o que culmina na naturalização em relação ao óbito desse contingente populacional.

Algumas das representações recorrentes nas SDs analisadas foram: i) a objetificação do governo federal no papel de herói; ii) a objetificação da classe trabalhadora como vulnerável e, ao mesmo tempo, ávida por continuar trabalhando; iii) o SARS-CoV-2 como um vírus fraco, pouco letal; iv) o desemprego e a crise econômica como um grande desafio a ser enfrentado, letal; v) o grande empresariado, ora



como herói, ora como fragilizado; e vi) as pessoas mortas por Covid-19 como “vidas” não passíveis de luto, uma vez que a maioria supostamente não faz(ia) parte do grupo de pessoas produtivas.

## REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *In: Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 11. Brasília, maio – ago., 2013, p. 89-117.

BIERNATH, A. Coronavírus: quanto tempo deve demorar até a gente ter uma vacina? **Saúde**. Publ. 27 mar. 2020. Atual. 24 abr. 2020. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/coronavirus-quanto-tempo-vacina/>. Acesso em: 12 maio 2020.

BOLSONARO anuncia Nelson Teich como ministro da Saúde. **O Globo**. 16 abril 2020. 22 min. 18 seg. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1Fo\\_tyaFWYo](https://www.youtube.com/watch?v=1Fo_tyaFWYo). Acesso em: 14 maio 2020.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Paulo: EdUFSCar, 2009.

GROSGOGUEL, R. La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: Transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. *In: Tabula Rasa*. Bogotá – Colombia, N. 4: 17-48, jan./jun. 2006.

ILARI, R.; GERALDI, J. W. **Semântica**. São Paulo: Ática, 1987.

MAIA, G. Bolsonaro defende isolamento vertical e sugere que país pode ‘sair da normalidade democrática’. **O Globo**. 25 mar. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-defende-isolamento-vertical-sugere-que-pais-pode-sair-da-normalidade-democratica-24327038>. Acesso em 13 maio 2020.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSGOGUEL, R. (Eds.) El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. p. 127-167. Bogotá: Lesco Pensar Siglo del Hombre Editores, 2007.

MIGNOLO, W. COLONIALIDADE: O lado mais escuro da modernidade. (Trad. OLIVEIRA, M.) *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais* - Vol. 32 Nº 94. jun. 2017. DOI: 10.17666/329402/2017.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni P. Orlando – 5ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni P. Orlando – 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

SILVA, J. R. R.; BARBOSA, M. S. M. F. Operadores argumentativos e relações de sentido no gênero reportagem. *In*: **Linguagem**, São Carlos, v. 26 (1): 2016.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 73-102.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Considerations for quarantine of individuals in the context of containment for coronavirus disease (Covid-19)**: Interim guidance. Geneva: World Health Organization, 2020a. Disponível em: [https://www.who.int/publications-detail/considerations-for-quarantine-of-individuals-in-the-context-of-containment-for-coronavirus-disease-\(covid-19\)](https://www.who.int/publications-detail/considerations-for-quarantine-of-individuals-in-the-context-of-containment-for-coronavirus-disease-(covid-19)). Acesso em: 11 maio 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Responding to community spread of Covid-19**: Interim guidance. Geneva: World Health Organization, 2020b. Disponível em: <https://www.who.int/publications-detail/responding-to-community-spread-of-covid-19>. Acesso em: 11 maio 2020.



3

Fabiane Lemes

**VIOLÊNCIA FAMILIAR  
E COLONIALISMO:  
(RE)SIGNIFICAÇÃO  
DO FEMINICÍDIO  
EM TEMPOS DE COVID-19**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.333.89-105

**Resumo:**

Sob a égide do patriarcado, o corpo feminino foi configurado ao longo dos séculos como objeto de dominação masculina, o que se caracteriza não somente pelas técnicas de controle, mas também pelas formas de violação que sofre. Apogeu da violência familiar, o feminicídio possui traço colonialista do poder patriarcal que continua agindo mesmo com a presença feminina em diversos setores. Assim, a partir de uma perspectiva discursiva de linguagem, por meio da qual entendemos que as relações entre pessoas bem como a subjetivação dos sujeitos acontecem na/pela língua(gem) e que alguns sentidos tendem a ir se cristalizando nas práticas, este artigo objetiva analisar a colonialidade e a violência sofrida pela mulher. Para tanto, buscamos (re) significar tal ato de violência para analisá-lo no contexto atual, momento em que o mundo enfrenta o coronavírus - COVID-19, pandemia que reverbera no aumento dos índices de feminicídio cometidos no Brasil, os quais praticamente dobraram de 2019 para 2020.

**Palavras-chave:** Patriarcado. Violência familiar. Corpo feminino. COVID-19.



## INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil, o número de casos de violência familiar<sup>24</sup> é alarmante, confluindo frequentemente em feminicídio<sup>25</sup>. Para se ter uma ideia, no ano de 2019, em comparação a 2018, houve um aumento de 7,3% de assassinatos dessa ordem, conforme pesquisa realizada pelo G1, resultando na morte de 1314 mulheres – uma média de 1 a cada 7 horas<sup>26</sup>.

Além desses dados, com o isolamento social decretado no país desde março de 2020, em razão do Coronavírus - COVID-19, que matou e ainda está matando muitas pessoas no mundo todo, o número de denúncias feitas ao 180<sup>27</sup> subiu cerca de 17% desde o início da pandemia<sup>28</sup>. Assim, é dentro de casa, local em que as mulheres deveriam sentir-se seguras, onde parece habitar o maior perigo: da agressão do próprio parceiro, legitimada por aspectos históricos, sociais e culturais.

24 Não trabalharemos com o conceito “violência de gênero”, pois essa terminologia abrange tanto a violência de homens contra mulheres quanto a violência de mulheres contra homens, e aqui analisamos apenas o primeiro caso. Nesse sentido, utilizamos a terminologia Violência Familiar, possível “no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais frequente o primeiro caso” (SAFFIOTI, 2004, p. 71).

25 O artigo Mulher Explica, Folha de S. Paulo, agosto de 2017, define o feminicídio como o assassinato em função do gênero, motivado pelo ódio, desprezo ou perda de controle sobre a mulher, tipificado principalmente pela desfiguração e pelo ataque a rosto, seios e genitália, precedido ou não de violência sexual. A Lei 13.104, de 9 de março de 2015, explica o feminicídio como o homicídio contra a mulher por razão da condição do sexo feminino. Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Fonte: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm)> Acesso em junho de 2020.

26 Fonte: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-femicidios-em-2019.ghtml>> Acesso em junho de 2020.

27 “O Ligue **180** tem por objetivo receber denúncias de violência, reclamações sobre os serviços da rede de atendimento à mulher e de orientar as mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente, encaminhando-as para outros serviços quando necessário”. Fonte: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/ligue-180>> Acesso em julho de 2020.

28 Fonte: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/03/30/por-que-bolsonaro-erra-ao-usar-violencia-domestica-para-criticar-isolamento.htm>> Acesso em junho de 2020.



Os primeiros registros de trabalhos científicos cuja abordagem se pauta na violência familiar são datados do começo dos anos 80, século XX, quando surgiram as primeiras delegacias da mulher, o que possibilitou a realização dessas pesquisas a partir das denúncias desses crimes, dando-lhes visibilidade social. Tal temática, referência dos estudos feministas no Brasil, parte de três premissas teóricas, a saber: a *dominação masculina*, a *dominação patriarcal* e a corrente *relacional*.

A primeira vertente, cognominada *dominação masculina*, explica a violência familiar pela dominação do homem, de forma a anular a autonomia da mulher ao colocá-la como “vítima” e ao mesmo tempo “cúmplice” da situação. Por conseguinte, a *dominação patriarcal* se vincula ao feminismo marxista, pois atribui ao patriarcado e ao controle social masculino a gênese da violência familiar. Já a corrente *relacional* relativiza as duas noções anteriores para, então, atribuir a esse tipo de violência um caráter comunicativo em que “a mulher não é “vítima” senão “cúmplice”” (SANTOS e IZUMINO, 2014, p. 148).

Entendemos a violência “como uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com a finalidade de dominar, explorar e oprimir. A ação violenta trata o ser dominado como “objeto” e não como “sujeito”, o qual é silenciado e se torna dependente e passivo” (op. cit. p.149). Sob tal ótica, a autonomia do ser dominado é perdida, consequentemente, perde-se também a habilidade de refletir, agir, desejar e até mesmo de sentir.

Nesse percurso teórico, a violência familiar provém da crença da inferioridade da mulher em relação ao homem, em que as diferenças entre ambos resultam na manifestação de discursos hierárquicos que atuam, sobretudo, no corpo. Tais práticas sociais possuem natureza complexa, cuja discussão abrange aspectos históricos, culturais e sociais.

No intuito de perscrutar as relações entre esses aspectos, a violência familiar e o aumento da violência familiar em tempos de COVID-19, selecionamos alguns comentários tecidos por autoridades

políticas do Brasil, durante o período de isolamento social, os quais, a nosso ver, incitam e legitimam a violência quando praticada por homens e infligida às suas parceiras mulheres.

A partir desses comentários, abordamos aspectos históricos, sob a égide decolonial, tratando de construtos patriarcais e capitalistas bem como da influência de ambos nas estratégias de controle e dominação do corpo feminino, suscetível, nessa perspectiva, a diversos tipos de agressão que, muitas vezes, culminam em feminicídio.

Numa perspectiva discursiva de linguagem, compreendemos que é na relação entre sujeito e língua que o sujeito significa, e que discursos são cristalizados a partir da relação entre memória (Pêcheux, 1999) e atualidade, de forma a serem (re)significados a partir de construtos sócio-histórico-ideológicos de cada época.

## DISCUSSÃO TEÓRICA

A história do capitalismo é fundante para a discussão acerca da posição social que as mulheres ocupam hoje, pois, segundo a historiadora Silvia Federici, a introdução delas na força de trabalho ocorreu junto a uma série de outros fatores, dentre eles:

- i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho;
- ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores (FEDERICI, 2004, p. 16).

Seguindo tal raciocínio, com a ascensão capitalista, o corpo feminino adquire valor indubitavelmente econômico, trazendo à tona a indissociabilidade entre o gênero e as relações de classe. Nesse sentido, o gênero configura-se como suporte determinante das funções de

trabalho e as funções produtivas e reprodutivas da mulher são controladas, direta e indiretamente, pelo Estado.

Assim sendo, a história da mulher não pode ser desvinculada da história da luta de classes, pois a produção da força de trabalho, no contexto capitalista, foi definida a partir da premissa biológica. Isso significa que o trabalho despendido no âmbito doméstico, por exemplo, ao ser mistificado como vocação natural da mulher, foi invisibilizado e, conseqüentemente, teve o valor econômico refutado, corroborando a acumulação masculina do capital no sistema mundo-moderno-capitalista. Os lugares ocupados pela mulher e a divisão social do trabalho são, nesse contexto, definidos sob a pretensa de um imutável destino biológico.

Além disso, a degradação das mulheres, por exemplo, torna-se condição indispensável para a essência do capitalismo, independentemente da época. Isso porque as formas de violência que marcaram a emergência do capitalismo são também um modo de manutenção do sistema, portanto sempre presentes, apesar do desenvolvimento e da conseqüente maturação das relações capitalistas. Federici (2004) aponta que na transição do feudalismo para o capitalismo

Uma destas áreas-chave pela qual se produziram grandes mudanças foi a lei. Aqui, nesse período, é possível observar uma constante erosão dos direitos das mulheres. Um dos direitos mais importantes que as mulheres perderam foi o de realizar atividades econômicas por conta própria, como *femmes soles*. Na França, perderam o direito de fazer contratos ou de representar a si mesmas nos tribunais, tendo sido declaradas legalmente como “imbecis”. Na Itália, começaram a aparecer com menos frequência nos tribunais para denunciar abusos perpetrados contra elas. Na Alemanha, quando uma mulher de classe média tornava-se viúva, passou a ser comum a designação de um tutor para administrar seus negócios. Também foi proibido às mulheres alemãs que vivessem sozinhas ou com outras mulheres e, no caso das mais pobres, não podiam morar nem com suas próprias famílias, afinal pressupunha-se que não seriam adequadamente controladas. Em suma, além da desvalorização econômica e social, as mulheres experimentaram um processo de infantilização legal (p. 181, grifos da autora).

Desse modo, o corpo da mulher se constitui palco de exercício do poder patriarcal, movimento em que sua função social e sua força de trabalho são determinadas por sistemas de exploração, principalmente masculinos, cuja materialização se dá por estratégias de violência que objetivam disciplinar e se apropriar desse corpo. Tal prática é designada por Federici (2004) como “política do corpo”.

Caracterizado como forma de poder predominantemente masculino, o patriarcado<sup>29</sup> atua de forma preeminente sobre os corpos femininos, manifestando-se mediante diferentes formas de violência. Tal projeto de dominação se origina das relações de saber/poder, o que garante maior legitimidade ao *status* de opressor do homem em relação à mulher.

Ao longo dos anos, a materialização da violência à mulher frente à sociedade se deu de maneira mais ou menos explícita. No fim do século XV, por exemplo, as mulheres de classe baixa foram alvo do que Federici (2004) denomina política sexual, dinâmica em que o estupro foi praticamente descriminalizado pelas autoridades, desde que incidisse somente sobre as proletárias. A atitude foi posta em prática no intuito de angariar trabalhadores mais jovens e rebeldes, os quais viam na violência sexual uma forma de protesto de classe, além de reivindicar o casamento, impossibilitado pela inexistência de recursos financeiros suficientes para a subsistência e a manutenção de uma família, naquele período. Como resultado, o estupro justificado dessas mulheres deixou de impactar a sociedade, aparentemente indiferente ao ato, e causou uma onda misógina que arruinou não somente as trabalhadoras, violentadas sob a legislação do estado, porém as mulheres em geral.

29 A organização da sociedade em “civilizações” – assim denominadas pela presença de um governo formal e da escrita – começou cerca de quatro mil anos antes da era comum (a.e.c), em decorrência do desenvolvimento da agricultura. Nesse mesmo período, grande parte das sociedades agrícolas instituíram novos modos de subalternidade, em que pais e maridos exerciam o pleno domínio sobre as mulheres de suas famílias, sistema cognominado como patriarcal. Devido à pluralidade das civilizações, os hábitos patriarcais foram lapidados e aprofundados de acordo com as crenças e culturas desses mesmos grupos e, posteriormente, adaptados às atividades comerciais, as quais passaram a ditar as relações entre homens e mulheres, além de estabelecer os papéis de ambos (STEARNs, 2007).

Em decorrência de acontecimentos como esse, historicamente foi instituída a hierarquia sexual cujo projeto se concentra no ato de governar, prática possível somente a partir da divisão explícita entre opressor e oprimido. Nesse sentido, as técnicas sobre o corpo feminino são um processo histórico que se remodelou ao longo dos anos, adaptando-se a novas técnicas de controle.

Conforme já mencionado, o olhar e a vigilância sobre este corpo possuem forte viés patriarcal, perpetuando-se de geração a geração, de cultura a cultura. São, portanto, efeitos históricos que, embora anteriores à colonização, disseminaram-se através dela, haja vista que países colonizados, como o Brasil, trazem consigo a herança ideológica e as formas de dominação perpetradas pelos países colonizadores.

Quijano (2005) cunha o termo colonialidade no intuito de denominar o sistema capitalista atual, resultante do mito do descobrimento da América, associando-o ao colonialismo. Com o “descobrimento” do Brasil, houve conseqüente categorização de grupos baseada na raça, movimento responsável por dicotomias que cristalizaram a superioridade de uns e a inferioridade de outros. A partir dessa hierarquia racial, binarismos sociais também foram erigidos, dando sustentabilidade à prática moderna/colonial, imprescindível à manutenção do capitalismo.

Maldonado-Torres propõe importante reflexão teórica ao ramificar o conceito de colonialidade em três vertentes categóricas: a colonialidade do poder; a colonialidade do saber; e a colonialidade do ser. Sob a visão do autor,

[...]a colonialidade do poder se refere à inter-relação entre formas modernas de exploração e dominação, e a colonialidade do saber tem a ver com o papel da epistemologia e as tarefas gerais da produção de conhecimento na reprodução de regimes de pensamento coloniais, a colonialidade do ser se refere, então, à experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem (2007, p. 130).



À luz dessa premissa, a dinâmica da dominação atua sobre as esferas econômica, política e social, e a constante necessidade da sobreposição de povos em relação a outros, na disputa pelo poder, manifesta-se, por conseguinte, nas relações de gênero<sup>30</sup>. Para Lugones, da colonialidade do ser emerge não apenas a classificação de “povos em termos de poder e gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas à classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos” (2014, p. 939).

Sob a circunscrição do colonialismo, as relações de gênero recorrem ao controle do corpo feminino mediante instâncias além do binarismo patriarcal, de forma a associar raça e classe social ao que pode ser designado como colonialidade de gênero, haja vista as complexas especificidades que circundam tais relações, especialmente no que tange à violência infligida sobre as mulheres.

Nessa conjuntura decolonial, o feminismo abrange a violência resultante do colonialismo, em que o poder colonial soma-se ao poder patriarcal, de forma a atuarem concomitantemente. Acerca disso, Balustrin aclara que,

O corpo feminino pode ser pensado como o primeiro “território” a ser conquistado e ocupado pelo colonizador (homem, branco, cristão, europeu e heterossexual). Nas mais diversas situações de conflitualidades violentas, a vulnerabilidade do corpo feminino é acentuada: desde as conquistas coloniais, às guerras civis e interestatais, às ocupações e intervenções militares. Imperialismo, colonialismo e guerras foram em geral empreitadas masculinas e masculinizadas. Nesses contextos, a violação do corpo feminino por homens colonizadores, militarizados ou armados, do lado “amigo” ao “inimigo”, repete-se histórica e violentamente (2013, p. 6).

30 Apesar das complexas ramificações do conceito de gênero pelas correntes feministas, o abordamos como “construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2004, p. 45).

Constantemente dominado e violado ao longo dos séculos, ao corpo feminino foram atribuídas distintas possibilidades de violação, dentre elas a violência familiar, materializada por agressões verbais, psicológicas e físicas, as quais culminam amiúde no que a lei denomina como feminicídio.

Apesar da lei que assiste à mulher em suas relações privadas, a regularidade com que as situações de violência ocorrem provém, muitas vezes, da romantização das vítimas em relação ao agressor, que quase sempre se diz arrependido do abuso, quando não conduz à parceira a culpa pelo atentado. Além disso, parte da sociedade vê a violência entre casais como algo normal, inviabilizando a denúncia do agressor por parte dos vizinhos da vítima. Ademais, a ineficácia das leis e a dependência financeira do parceiro colocam as mulheres pacientes desse tipo de violência em situação de vulnerabilidade. Tem-se, portanto, um machismo estrutural e institucional, em que as mulheres são vítimas não somente de seus corruptores, mas da sociedade, da cultura e da história, de maneira geral.

Nessa conjuntura, a cristalização das estratégias de dominação ao longo dos séculos redundam em práticas sociais atravessadas pela banalização da forma como as instituições sociais tratam esses crimes contra as mulheres. Tais práticas são características de sentidos que se fixaram na formação social em decorrência de um “mundo semanticamente estabilizado” (PÊCHEUX, 2010, p. 33).

É na relação entre sujeito e língua que se dá a subjetivação do sujeito, isto é, que o sujeito se significa, e é na relação entre memória e atualidade que discursos são fundados e re(significados), mediante a circulação e repetição de dizeres que naturalizam sentidos condizentes com a formação ideológica vigente, como o discurso que reproduz e legitima a violência familiar. Segundo Pêcheux,

A memória seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados

e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2010, p.52).

Tal conceito é, nessa perspectiva, de cunho linguageiro e social. É a partir da memória discursiva que se pode retomar já-ditos, requalificando-os à historicidade do acontecimento discursivo. Esse “papel da memória opera de modo a sustentar a possibilidade de todo dizível, a inscrição de toda e qualquer palavra já que tanto o efeito de regularização quanto o de ruptura depositam-se sobre/sob as palavras já ditas por outrem” (MOSTAFA, AMORIM E SOUSA, 2014, p. 16).

Dando continuidade a sua argumentação, Pêcheux salienta que a memória

[...] não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (2010, p. 56).

Sob tal ótica, os sentidos se re(significam), já que não são fixos na língua, de acordo com as características sócio-histórico-ideológicas de cada período histórico, consonantemente às formações sociais.

## A LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA FAMILIAR

Em entrevista a jornalistas, no dia 29 de março de 2020, o presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, quando questionado acerca do aumento em 17% das denúncias de violência familiar desde a implementação do decreto de isolamento social, em razão da COVID-19, fez a seguinte declaração<sup>31</sup>:

31 Fonte: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/03/30/por-que-bolsonaro-erra-ao-usar-violencia-domestica-para-criticar-isolamento.htm>> Acesso em junho de 2020.

**SD1:** Tem mulher apanhando em casa. Por que isso? Em casa que falta pão, todos brigam e ninguém tem razão. Como é que acaba com isso? Tem que trabalhar, meu Deus do céu. É crime trabalhar?

Na sequência discursiva acima, percebemos, por meio da relação do sujeito com a língua, a subjetivação de um sujeito que justifica e releva a violência familiar. Nesse caso, a agressão à mulher é re(significada), legitimada pela falta de insumos básicos para a sobrevivência humana, revelados pela metáfora representada pelo substantivo “pão”. O discurso de permissividade dos atos de violência pelo parceiro, nesse contexto, é fundado na relação entre memória, quando a agressão à mulher era legalizada, e atualidade, em que a situação atípica de reclusão, causada por uma ameaça viral, torna-se gatilho para desencadear esse cenário de violência.

A discursividade, ao ser enunciada, manifesta a formação ideológica do sujeito enunciador e coloca em circulação dizeres que, ao serem repetidos, acabam (re)naturalizando os sentidos da violência familiar como algo aceitável, a depender do contexto em que ocorre.

Além disso, ao indagar “Como é que acaba com isso? Tem que trabalhar, meu Deus do céu. É crime trabalhar?”, há um jogo de sentidos em que a impossibilidade de trabalhar, devido ao isolamento provocado pela pandemia, descriminaliza a agressão à mulher. Nessa conjuntura, a impossibilidade do trabalho incidiria diretamente na legitimidade da violência praticada.

A suposta necessidade de trabalho para conter tais atos de violência é uma referência à atual situação do Brasil, em que foi decretado isolamento social devido ao Coronavírus. Tal fato tem afetado diretamente a economia, elevado índices de desemprego que culminam num aumento exponencial da situação de miséria no país.

Ao relacionar a condição da mulher de vítima da violência às necessidades financeiras, remontam-se as características da incidência do capitalismo, em que as mulheres perderam muitos de seus direitos, à situação atual. Em outras palavras, o corpo feminino continua sendo palco de agência do capitalismo e perde o direito de proteção ao ser objetificado e confrontado à subsistência material. Nessa conjuntura, a agressão desse corpo seria justificada como materialização das frustrações cotidianas, das dificuldades, do *stress*, isto é, como possibilidade de escape para o homem.

Ainda em março de 2020, em uma *live*, a ministra Damares Alves ponderou sobre a possibilidade do aumento da incidência da violência familiar durante a pandemia em razão das medidas de isolamento social e salientou a imprescindibilidade das denúncias. Nesse mesmo período, a “ONU Mulheres elaborou um documento sobre os possíveis impactos da crise gerada pelo covid-19 para as mulheres. A entidade avalia que o impacto econômico da pandemia pode criar “barreiras adicionais” para deixar um parceiro violento”<sup>32</sup>.

Cerca de um mês após a publicação do documento pela ONU, a mídia divulgou a imagem abaixo, que denota a atual conjuntura enfrentada pela sociedade e enuncia, de nosso ponto de vista, a tradição patriarcal das relações conforme construídas na história. A vítima da violência familiar, retratada pela imagem em questão, com o celular e as chaves da porta retidos pelo parceiro, em situação de vulnerabilidade, viu a possibilidade de pedir ajuda durante a madrugada. Com um batom, a vítima pediu por socorro por meio da toalha, jogada através da sacada do seu apartamento. A ajuda veio do vizinho que encontrou o pedido e acionou a polícia.

32 Fonte: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/20/interna\\_politica,835661/damares-isolamento-pode-aumentar-violencia-domestica-e-pede-denuncias.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/20/interna_politica,835661/damares-isolamento-pode-aumentar-violencia-domestica-e-pede-denuncias.shtml)> Acesso em junho de 2020.



Figura 1 – Pedido de socorro escrito com batom na toalha ajudou vítima de cárcere privado a conseguir escapar.



Fonte: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/04/22/em-carcere-privado-mulher-escreve-pedido-de-socorro-em-toalha-com-batom.htm>. Acesso em: jun. de 2020.

Dentre as motivações citadas para o aumento da violência familiar está o isolamento das mulheres em razão da pandemia causada pela COVID-19, o que causaria maiores conflitos no ambiente doméstico. Ademais, cita-se o fato de as mulheres não terem como escapar ou denunciar o agressor justamente pelas restrições de mobilidade impostas pelo cenário.

Em meio às discussões sobre os serviços que devem continuar sendo oferecidos à população mesmo ao longo do isolamento social, por serem essenciais, em sessão da Câmara Municipal, o vereador Wellington Oliveira (PSDB), de Campo Grande, defendeu a importância da reabertura dos salões de beleza:

**SD2:** Não há marido que aguenta mulher sem fazer sobrancelha, unha e cabelo<sup>33</sup>.

<sup>33</sup> Fonte: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/vereador-defende-saloes-abertos-por-que-marido-nao-aguenta-mulher-sem-fazer-sobrancelha-unha-cabelo-24359724> Acesso em junho de 2020.

Nessa sequência discursiva, a mulher é relativizada a partir do sentido de que a feminilidade, o que por si só faz parte da construção social de gênero, expressa pela obrigatoriedade de estar sempre modelada em salões “de beleza”<sup>34</sup>, é algo imposto. Em outras palavras, a ela, por ser mulher, são infligidos ininterruptamente cuidados ligados à aparência.

Nessa objetificação do corpo feminino, a mulher deve, a todo tempo, ter a aparência respaldada em padrões sociais pré-estabelecidos. Na posição hierárquica desigual, é colocada como objeto para o olhar do outro, masculino heteronormativo para quem teria que se moldar e modelar conforme a discursividade patriarcal que teria ainda o poder de classificar seu corpo como desagradável ao olhar.

Ademais, o verbo “aguentar”, por expressar uma ação, coloca o homem na posição de superioridade em relação à mulher, aquele de quem ela depende para ter aprovação quanto a sua aparência, afinal, cabe a ele aguentar ou não a mulher, o que lhe confere o caráter hierárquico da escolha.

Além dos salões de beleza, o vereador também defende a reabertura das igrejas. Vejamos:

**SD3:** Se a pessoa quisesse matar a mulher e os filhos, ele vai e bate na igreja, está fechada. Daí ele fala ‘É um aviso de Deus para eu voltar lá e matar’. Então, igreja é essencial, tem que criar mecanismos novos para que a igreja funcione”.

Nesse discurso híbrido em que se cruzam sentidos de religião e patriarcado de maneira metafórica<sup>35</sup>, matar a mulher não seria um

34 O mito da beleza que vigora socialmente tem origem capitalista e patriarcal. Assim, a beleza possui caráter predominantemente político e sua imposição como padrão seria a principal forma moderna de opressão masculina em relação às mulheres. Em outras palavras, o mito da beleza tem valor institucional e anula as demais capacidades da mulher (WOLF, 1992).

35 Sob a perspectiva discursiva, a metáfora pode ser vista como “um acontecimento semântico que se produz no ponto de intersecção entre vários campos semânticos” (RICOEUR, 1983, p. 151).

crime, mas o cumprimento de uma convivência divina que legitimaria não apenas a agressão, mas o assassinato da parceira, o que é interpretado, no discurso jurídico e por lei, crime de feminicídio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, compreendemos que, ao longo da história, foram estabelecidas construções sociais mediante a inserção de hierarquias sexuais que determinaram dominador e dominado. Nesse sentido, o corpo feminino tornou-se passivo de agenciamentos de ordem patriarcal, política que se manifestaram a partir de diferentes formas de violência.

Por conseguinte, a violência incidente sobre o corpo da mulher, de ordem patriarcal, vem sendo naturalizada com o passar dos anos, somando-se, posteriormente, à violência de origem colonial, como ora enfocamos, movimento histórico influenciado pelo sistema capitalista em que classe e raça tornaram-se parte das categorias não somente de classificação, porém de desumanização.

Sob a égide do poder colonial, o corpo feminino passa a ser considerado primeiro território do colonizador, estratégia de dominação que se perpetuou por meio das práticas sociais vigentes. Assim, ao longo da história, os atos de violência à mulher tornaram-se banais na subjetivação dos sujeitos, sentido que se sustentou e ainda se sustenta mediante (re)significações que condizem com cada época em que vigoram, incidindo em formações sociais que toleram tais atos, sob determinadas circunstâncias.

Nessa injunção, circunstâncias associadas à COVID-19, conforme materialidades analisadas, funcionam como gatilho e justificativa para a materialização da violência familiar.

## REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. América Latina e o giro decolonial. *In: Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013. p. 89-117.

FEDERICI, Silvia. **Calibá e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. *In: Revista de Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, 2014. p. 935-952.

MALDONADO-TORRES, Nelson. "Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto". *In: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.), El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MOSTAFA, Solange Puntel; AMORIM, Igor Soares; ABRAHÃO e SOUSA, Lucília Maria. Filosofia e discurso na Ciência da Informação: tessitura de encontros. *In: LOGEION. Filosofia da informação*, v.1, n.1, 2014. p. 6-19.

PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. *In: ACHARD, P. et al. O papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. 3. ed. Campinas: Pontes, 2010.

QUIJANO Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In: Lander E. (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais; 2005. p. 122-151.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Porto: Rés Editora, 1983.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2004.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Estudios interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 16, n. 1, 2014. p. 147-164.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero**. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007.

WOLF, Naomi. **O Mito da Beleza**: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.



The background is a dark green monochromatic collage. It features various scientific glassware such as Erlenmeyer flasks, beakers, and bottles, some containing liquids. Interspersed among the glassware are several books, some stacked, and various sheets of paper, some with faint markings or text. The overall aesthetic is that of a laboratory or a study desk.

# 4

San Thiago de Araújo e Silva

A COVID COMO  
“PUNIÇÃO DIVINA”:  
OBJETIFICAÇÃO  
DAS SEXUALIDADES  
QUEER NUMA FORMAÇÃO  
DISCURSIVA CRISTÃ



**Resumo:**

A sexualidade já foi teorizada e objetificada em vários discursos na história. Dentro do que entendemos ser um quadro colonial de saberes e poderes que ainda persiste, ela tem sido classificada a partir da heterossexualidade, esta tomada como padrão de normatividade. A partir desse padrão, qualquer outra identificação, desejo ou prática sexual é vista como desviante. Com isso, apesar das mudanças legislativas e do crescimento da representatividade e dos movimentos LGBTQIA+ e *Queer* das últimas décadas, ainda é recorrente sua associação com sentidos como transgressão, ultraje e pecado, por exemplo, e a elas são, por vezes, atribuídas a culpa por atos de violência, abusos sexuais, e ainda, catástrofes naturais, doenças e infecções que assolam a humanidade. Nessas condições, sob uma perspectiva discursiva da linguagem, analisamos um vídeo manifesto produzido e publicado em mídias sociais por um líder religioso que relaciona as sexualidades *queer* ao surgimento da COVID-19, isto é, como uma forma de punição divina a essas sexualidades. Com a análise, objetivamos contribuir para a compreensão da construção discursiva das identificações sociais, do preconceito e da cristalização de sentidos para as sexualidades LGBTQIA+ e *Queer*.

**Palavras-chave:** Sexualidade. Gênero. Estudos *Queer*. Culpa. Colonialidade. Análise do Discurso. Cristianismo.

## INTRODUÇÃO

### O pré-construído sobre o sexo

Ao descrever a história da sexualidade, Foucault (1998) apontou a ligação que as sociedades, ao longo dos tempos, fizeram entre sexo e verdade, de maneira que afirmou serem vários os mecanismos de poder que atuam e atuaram sobre os sujeitos incitando-os a falar “a verdade” sobre o sexo e o corpo de prazer” (RIBEIRO, 2006, p. 102). Mas, foi a partir do cristianismo que o Ocidente objetificou, normatizou e cristalizou o sexo como o lugar onde se aloja a “verdade” dos sujeitos (FOUCAULT, 1998).

O conceito de sexualidade como um instinto natural e preexistente foi destituído por Foucault (2008), que o definiu como um dispositivo que relaciona poder/prazer/saber e, assim, transforma o corpo em objeto de conhecimento, cujos segredos psíquicos e biológicos precisam ser revelados (RIBEIRO, 2006). Em alinhamento a esse entendimento, Louro (2000) e Weeks (2000) definiram sexualidade como sendo a organização e a valorização de crenças, comportamentos, e identidades sócio-historicamente construídas e modeladas, que se relacionam à satisfação dos desejos e prazeres sexuais dos indivíduos.

As relações de gênero e sexualidade, portanto, “constituem-se em episódios valorizados na construção da identidade cultural dos indivíduos” (SEFFNER, 2006, p. 81), além de representarem, nas inter-relações sociais, os desníveis de poder sempre presentes. Assim, apesar de existirem o macho e a fêmea em todas as espécies e populações, é a cultura que cria os sentidos de homem e mulher e as formas de vivenciar o que é tido socialmente como masculino e feminino. Essa variação cultural de sentidos e que também se altera no tempo permite

a compreensão de que as identificações são também temporárias, já que são sempre socialmente construídas e historicamente situadas. Dessa maneira, podem ser pensadas como oriundas de interpelações, isto é, como posições de sujeito (HALL, 2009). Sob essa perspectiva, as identidades são perpassadas por diferentes variáveis, tais como etnia, escolaridade, nível social, gênero, sexualidade, dentre outras.

Na cultura Ocidental, no entanto, gênero e sexualidade são categorias totalizadoras do que se chama de identidades como aspecto humano fixo, e que se sobrepõem às demais. Assim, aquilo que se pensa saber sobre gênero e sexualidade de um indivíduo passa a determinar as interpretações e os sentidos possíveis para as demais variáveis. Gênero e sexualidade são também características de identificação que se tornam primordiais para a identificação de sujeitos, principalmente nos casos que fogem à heteronormatividade, tomada como padrão de “normalidade”: ao longo da história ocidental, dentro do quadro colonial<sup>36</sup>, sociedades de tradição heteronormativa e hegemônicas (re)investem sentidos de normalidade ou anormalidade em vários discursos e elementos culturais e na construção de identidades de referência – a saber, a mulher branca, hétero cisgênero e o homem branco, hétero cisgênero, a partir das quais se mede o grau de heteronormatividade e são estabelecidas as diferenças, de maneira que a discussão da identidade só se faz a partir da marcação da diferença (SEFFNER, 2006).

36 Por “quadro colonial” referimo-nos ao conceito de colonialidade do poder, originalmente desenvolvido por Aníbal Quijano, em 1989, que exprime a constatação de que as formas de dominação coloniais tiveram continuidade mesmo após o fim do que, na história mundial, ficou conhecido por “Colonialismo”. Posteriormente, pensadores como Mignolo (2010), Grosfoguel (2008), Maldonado-Torres (2008) e outros ampliaram o entendimento de colonialidade a outros âmbitos, que não o do poder. Sugerindo, assim, a colonialidade como um quadro complexo de níveis entrelaçados que “se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser” (BALLESTRIN, 2013, p. 100). Do quadro colonial, portanto, as sociedades, culturas e saberes foram/são hierarquizados e a alteridade é criada (OLIVEIRA; PINTO, 2011).

Assim, nossa sociedade tem cristalizada como “normal” ou “padrão” a heterossexualidade, a partir da qual se classificam todas as outras possíveis manifestações sexuais. Como o que é considerado “normal” não precisa ser nomeado, o que foge a esse modelo, isto é, a diferença, é constantemente classificada, localizada, taxada e repetida (LOURO, 2000; SEFFNER, 2006). Foi em razão dessa crescente objetificação do sexo em discursos, a partir do século XVII, e, especialmente, no século XX (devido ao surgimento das Ciências Humanas), que a sexualidade, conforme apontou Foucault (2008), foi cada vez mais reprimida, vigiada, controlada. Nesse processo, conforme Soares (2012), o silêncio foi sendo imposto às pessoas homossexuais, pois a homossexualidade foi sendo diretamente associada a sentidos negativos, tais como a anormalidade, o crime, a doença. O fato de o sexo e a sexualidade serem cada vez mais discursivizados não permitiu, portanto, que homossexuais saíssem do espaço de terceira pessoa. Isto é, não passaram a ocupar a posição-sujeito que pode enunciar e dizer de si, mas permaneceram no lugar daqueles sobre os quais se falava. “Falava-se deles: quem eram, como eram, o que faziam e porque faziam” (SOARES, 2012), fixando-lhes sentidos. E isso foi sendo construído por diferentes instituições.

Ao longo dos anos, o que foi sendo classificado como desvios às condutas heteronormativas foram tomadas como “sodomias”, “perversões”, “doenças”, “má educação”, dentre outras. Portanto, a sexualidade foi um domínio de articulação entre a disciplina e a regulação do corpo e da população, sobre os quais diferentes instâncias atuaram: medicina, psicologia, mídia, família, escola, igreja, dentre outras. Aparentemente, existe entre todas as áreas o desejo comum de saber sobre os corpos, prazeres e sensações, visto que, através da disciplina do corpo e das regulações das populações, desenvolve-se “o poder sobre a vida” (RIBEIRO, 2006).

O poder de nomear como “correto” ou “desviante” um determinado tipo de vivência, na atualidade, continua concentrado nas áreas da medicina, psiquiatria, psicologia e agentes da moral (SEEFNER, 2006). Quanto a essas instâncias sociais, desde o final do século XX, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece as múltiplas vivências *queer*<sup>37</sup> como variedades da sexualidade humana (FREIRE e CARIDINALI, 2012), ao contrário do que se pensava antes, quando eram classificadas no campo patológico. Por outro lado, conforme nos mostra Zilles (2009), o cristianismo conservou a visão de que, para que o sexo seja realizado sem culpa moral, seu objetivo deve ser a procriação. Dessa maneira, as práticas sexuais cujo ímpeto seja simplesmente a satisfação de prazeres, como as homossexuais, por exemplo, são condenadas como imorais e dignas de culpa pelo cristianismo.

## DISPOSITIVO TEÓRICO

Em meio a essa realidade social, vivemos a pandemia de COVID-19 (sigla para *Coronavirus Disease* ou, em Português Doença do Coronavírus<sup>38</sup>), doença infecciosa causada pelo recém descoberto coronavírus, SARS-CoV-2<sup>39</sup>. A doença foi relatada pela primeira vez em dezembro de 2019, na cidade chinesa de Wuhan (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020). Então, após poucos meses de sua dispersão por vários países, alguns textos que relacionam o surgimento e a rápida disseminação da COVID-19 a grupos caracterizados por vivências

37 Nosso entendimento de *queer* relaciona-se com a ideia de gêneros e sexualidades transgressoras, múltiplas e que se colocam contra as normalizações, independentemente de onde venham (LOURO, 2001). Dessa forma, *queer* não se limita à sexualidade homo, heterossexual ou a quaisquer outras que sejam categorizadas visando a constituição de uma identidade social baseada na macho-hetero-normatividade. *Queer*, para nós, é a liberdade e a transgressão às classificações de gênero e à sexualidade.

38 Tradução nossa.

39 *Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2* (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020).



e práticas sexuais *queer* começaram a ser circulados. Propomo-nos, portanto, a promover uma análise discursiva de um desses textos circulados nas mídias sociais – a saber, de autoria do pastor brasileiro Adriano Menezes – no intuito de compreender sua interdiscursividade e, assim, identificar a maneira como se constroem os sentidos das vivências *queer* em seus discursos.

Para isso, recorreremos à Análise do Discurso (AD) francesa, que tem Michel Pêcheux (1997) como um de seus principais teóricos. Essa vertente dos Estudos Linguísticos não trata da língua ou da gramática, trata do discurso, que é o lugar no qual podemos observar a relação entre ideologia e língua, compreendendo que esta relação produz sentidos por/para os sujeitos. Assim, a AD leva em conta o ser humano na sua história, as condições de produção da linguagem e analisa as relações estabelecidas pelos sujeitos que falam e as situações nas quais falam. Esses sujeitos, no entanto, são sujeitos de enunciação, não indivíduos entendidos como seres viventes e existentes no mundo. Porque, para a Análise do Discurso, todo indivíduo é constituído-interpelado em sujeito, isto é, o sujeito “é uma atribuição de posição dada a um indivíduo via linguagem e interpelação ideológica” (HENRIQUES, 2016, p. 33).

Sob a perspectiva discursiva, os sentidos das palavras, expressões, proposições, etc. mudam de acordo com as posições sustentadas no contexto de sua reprodução. E o que deve e/ou pode ser dito, em uma formação ideológica específica, é determinado pela formação discursiva. A língua, portanto, não é trabalhada como um sistema abstrato e transparente, mas, sim, como uma língua inserida no mundo, em que a produção de sentidos faz parte da vida das pessoas. Então, a AD relaciona a linguagem à sua exterioridade para encontrar regularidades da linguagem em sua produção, procurando, com isso, “compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2005, p. 15).

Para a AD, segundo Soares (2012), nenhum discurso é fechado em si mesmo, todos os dizeres partem de outros possíveis “já-ditos”. Por isso, partir da investigação com um único texto como *corpus*, conforme aqui nos dispomos, não compromete os resultados de nossa análise, uma vez que interessa mais à AD a profundidade dos dados do que sua quantidade. Entendemos que as sequências discursivas ( $SD_N$ ) que aqui estarão expostas representam outras que não estarão, pois, todas elas foram estabelecidas sobre um mesmo discurso. Dessa forma, através da análise discursiva a que nos propomos, procuramos fazer visíveis, nas materialidades linguísticas, as regularidades enunciativas que associam esse texto a outros, isto é, sua intertextualidade possibilitada pela interdiscursividade e, assim, identificar a(s) formação(ões) discursiva(s) dos sujeitos das enunciações, ou seja, as formações que materializam, na linguagem, os discursos, sendo esses, as superfícies da ideologia, bem como identificar a forma como as pessoas de sexualidades *queer* são objetificadas e relacionadas à COVID-19.

Entendemos que o estabelecimento do *corpus* de trabalho para a Análise do Discurso, conforme Orlandi (2005) defende em sua obra, parte da própria questão imposta pela(o) analista. Segundo a autora, a(o) analista deve, mediante uma primeira análise, identificar as superfícies linguísticas, isto é, os textos tal como se apresentam no mundo, que se relacionam a sua questão. Assim, o texto da análise, que como todos os outros é heterogeneamente constituído, fica disponível a outras análises, sob outras questões. Dessa forma, nosso *corpus* foi montado a partir de um texto-vídeo, intitulado *Corona Vírus e a Bíblia*, do pastor brasileiro Adriano Menezes, veiculado em redes sociais e publicado em 16 de março de 2020 em seu próprio canal na plataforma de compartilhamento de vídeos, *YouTube*<sup>40</sup>. Para nossa análise, atentamo-nos apenas para o texto oral em si, isto é, os dizeres do pastor. Dessa forma, desconsideramos alguns recursos multimidiáticos que

40 O canal do pastor se chama *Pr. Adriano Menezes* e o vídeo, em sua totalidade, pode ser assistido em: <https://www.youtube.com/watch?v=174QetaqrcA&t=3s>. Acesso em: 12 mai. 2020.

nele estão presentes, tais como as expressões faciais do pastor, sua tonalidade de voz, o local em que escolheu para realizar a gravação que, apesar de sua relevância, estenderia demasiadamente a discussão ora proposta e nosso foco na materialidade linguística.

## O CORPUS E A ANÁLISE

Em uma análise prévia, compreendemos que o pastor Adriano Menezes, em seu vídeo manifesto, lida com três objetos discursivos que resultaram em nosso foco de análise: as sexualidades *queer*, a culpa e a COVID-19. Mediante as suas construções linguísticas e a maneira como ele relaciona esses três objetos, num segundo momento da análise, compreendemos que algumas representações imaginárias foram produzidas e que elas podem ser formuladas nas seguintes sequências discursivas que elaboramos como referência aos sentidos que, em nossa leitura, ressoam ao longo do texto em diferentes formulações:

(2.1.) A COVID-19 é um castigo divino à humanidade por suas vivências pecaminosas.

(2.2.) As vivências e sexualidades *queer* são pecaminosas.

## A COVID-19 É “UM CASTIGO DIVINO À HUMANIDADE POR SUAS VIVÊNCIAS PECAMINOSAS”

Logo no início de seu vídeo manifesto, o pastor Adriano Menezes menciona em que se baseia para opinar sobre o coronavírus recém descoberto, causador da doença COVID-19, na seguinte sequência discursiva que transcrevemos:

**SD<sub>1</sub>:** “[...] Minha visão está sob o livro de Ezequiel. No capítulo 14, versículo 21, diz que Deus tem quatro maneiras de julgar um povo e essas quatro maneiras são: primeiro, a espada, ou seja, as guerras; segunda maneira, a fome, a escassez, falta de alimento; a terceira maneira: as bestas-feras, o desequilíbrio ecológico, o desequilíbrio da natureza; quarta maneira: as pestes. Por que não, então, achar que a COVID-19, ou seja, coronavírus, nada mais, nada menos é, do que o juízo de Deus sobre a Terra? E se você acha isso estranho, vá para a Bíblia. Deus tem julgado as nações que desobedecem suas palavras, que desprezam seus ensinamentos. O livro de Deuterônimo tem textos e mais textos falando sobre consequências da obediência e consequências da desobediência. E, por viver um mundo desobediente a Deus, as consequências disso estão chegando. Em Gálatas, capítulo 6, está escrito que Deus não se deixa escarnecer. O que o homem plantar, isso colherá. Se ele planta na carne, no pecado, colhe corrupção; se ele planta no espírito, colhe a vida eterna. E o mundo está plantando uma vida de promiscuidade. O mundo está distante de Deus. O mundo tem afrontado Deus [...]”.

Nessa sequência discursiva, identificamos as seguintes relações de causas e consequências:

**Quadro 1 – Relações de causa e consequência entre pecados humanos e castigos divinos.**

<b>Causas (pecados humanos)</b>	<b>Consequências (castigos divinos)</b>
Desobediência às palavras de Deus	Julgamento divino
Desprezo aos ensinamentos de Deus	COVID-19
Plantar (na carne, no pecado, no espírito)	Colher (corrupção, vida eterna)
Promiscuidade	Guerras
Distanciamento de Deus	Fome
Afrontar a Deus	Desequilíbrio ecológico
	Pestes

Fonte: os autores, 2021.

Destacamos também a indagação-negativa realizada pelo enunciador no seguinte fragmento ( $F_1$ ) da sequência discursiva ( $SD_1$ ):

$F_1$ - $SD_1$ : “[...] Por que não [...] achar que a COVID-19 [...] é [...] o juízo de Deus sobre a Terra? [...]”.

Esse tipo de formulação é um jogo argumentativo no qual, conforme nos aponta Neves,

lança-se uma negação que vem focalizada, intensificada e valorizada, já estabelecendo com o interlocutor uma coordenação cognitiva que encaminha para a aceitação do que se possa declarar no polo oposto do que está declarado (negativamente) na frase inicial (2017, p. 35).

Ou seja, o enunciador supõe uma negativa que antecede seu enunciado estabelecendo uma conexão com quem, ao contrário dele, assim pensa. Então, dá início a seu jogo argumentativo declarando exatamente o oposto do que enuncia, justificando sua opinião nos fragmentos que procedem a  $F_1$ - $SD_1$ , tais como:

$F_2$ - $SD_1$ : “[...] Deus tem julgado as nações que desobedecem suas palavras, que desprezam seus ensinamentos [...]”;

$F_3$ - $SD_1$ : “[...] O que o homem plantar, isso colherá [...]”.

Sendo assim, esse questionamento, ao contrário do que se poderia pensar sobre o enunciador estar aberto a reflexões acerca do que afirma, mostra-nos, desde já, a posição-sujeito de líder religioso, enunciando por um discurso autoritário em que o locutor, ao se colocar como agente exclusivo, deixou contida a possibilidade de sentidos múltiplos (ORLANDI, 2005). Nesse sentido, a pergunta que se enuncia, junto com a estratégia da negação, é:

$F_1$ - $SD_1$ : “Por que achar que a COVID-19 é o juízo de Deus sobre a Terra?”

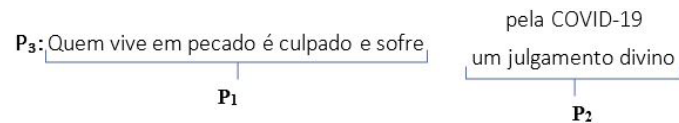


À qual seguem os argumentos  $F_2$ -SD<sub>1</sub> e  $F_3$ -SD<sub>1</sub> que a respondem. A articulação desses fragmentos nos leva às seguintes proposições ( $P_N$ ):

$P_1$ : Quem vive em pecado sofre o julgamento de Deus, pois tem culpa;

$P_2$ : A COVID-19 é um julgamento de Deus (COVID-19 = Julgamento de Deus);

Portanto,



O processo de culpabilidade não é uma estratégia recente para impor a moral cristã. Segundo os estudos de Pires (2005), a Companhia de Jesus<sup>41</sup> já mostrava a construção do discurso de culpa como recurso para modificações das tradições dos povos indígenas. Isto é, ela discursivizou o “Outro” por meio de um processo de culpabilidade em que esse “Outro” foi objetificado como sujeito de costumes e vivências pecaminosas e que deveria ser transformado em “civilizado”.

Nessa SD também podemos perceber a objetificação da COVID-19 como instrumento de ação de Deus. Nesse sentido, destacamos o seguinte fragmento:

$F_4$ -SD<sub>1</sub>: “[...] Deus tem 4 maneiras de julgar um povo e essas 4 maneiras são: primeiro, a espada, ou seja, as guerras; segunda maneira, a fome, a escassez, falta de alimento; a terceira maneira: as bestas-feras, o desequilíbrio ecológico, o desequilíbrio da natureza; quarta maneira: as pestes [...]”.

41 Missão jesuítica, fundada por bula papal no século XVI, cujo objetivo era “persuadir cristãos, hereges e pagãos a viverem uma vida reta, guiada pela moral cristã e pela luz divina” (EISENBERG, 2000, p. 32). Assim, a ordem religiosa estava em constantes missões, com objetivo de propagar a fé cristã, convertendo e punindo aqueles que considerava infiéis e hereges.

Nesse fragmento, em alinhamento aos conceitos expostos por Ignácio (2007), percebemos “Deus” como sujeito agentivo, aquele que controla e tem intenção de praticar a ação, que nesse caso é “julgar”. O objeto paciente dessa ação é “povo”, isto é, quem recebe a ação praticada pelo sujeito. Do mesmo modo, percebemos a marcação dos sujeitos instrumentais pelos quais essa ação se concretiza: guerras, fome, bestas-feras e pestes. Tendo, então, identificado a COVID-19 assumindo esses mesmos valores semânticos (ver *Quadro 1*), percebemos que, nesse fragmento, a doença assume também o valor de sujeito instrumental, não-volitivo e controlado pelo sujeito agentivo, por meio do qual a ação “julgar” se realiza.

Além disso, pelas relações realizadas nessa SD, podemos tecer articulações a fim de darmos visibilidade aos processos de formação de sentido aí existentes. Podemos, por exemplo, articular as negações das causas e refletir sobre as consequências. A partir disso, podemos destacar, por exemplo, o efeito de que

**F<sub>3</sub>-SD<sub>1</sub>**: “O que o homem ‘não’ plantar, isso ‘não’ colherá.”

Dessa perspectiva, quem não planta no pecado, não colhe a corrupção. Então, terá a vida eterna. Logo, quem tem colhido a corrupção, é porque plantou no pecado e não terá a vida eterna. Assim, as pessoas e sociedades que não pecaram contra Deus, não desobedeceram suas palavras e ensinamentos e não vivem na promiscuidade, não sofrerão os julgamentos divinos, não terão fome, guerras, pestes e estarão livres da COVID-19. Quem as tem, é porque pecou e está sob julgamento de Deus.

Essa elaboração é repetida em outra sequência discursiva:

**SD<sub>2</sub>**: “[...] Em Êxodo, no capítulo 15, no versículo 26, o Senhor diz: nenhuma das pragas que enviei ao Egito te alcançarão, nenhuma das enfermidades que pus no Egito te alcançarão, porque eu sou o Senhor que sara, se você me ouvir, se você me obedecer, e guardar os meus mandamentos [...] A melhor

forma de se proteger [d]isso, é Deus. Sim! Álcool em gel é sufi... é algo... muito bom, mas não protege. Porque [o vírus] não está apenas no contato das mãos, está no ar. Você pode estar lavando as mãos com sabão, mas aonde você toca, alguém já tocou, no seu celular, num banco [agência bancária] que você vai, o vírus está em todos os lugares. Esta é a razão dele se multiplicar tão rápido. Em menos de seis meses, nós estamos vivendo essa pandemia no mundo todo. Só há uma forma de você resguardar isso: vida com Deus. Então arrependa-se, ou você será o próximo da lista [...].”

Nessa SD, o sintagma nominal “vida com Deus” é o objeto da oração “só há uma forma” e resume a proposição de que a salvação, tanto quanto a objetificação da COVID-19 como castigo, só pode ser divina. A “vida com Deus”, compreendemos, é posicionar-se como fiel, não questionador e obediente (“eu sou o Senhor que sara, se *you* me *ouvir*, se *you* me *obedecer*, e *guardar os meus mandamentos*”), mesmo que já se tenha cometido pecados, caso em que, além de obediente, o sujeito arrependido é também o sujeito da culpa. A relação entre “arrependimento” e “salvação” materializa novamente a relação de causa e consequência. Essa atribuição de poder transformador ao divino, conforme Soares (2012), é algo recorrente à ideologia religiosa cristã, que o autor nos aponta como “barganha da fé”: uma promessa em troca de uma graça. O que é justamente enunciado, como compreendemos, na SD<sub>3</sub>.

**SD<sub>3</sub>:** “[...] Então, o mundo e a Igreja estará agora diante do julgamento. O juízo chegou [...] Um vírus fechou escolas, mudou a economia. O mundo não será mais o mesmo depois dessa pandemia [...] E você ainda tem dúvida que fogo consumiu Sodoma e Gomorra? Um vírus faz tudo isso. Deus está julgando. E isso só revela a justiça de Deus. Um Deus que é amor, também é justiça. E Ele não julga os homens sem antes ter dado tempo para os homens se arrependerem. [...] Ei! O juízo estará às portas e só resta uma coisa a fazer: arrepender-se. Sim! O arrependimento é a única coisa que reparará o caos nas nossas ações [...]”.

Nessa SD, compreendemos estar em repetição algumas associações já destacadas, como, por exemplo, entre vírus e julgamento/justiça divina.

**F<sub>1</sub>-SD<sub>3</sub>**: “[...] O juízo *chegou* [...]” (destaques nossos);

**F<sub>2</sub>-SD<sub>3</sub>**: “[...] Um *vírus faz tudo isso*. Deus *está julgando*. E isso só revela a *justiça de Deus* [...]” (destaques nossos).

Entretanto, podemos também perceber, agora de forma mais enfatizada, a associação entre “arrependimento” e “livramento”. Essa relação semântica garante as interpretações anteriores de que quem não pecou contra Deus, ou que se arrependeu por tê-lo feito, não será castigado e, então, está protegido do vírus. O vírus é o “caos” proveniente de nossas (“nós” como humanidade) ações cuja única correção é o arrependimento daquilo do que se tem culpa.

Destacamos, ainda, a SD<sub>4</sub>, que complementa esse sentido que vincula o arrependimento a um certo livramento em relação ao vírus.

**SD<sub>4</sub>**: “[...] Entretanto, em meio a todas essas coisas, uma promessa vem sobre nós: a promessa de livramento. E essa promessa de livramento é para todos que se arrependerem. É só você ler. Segundo Crônicas, capítulo 7, primeiro, Crônicas, capítulo 7, versículo 14, disse: o meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar, orar e buscar minha face e, destaque-se isso, se converter dos seus maus caminhos. Porque não adianta orar, não adianta se humilhar, se não se converter, se não abandonar as suas velhas práticas, se não se tornarem aquilo que precisam ser, de fato, o que Deus quer que você seja [...]”.

Dessa forma, o “povo” a ser julgado, que anteriormente (SD<sub>1</sub>) identificamos na posição de objeto paciente do verbo “julgar”, praticado pelo sujeito agente “Deus”, assume, nessas outras SDs, também uma posição agentiva, podendo ter a ação volitiva e controlada de “arrepender-se”. E, a partir desta, livrar-se da ação primeira, aquela que lhe colocava como objeto paciente. Ou seja, apesar de apenas receber a ação de Deus, o povo, por meio dos atos que pratica, pode salvar-se dos efeitos (ou merecê-los/provocá-los) dessa ação divina.

Demonstramos, então, novas relações de causa e consequência, isto é, a citada “barganha da fé”, em que haverá o perdão de Deus, no momento de Seu julgamento, caso nos arrependamos verdadeiramente dos atos e vivências pecaminosas.

**Quadro 2 – Relações de causa e consequência entre arrependimento e salvação.**

<b>Causas (arrependimento do que se é digno de culpa)</b>	<b>Consequências (livramento)</b>
Orar	Salvação contra a COVID-19
Humilhar-se	
Clamar a Deus (chamar por Seu nome)	
Converter-se	
Abandonar práticas e vivências pecaminosas	
Atender às expectativas de Deus quanto a quem se é	

Fonte: os autores, 2021.

As relações entre arrependimento e humilhação nos chamam a atenção para o entendimento de que apenas se arrepender não é suficiente para obter o livramento das consequências de nossos pecados. É preciso, segundo essa visão, “humilhar-se”, dentre outras coisas. Isso nos remete aos estudos de Foucault (2014) sobre a transformação ocorrida no sistema punitivo a partir do final do século XVIII. Para o autor, o corpo assumiu posição de instrumento que recebe a pena mediante a suspensão dos direitos dos indivíduos. Nessa organização punitiva, a preocupação se torna a repetição do crime, de maneira que a pena se tornou uma “arte dos efeitos”. Isto é, a punição deve ser imposta de tal forma que evite a vontade de repetir ou imitar a ação que está sendo punida. Assim, a humilhação necessária, conforme exposto na SD<sub>4</sub>, visa a garantir o controle do corpo, evitando a repetição ou imitação dos atos tidos como pecaminosos.





partir desse sentimento de intolerância e observando as objetificações de/em discursos conservadores, presenciamos, ao longo da história da humanidade, a formação de sociedades com o hábito de perseguir e enxergar o “Outro”, diferente, como inimigo.

Eventos como esse, conforme nos esclarece Federici (2017), puderam ser percebidos, por exemplo, no período das Grandes Navegações, quando Cristóvão Colombo foi em direção às “Índias”. Porquanto, ainda que não se tivesse instituído a caça às bruxas como fenômeno de massa na Europa, já era comum atacar populações e inimigos políticos embasando-se em acusações de adoração ao demônio. Assim, sustentada pelo militarismo e pela intolerância cristã vigentes na Europa medieval, estigmatizou-se o “Outro” numa narrativa europeia. Essa visão serviu de filtro para que colonizadores interpretassem culturas, religiões, costumes e práticas sexuais dos povos que encontravam como selvageria, ignorância e heresia. Sob a perspectiva de que o que é diferente é, também, pervertido, os colonizadores narraram a conquista das Américas como uma missão de conversão, e não como busca de riquezas. Nesse processo, os territórios foram tomados dos povos originários e eles escravizados, sob a justificativa de que teriam que ser civilizados em uma missão para expurgar a culpa do “Outro”.

O discurso colonizador religioso e político de conversão e salvação de indivíduos pecadores ressoa ainda nos dias atuais. É o que mostrou Soares (2012) ao mencionar um projeto da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, de autoria do deputado Edino Fonseca (PSC/RJ), pastor da Igreja Pentecostal Assembleia de Deus, que visava, “com ajuda de custo e muita fé, transformar (os doentes) homossexuais em heterossexuais”. É nesse sentido que entendemos as barganhas entre “conversão” e “salvação”, ideia defendida no texto do pastor Adriano Menezes, construindo sentidos. Analisamos isso, a partir de sequências em que o enunciador se propõe a mencionar fatos que comprovam a falta de retidão espiritual da humanidade.

**SD<sub>5</sub>:** “[...] É só você lembrar de alguns episódios. Mas, para refrescar melhor a sua memória, ano de 2015: na cidade de São Paulo, décima nona edição da parada *gay*. Eles estão passando pela avenida principal de São Paulo e, parados em frente a uma igreja, eles começam a profanar objetos e símbolos sagrados da Igreja Católica. Ao ponto de pegar um crucifixo e inserir sobre o ânus de um dos participantes daquela parada *gay*. [Em] 2015, nada aconteceu. Eles fizeram o que fizeram, e nada aconteceu [...]”.

Essa SD é sequência direta da SD<sub>1</sub>, que termina com o seguinte fragmento:

**F<sub>5</sub>-SD<sub>1</sub>:** “[...] E o mundo está plantando uma vida de promiscuidade. O mundo está distante de Deus. O mundo tem afrontado Deus [...]”.

Nessa SD, percebemos a associação que o enunciador faz entre profanação de símbolos religiosos e o que anteriormente entendemos como sua visão de pecado e culpa. Isto é, a suposta profanação desses símbolos religiosos seria um exemplo daquilo que defende como afronta, distância de Deus e promiscuidade em sequências discursivas anteriores, como, por exemplo, no fragmento F<sub>5</sub>-SD<sub>1</sub>, que destacamos.

A profanação de símbolos religiosos a qual o enunciador menciona na SD<sub>5</sub> refere-se a uma postagem em redes sociais, em 2015, do pastor e deputado federal Marco Feliciano. Nessa postagem, o pastor, ao criticar o evento, divulgou algumas imagens que atribuiu à 19<sup>a</sup> *Parada do Orgulho LGBT de São Paulo*, ocorrida em 7 de junho de 2015, conforme relatado, em reportagem de 2015, por Tiago Chagas, na seção *Brasil* do site de notícias *Gospel Mais*<sup>42</sup>. A postagem do pastor, no entanto, não está mais disponível, por ter sido editada, conforme noticiado pelo site *E-Farsas*<sup>43</sup>, que afirmou que as imagens utilizadas

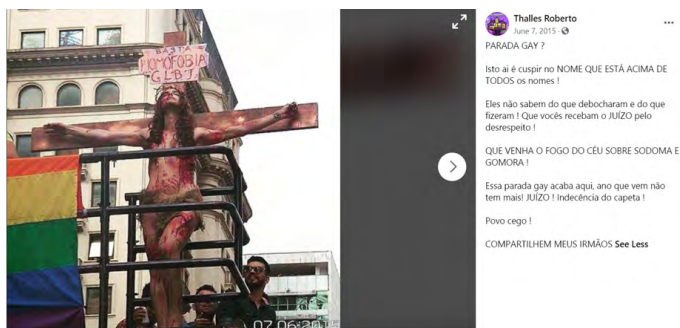
42 A matéria completa pode ser lida em: <https://noticias.gospelmais.com.br/parada-gay-marcada-agressoes-simbolos-cristianismo-77182.html>. Acesso em: 15 mai. 2020.

43 Disponível em: <https://www.e-farsas.com/atos-obscenos-zombam-da-fe-alheia-na-parada-gay.html>. Acesso em: 15 mai. 2020.

em sua postagem não foram retiradas da 19ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo<sup>44</sup>, à qual ele se referia.

Nosso intuito, no entanto, não é estabelecer quem apresenta a verdade nos fatos relativos ao evento de 2015, mas, sim, buscar regularidades discursivas materializadas entre dizeres relativos a ela e a SD<sub>5</sub>. Assim, um enunciado relevante para a nossa análise é uma postagem de autoria do artista e pastor evangélico Thalles Roberto, em 7 de junho de 2015, em seu perfil da rede social Facebook<sup>45</sup>.

**Figura 1 – Postagem do pastor Thalles Roberto no Facebook sobre a 19ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo.**



Fonte: Facebook, 2021.

Nos dizeres que acompanham a fotografia de sua postagem, o pastor Thalles Roberto clama pelo juízo divino sobre a população *queer*, nas seguintes sequências:

44 Nos dias seguintes ao evento em São Paulo, conforme descrito por Araújo (2016), a comunidade evangélica invocou o conceito de “crístofobia” como sendo a perseguição ao povo cristão. Assim, visando à criminalização da crístofobia, um projeto foi apresentado à Câmara dos Deputados. E, na mesma semana, deputados evangélicos interromperam uma sessão do Congresso Nacional portando, segundo Araújo (2016, p. 1), “cartazes com várias imagens de manifestações em que figuras cristãs eram atacadas com os dizeres “Você é a favor disso?” – apesar de apresentadas como sendo da referida Parada LGBT, muitas delas foram tiradas em manifestações diversas, em outras datas e locais”.

45 A postagem do pastor Thalles Roberto pode ser conferida em: <https://www.facebook.com/ThallesRoberto/photos/a.555862507796400.1073741835.279157545466899/861886120527369/?type=1>. Acesso em: 15 mai. 2020.

**SD<sub>6</sub>**: “[...] Que vocês recebam o juízo pelo desrespeito! Que venha o fogo do céu sobre Sodoma e Gomorra! [...] Juízo!” (destaques nossos).

O pastor tece uma relação entre a décima nona edição do evento *queer* com Sodoma e Gomorra, cidades que, segundo a tradição cristã, foram destruídas por Deus ao serem julgadas por libertinagem e desobediência. É esse evento bíblico que dá origem à palavra sodomia<sup>46</sup>. Conforme o entendimento do pastor, as pessoas na *Parada do Orgulho LGBT de São Paulo* também pecaram contra Deus, pelo que chama de “desrespeito” e nos seguintes dizeres de sua postagem:

**SD<sub>7</sub>**: “Isto aí é *cuspir* no nome que está acima de todos os nomes! Eles não sabem do que *debocharam* e do que fizeram!” (destaques nossos).

Nessas sequências, compreendemos mais claramente os sentidos construídos na SD<sub>5</sub>. Percebemos as relações construídas entre “vivência *queer*” e “pecado”; e entre “pecado” e “julgamento/castigo”. Assim, é possível aferir os sentidos construídos no fragmento final da SD<sub>5</sub>:

**F<sub>1</sub>-SD<sub>5</sub>**: “[Em] 2015, nada aconteceu. Eles fizeram o que fizeram, e nada aconteceu [...]”.

Nesse fragmento ressoa a relação entre “pecado” e “castigo”, que é defendida e repetida várias vezes no vídeo manifesto, na lógica de que todo aquele que pecar será castigado e de que, diante do exposto, algo deveria ter acontecido, contradizendo, assim, sua própria argumentação acerca da relação pecado e punição. Nesse fragmento, existe uma separação do sujeito que fala daqueles sobre quem diz. A espera de que algo tivesse acontecido é a expectativa de um julgamento divino a atos feitos por “Eles”, que não sabemos a quem se refere, mas que se difere do que se expressa por “Nós”.

46 “A interpretação da teologia moral cristã definiu o termo sodomita como aquele que, semelhantemente aos habitantes de Sodoma, pratica atos sexuais com pessoa do mesmo sexo” (PRESTES; VIANA, 2008, p. 322 apud SPENCER, 1995, p. 59-63; TREVISAN, 2000, p. 63-73; VAINFAS, 1989, p. 144-180). A sodomia também foi considerada um ato de heresia que deveria ser corrigido pela Inquisição, tribunal de fé instituído para disciplinar os erros (PRESTES; VIANA, 2008, p. 330).



Sem uma explicitação de quem são “Eles”, poderíamos pensar que o pastor Adriano Menezes, em seu manifesto, não se referia especificamente às pessoas de vivências *queer*, mas sim ao fato isolado de profanar símbolos religiosos. Entretanto, percebemos que não é isso que o enunciador considera como profano, por meio da sequência discursiva que procede em sua enunciação sobre quais episódios exemplificam a vivência no pecado.

**SD<sub>g</sub>:** “[...] [Em] 2020, na virada de 2019 para 2020, na tão importante festa do nascimento de Jesus, Natal, o grupo Porta dos Fundos faz uma ceia diferente. A ceia deles trazia um Jesus *gay*, uma Maria lésbica, apóstolos drogados, e uma confusão toda em nome da arte. Não, não. Eles estavam afrontando Deus [...] [Em] 2020, carnaval de 2020, o grupo Mangueira está agora novamente afrontando Deus. E, no seu enredo, colocam um Jesus da gente. E o Jesus da gente... ele é *gay*, ele é mulher, ele é homem, ele é o que as pessoas bem quiserem que Ele fosse. Maria é lésbica [...]. Essa é a realidade do mundo afrontando Deus [...]”.

Nessa SD, percebemos a associação entre “afrontamento a Deus” e tais representações de Jesus, Maria e apóstolos por ele descritas. Portanto, dessa perspectiva semântica, é inconcebível que tais personalidades tivessem as características, vivências e práticas por ele descritas. Ou seja, para o enunciador, Jesus não poderia ter sido *gay*; Maria não poderia ter sido lésbica; e os apóstolos não poderiam ter usado ou usar drogas, e representar essas personalidades sob essas características é afrontar a Deus. Esses sentidos reforçam a distância enunciada entre “Eles” e “Nós”, conforme expusemos anteriormente, em que “Eles” representa a alteridade que comete os erros apontados, que “Nós”, posição em que o sujeito enunciativo se coloca, não comete. Reforça, também, o que já expusemos sobre “povo”, apesar de objeto paciente da ação de Deus assumir a posição de sujeito agentivo que provoca, através de seus próprios atos, tais ações divinas. O “povo” da SD<sub>1</sub>, aqui parafraseado por “mundo”, assume então a posição de agentivo que pratica a ação de “afrontar”. “Deus”, por outro lado, outrora agentivo, encontra-se nessa SD como o objeto paciente que recebe a ação humana, isto é, o “afronte”.

Essa sequência retoma, também, sentidos impressos na postagem do pastor Thalles Roberto, que clama por justiça divina, afirmando que “Isto” é afrontar a Deus. Esse “Isto” a que o pastor se referia era a fotografia da modelo transexual, Viviany Beleboni, que desfilou na 19ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo do alto de um trio elétrico, representando Jesus crucificado, em cuja cruz, ao invés da tradicional inscrição INRI, trouxe o dizer “Basta de homofobia LGBT”. Ou seja, o ato da modelo transexual representar Jesus no evento *queer* foi considerado uma ofensa ao cristianismo (LEMOS, 2015).

Percebemos, com isso, a defesa de que as personalidades essenciais aos cristãos não podem ser atreladas às vivências, práticas e eventos que evidenciam as sexualidades *queer*. Para o discurso do qual emergem esses textos, portanto, essas duas culturas não se misturam.

Reiteramos que as sequências discursivas SD<sub>5</sub> e SD<sub>6</sub>, que abordam as sexualidades *queer*, elencam “alguns episódios” (SD<sub>9</sub>) que poderiam exemplificar a forma como a humanidade tem afrontado a Deus e vivido no pecado e na promiscuidade (F<sub>4</sub>-SD<sub>1</sub>). Retomamos, então, os períodos finais da SD<sub>4</sub>, que dizem:

**F<sub>1</sub>-SD<sub>4</sub>:** “[...] destaque-se isso, se converter dos seus maus caminhos. Porque não adianta orar, não adianta se humilhar, se não se converter, se não abandonar as suas velhas práticas, se não se tornarem aquilo que precisam ser, de fato, o que Deus quer que você seja [...]”.

A partir desse fragmento, retomamos também a reflexão sobre os valores semânticos que o enunciador construiu sobre “arrependimento” e “salvação/livramento”. Primeiramente, percebemos a cisão entre “viver no pecado” e “ser salvo”, pois, para receber o perdão divino e não sofrer Seu julgamento, segundo essa perspectiva, não basta orar e/ou se humilhar, é preciso se converter, abandonar as práticas pecaminosas e atender as expectativas de Deus quanto a quem se é. Assim sendo, segundo essa formação discursiva religiosa e o saber

que a ela se refere, é preciso converter as sexualidades que não são/ estão condizentes com os preceitos de Deus<sup>47</sup>.

Esse saber sobre as sexualidades produzido pelo cristianismo, conforme nos mostra a historiografia de Prestes e Viana (2008), foi justificado pelo que se concebeu durante o período compreendido entre os séculos XVI e XVIII, em que, segundo a tradição cristã, os atos sexuais que não objetivassem a procriação eram contra a natureza humana e, portanto, configuravam-se como sodomia. Dessa forma, as práticas sexuais *queer* foram consideradas, pelo entendimento cristão, como o pecado máximo contra Deus e, pelos estados europeus, como o mais imundo dos crimes. Assim, os indivíduos *queer* foram tipificados como sujeitos culposos de um pecado-crime hediondo.

Entendemos, portanto, que a concepção religiosa de sodomia ressoa nos dizeres do sujeito cristão, tal como o enunciador do texto a que analisamos, o que nos leva a uma outra proposição (P<sub>6</sub>). Assim, ao findar a abordagem de nosso objeto discursivo, percebemos três proposições concludentes das formações ideológicas existentes na formação discursiva cristã materializada pelo texto do pastor:

P<sub>3</sub>: Quem vive em pecado é culpado e sofre pela COVID-19;

P<sub>5</sub>: Quem tem culpa pela doença, mas se arrepende verdadeiramente, será poupado;

P<sub>6</sub>: As vivências e sexualidade *queer* são práticas pecaminosas.

47 Essa formação discursiva encontra ressonâncias em textos como, por exemplo, a entrevista com o pastor Edino Fonseca, publicada pela revista *Época* em 2004, em que o pastor defendeu a ideia de que o Estado deveria financiar tratamentos para homossexuais que quisessem mudar sua sexualidade, conforme caso que relatamos no início dessa subseção. Em alguns de seus dizeres na entrevista, o pastor diz: "Sou pastor evangélico da Assembleia de Deus e como frequentador de templos religiosos observei muitos homossexuais procurando ajuda. Não só devido ao peso de consciência pelos pecados praticados, mas querendo deixar a homossexualidade. Na Igreja, a alma dessas pessoas é tratada [...]" (destaques nossos). A entrevista pode ser conferida em Revista *Época*, nº. 339, de 15 de novembro de 2004. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,ESS711-2107,00.html>. Acesso em: 15 mai. 2020.

Destacamos apenas três, das seis proposições observadas, porque, conforme demonstramos anteriormente, as proposições se articulam, de maneira a reproduzir seus sentidos. Como é o caso, por exemplo, da  $P_1$  e  $P_2$  se articulando para constituir os efeitos semânticos da  $P_3$ .

Dessa forma, sob a injunção desses sentidos, nesse discurso religioso, as práticas e vivências *queer* são significadas como exemplos de afrontamento a Deus, desobediências e promiscuidade; as pessoas de sexualidades *queer* são identificadas como pecadoras e, portanto, indivíduos de culpa, que serão julgados e castigados com, por exemplo, a contaminação pelo coronavírus e o desenvolvimento da COVID-19, objetificada no texto como sendo “nada mais, nada menos” ( $SD_1$ ) que o julgamento divino sobre a humanidade, que tem vivido “afrontando/desobedecendo a Deus” e na “promiscuidade”.

Essa formação ressoa no processo de culpabilidade que pode ser observado em outro momento de crise nos anos 1980, em que a população LGBTQ+, sobretudo homens *gays*, foram responsabilizados pela epidemia de *AIDS*<sup>48</sup>. Essa culpabilidade amparou-se, basicamente, na ciência, que, primeiramente, relacionou o vírus dessa infecção às práticas homossexuais; na imprensa, que auxiliou na dispersão da ideia de uma “peste *gay*” (PAULA; LAGO, 2013); e na religião, que caracterizou a “peste” como uma consequência da prática do “pior dos crimes bíblicos” (ROTELLO, 1998, p. 39), isto é, a sodomia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há mais de três séculos, a sexualidade é um dos domínios mais eficazes para o controle sobre o sujeito e sobre as populações (RIBEIRO, 2006). E, apesar da concepção a respeito da constituição

48 “Provocada pelo vírus HIV (sigla em Inglês para Vírus da Imunodeficiência Humana) a AIDS torna o sujeito vulnerável a uma série de outras patologias. Com grande impacto no âmbito social, econômico e político, tem feito milhares de vítimas em todo mundo”, desde o final da década de 1970 (PAULA; LAGO, 2013, p. 45).

da sexualidade humana ter sofrido transformações ao longo dos anos, sobretudo no século XX, ainda é recorrente que, baseando-se em um padrão heterossexual, as sexualidades e vivências *queer* sejam discursivizadas como um motivo para agressões de todos os tipos.

Essas transformações de concepção ocorreram devido às mudanças de entendimento que as próprias instâncias sociais regulamentadoras – medicina/psicologia, Estado e Igreja – têm sobre o sexo. Na contramão das outras instâncias que detêm esse poder de normatizar as sexualidades, no entanto, a Igreja permaneceu em uma posição condenatória daquilo que ela enxerga como desviante.

Nas crenças de “causa e consequência” e “barganha da fé” existentes no cristianismo, é possível identificar dizeres que resumem a espiritualidade basicamente em dois raciocínios: “quem peca, paga” e “quem se converte, é salvo”. Assim, pelas associações entre “COVID-19” e “juízo divino”, pudemos realizar articulações na superfície linguística do texto de um pastor cristão para identificar uma posição-sujeito condenatória que imputa a indivíduos *queer* a culpa pela COVID-19, que, em sua perspectiva, não passa de um juízo de Deus.

Assim, as práticas languageiras de posições-sujeito praticantes do cristianismo, sobretudo daqueles em posições de liderança religiosa, tal como as do texto analisado, permitem-nos compreender que formações discursivas de tipo religioso, cristalizadas pelo discurso autoritário, funcionam de modo a conter a polissemia daquilo a que se refere (ORLANDI, 2005). Estabelecendo, assim, o locutor como agente exclusivo na construção dos sentidos de seu referente, apagando a relação com seu interlocutor. O discurso autoritário no âmbito religioso mantém, até hoje, os sentidos e estratégias de identificação e culpabilidade praticados pela Igreja Católica entre os séculos XVI e XVIII, a partir das quais, ainda em 2020, doenças como a COVID-19, dentre outras tragédias e desastres, são associadas ao sentido de uma punição divina diante do que seriam os pecados dos “Outros”, por sua multiplicidade.



## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Yago B. Cristofobia: uma análise do discurso de meios de comunicação evangélicos sobre a da 19ª Parada do Orgulho Gay de São Paulo 1. *In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2016, São Paulo. ANAIS: ISSN 2175-4683, 2016.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, mai-ago. 2013.
- EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno**: encontros culturais, aventuras teóricas. Belo Horizonte: UFMG, 2000. 264 p.
- FEDERICI, Silvia. **Calibá e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. 464 p. Tradução: Coletivo Sycorax.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. 178 p. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 295 p. Organização: Roberto Machado.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 302 p.
- FREIRE, L; CARDINALI, D. O ódio atrás das grades: da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia. **Sexualidad, Salud y Sociedad**: Revista Latinoamericana. Rio de Janeiro, n. 12, p. 37-63, dez. 2012.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? *In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 103-133.
- HENRIQUES, Adriano. **O Brasil com Z**: representações de brasil em alguns processos enunciativos estadunidenses. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.
- IGNÁCIO, Sebastião Expedito. Ação, agentividade e causatividade em estruturas oracionais de ação-processo. *In: Estudos Linguísticos XXXVI(1)*, janeiro-abril, 2007. p. 126-132.
- LE MOS, Diego. Da LGBT à "cristofobia": entre o reconhecimento prometido e o simbolismo prisioneiro. *In: OLIVEIRA, Luciano; MELLO, Marília Montenegro*

Pessoa de; ROSENBLATT, Fernanda Fonseca (org.). **Para além do código de Hamurabi**: estudos sociojurídicos. Recife: ALID, 2015. p. 84-97.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2/2001.

NEVES, Maria Helena de Moura. A interface sintaxe, semântica e pragmática no funcionalismo. **DELTA**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 25-43, mar. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44502017000100025&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502017000100025&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 04 mai. 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-445038558096931414>.

OLIVEIRA, Elismênnia Aparecida; PINTO, Joana Plaza. Linguajamentos e contra-hegemonias epistêmicas sobre linguagem em produções escritas indígenas. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 11, n. 2, p. 311-335, maio/ago. 2011.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005. 100 p.

PAULA, Paulo Sergio Rodrigues de; LAGO, Mara Coelho de Souza. Da peste gay ao barebacking sex: aids, biopolítica e risco em saúde. **Ciencias Sociales y Educación**: Universidad de Medellin, Medellin, Colombia, v. 2, n. 4, p. 43-67, jul./dez. 2013.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. (Coleção Repertórios). Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi *et al.*.

PRETES, Érika Aparecida; VIANNA, Túlio. História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo. *In*: LOBATO, Wolney; SABINO, Cláudio; ABREU, João Francisco (org.). **Iniciação científica**: destaques 2007. Belo Horizonte: PUC Minas, 2008. p. 313-393.

PIRES, Fabiana Pinto. **A construção da lógica da culpa**: aspectos norteadores no discurso jesuítico. 2005. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. A sexualidade como um dispositivo histórico de poder. *In*: SOARES, Guiomar Freitas; SILVA, Méri Rosane Santos da; RIBEIRO, Paula Regina Costa (org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: problematizando práticas educativas e culturais. Rio Grande: Ed. da FURG, 2006. p. 98-107.

ROTELLO, Gabriel. **Comportamento Sexual e AIDS**: a cultura gay em transformação. São Paulo: Summus, Edições GLS, 1998. 382 p. Tradução: Lauro Machado.

SEFFNER, Fernando. Cruzamento entre gênero e sexualidade na ótica da construção da(s) identidade(s) e da(s) diferença(s). *In*: SOARES, Guiomar Freitas et al (org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: problematizando práticas educativas e culturais. Rio Grande: Ed. da FURG, 2006. p. 76-84.

SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. Doente e pecador: ecos do século XIX sobre a homossexualidade na imprensa oficial (1985-2010). *In*: TASSO, Ismara; NAVARRO, Pedro (orgs.). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá: SciELO - Eduem, 2012. Edição Kindle.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-82.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Q&A on coronaviruses (COVID-19)**. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/q-a-detail/q-a-coronaviruses>. Acesso em: 01 mai. 2020.

ZILLES, Urbano. Visão cristã da sexualidade humana. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 336-350, set./dez. 2009.





# 5

Giselly Tiago Ribeiro Amado  
Isabella Zaiden Zara Fagundes

## **SOBRE AS FORMAS DAS MANIFESTAÇÕES DE AFETO NA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.333.135-151

**Resumo:**

Neste capítulo, trazemos uma reflexão sobre as formas das manifestações de afeto durante a pandemia do novo coronavírus, este inimigo invisível que tira a vida, aparta os corpos, cancela os ritos e veta o adeus. Analisamos e articulamos como tais formas de manifestações perpassam a morte e o corpo reconfigurado pelos usos dos equipamentos de proteção individuais e pelo distanciamento social, neste contexto pandêmico, no Brasil. Partimos da constatação de que a morte é a instância que efetiva a gravidade da doença provocada pelo coronavírus e que tem duplo desdobramento para as formas das manifestações de afeto, o que impacta na necessidade do cumprimento das medidas de segurança. Para respondermos nossas inquietações, além de nos basearmos em um quadro teórico-metodológico discursivo, propomos três conceitos: *limites provisórios do corpo*, *acorpóreo* e o *devir-(sobre)vivência*, fundamentais para compreendermos como as formas das manifestações de afeto estão sendo reconfiguradas na/pela pandemia.

**Palavras-chave:** Devir-(sobre)vivência. Limites provisórios do corpo. Acorpóreo. Luto.



## INTRODUÇÃO

*Ubuntu: somos todos nós.  
(Filosofia africana)*

Neste capítulo, trazemos uma reflexão sobre como as manifestações de afeto, entendido como carinho, acolhimento, amor e/ou apoio, têm sido materializadas com a pandemia do novo coronavírus, SARS-CoV-2. A partir de como fomos interpelados por essa situação, discutimos tais manifestações diante da morte e dos efeitos produzidos pelas medidas sanitárias protetivas necessárias. Entendemos que a morte como consequência última e, infelizmente, frequente da infecção pelo vírus neste momento em que escrevemos, é a instância que efetiva a gravidade da doença provocada pelo coronavírus e que, aliada aos números ascendentes de contagiados, provoca um sentimento de insegurança e fragilização que não é minimizado nem mesmo pelo uso de equipamentos de segurança recomendados pelas organizações de saúde, já que para que tais medidas tenham efetividade é preciso adesão por parte de todas as pessoas, o que não tem ocorrido. Esse pacto coletivo de proteção de si e de outros contra a disseminação do vírus envolve o uso de máscaras, o isolamento e o distanciamento físico, práticas que impactam diretamente na convivência social, pois interferem nas manifestações de afetuosidade, como antes praticadas, e que precisam então de novas formas para minimamente acontecer.

Frente à impossibilidade do contato físico, demonstrações de consolo, carinho e cuidado com o outro na tentativa de ajudar a amenizar a dor de uma perda ou, inversamente, a execução de celebrações e festejos comuns nos círculos familiares e sociais ao longo da vida e que fazem parte de um processo sócio-histórico-cultural que nos constitui, ficam todas suspensas e outras formas de expressar afeto vão se constituindo. Para compreendermos como as manifestações de afeto estão acontecendo nesse contexto, iniciamos nossa reflexão a partir

do tema da morte e com relação às mudanças que tiveram que ocorrer nos ritos de despedida, agora marcados por outros modos de sepultamento, e pela ausência do corpo a ser velado. Em seguida, analisamos como o uso dos equipamentos de segurança sanitária - máscaras, luvas, viseiras - acoplados ao corpo e o distanciamento físico recomendado incidem sobre as manifestações de afeto na pandemia de coronavírus. Para isso, ao longo do texto, mobilizamos alguns conceitos de outros autores (PÊCHEUX, 1997; FOUCAULT, 1995; 1999; 2000; 2005) que nos possibilitam interpretar as relações sociais e linguageiras e propomos três conceitos que expressam, para nós, a particularidade do corpo de afetuosidade neste momento de pandemia: *limites provisorios do corpo, acorpóreo e o devir-(sobre)vivência*.

## CORPOS QUE JAZEM

*A simples ideia da morte é comovente.  
(Philippe Ariès)*

Em todo o Brasil, as formas de sepultamento estão sofrendo modificações no que se refere à necessidade de agilizar os trâmites e também no que tange ao número crescente de vítimas do coronavírus. Tais mudanças tiveram reflexo não apenas nessas vítimas, mas em qualquer tipo de falecimento, pois a despedida não segue mais os padrões institucionalizados, o que recai sobre as alterações e modos de ritos fúnebres de despedidas, impedindo o *fechamento da finitude* (FOUCAULT, 2000), fazendo com que a representação simbólica e real da morte fique sem um desfecho. A exemplo disso, uma medida tomada para acelerar os trâmites de enterros foi providenciar a abertura prévia de valas em cemitérios de vários municípios, uma vez que a quantidade de enterros tem aumentado diariamente. Em algumas cidades, para o aproveitamento do espaço do terreno, as valas têm uma distância mínima entre elas, em outras são abertas trincheiras para o

empilhamento dos caixões, além do sepultamento vertical com caixas biosseguras em uma atitude emergencial para receber as vítimas do coronavírus. Dessa forma, além de uma preocupação em reduzir o tempo do sepultamento, há também uma precaução para evitar maiores contágios entre as pessoas no local.

As imagens das valas têm sido veiculadas intensamente nas diversas mídias. São imagens impactantes, tomadas aéreas desses espaços abertos, às pressas, que mostram os buracos vazios, e que logo serão preenchidos com vítimas do coronavírus. Os espaços vazios presentificam-nos a *morte do outro* (ARIÈS, 2000), são a primeira instância simbólica de nosso contato com um resultado trágico possível num contexto de pandemia. São espaços vazios cujos sentidos deslizam também para a morte de uma parte de si, que se entristece pela perda abrupta de um afeto, e que também tem sua potência de viver diminuída por começar a temer pela própria vida, em meio a um cenário incerto no qual qualquer pessoa pode ser a próxima vítima. Ao encararmos a morte do outro, provocamos um deslocamento da preocupação e do medo referente à própria morte, a morte de si. O que é diferente das situações de guerra em que também pode haver várias vidas perdidas por dia, e numa relação em que a morte do outro, corpo visível tomado como inimigo, está associada à sobrevivência daquele que resiste (CANETTI, 1995). Em situações pandêmicas como a que estamos experienciando, os mecanismos combativos<sup>49</sup> ocorrem numa luta contra um inimigo que é invisível e está entre os corpos. Em sua invisibilidade, ele deixa vibrando, contudo, sem descanso, o tema da morte, aproximando-a de cada sujeito vivo ao mesmo tempo em que os números de perdas aumentam.

49 No caso do coronavírus, podemos considerar o funcionamento de duas operações em ação em acontecimento neste momento, sendo uma a ofensiva, na linha de frente, praticada pelos profissionais que trabalham na área da saúde e também os que mantêm em funcionamento toda a estrutura hospitalar, e a outra a defensiva, por parte daqueles que têm se ocupado das pesquisas na busca por soluções para a pandemia propriamente dita.

Cabe mencionar que a forma como cada país lida com a pandemia depende sobretudo das políticas e estruturas de saúde do Estado. Na situação provocada pelo coronavírus, a lotação das unidades de tratamento intensivo (UTIs) não permite uma rotatividade imediata de pacientes, pois, cada tratamento demanda uma estadia de, em média, vinte dias. Para que as unidades de saúde possam atender as demandas numerosas de infecções, como está ocorrendo, elas precisam do apoio governamental imediato e de estratégias, equipamentos e materiais de salvamento que se assemelham aos que são usados em guerras. Mas o que vimos estar ocorrendo no Brasil é uma superlotação desproporcional à quantidade necessária de equipamentos para o fazer viver e que, aliada à progressão não linear da doença, faz com que tenha que haver a cruel escolha, por parte das equipes médicas, de quem atender e quem deixar morrer. Isto é, as condições precárias que envolvem a área da saúde no que tange à questão estrutural, a falta de pessoal, de medicamentos e equipamentos têm contribuído também para o avanço da pandemia e para o número de mortes. Nesse sentido, o biopoder<sup>50</sup> (FOUCAULT, 1999) Estatal se transforma rapidamente em necropoder<sup>51</sup> (MBEMBE, 2018) e expõe a inviabilidade de sistemas econômicos e políticos voltados somente para a manutenção de empresas e da livre concorrência.

A rapidez com que a infecção leva à morte milhares de vítimas por dia tem feito com que equipes hospitalares realizem chamadas de vídeo entre familiares e pacientes terminais do coronavírus a fim de promover um último adeus. Esses encontros virtuais são uma medida dolorosa para minimizar os riscos de contágio e acelerar os trâmites

50 O biopoder trata-se de um poder que institui o fazer viver e o deixar morrer, pois constitui-se de “práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações” (FOUCAULT, 1999, p. 131).

51 Segundo Mbembe, o necropoder é “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p. 5).

para o sepultamento imediato sem as tradicionais cerimônias solenes. Quando a morte é causada pelo coronavírus, portanto, há o impedimento dos atos simbólicos de despedida, uma vez que o caixão segue lacrado do hospital diretamente para o cemitério, pois é proibido o contato e a proximidade de qualquer familiar ou amigo. Tal proibição reincide sobre a falta da materialidade do corpo que é substituída pela materialidade do caixão. Neste sentido, ocorre um efeito que pode comprometer o fechamento da finitude marcado pela ausência do corpo, pois há no vazio que fica um efeito de sentido provocado pela transformação da morte desse sujeito por coronavírus sendo representado apenas em número, a morte passa a ser quantificada, a morte é numérica. O contexto da pandemia necessita da atualização constante dos números de infecções e de mortes, o que resulta em uma objetivação discursiva (FOUCAULT, 1995) numérica, a qual homogeneiza todas as vítimas, silencia as singularidades e as histórias de cada sujeito.

Já para aqueles que faleceram por outras causas, algumas cidades adaptaram maneiras para que os familiares e amigos pudessem vivenciar esse momento de despedida de forma *online*, mediante transmissões em tempo real do velório, com a possibilidade da participação de um representante religioso de acordo com a crença de cada um, como forma de reivindicar o direito da despedida. Segundo Andreia Vicente,

um funeral tem três objetivos: fazer o vivo entender a perda e dar descanso ao morto, ajudar a expressar os sentimentos e mostrar que, através de um ritual, a sociedade vence aquilo que é invencível — a morte. Criar maneiras de entender que aquela pessoa não desapareceu, mas está em outro lugar (CORSINI, 2020).

Portanto, compreendemos que os velórios *online* fazem-se necessários por constituírem esse espaço em que a presença não é física, mas significa, nesta nova reconfiguração dos atos simbólicos de fechamento, uma alternativa para mitigar o distanciamento e ajudar no



processo do luto. É um momento em que o 'eu' interage com o 'outro', mesmo em silêncio, formando um laço de afeto. Há então, uma *projeção temporal da afetividade* (BOVE, 2010), pois ocorre o afeto mesmo que o encontro dos corpos esteja mediado pela transmissão virtual. Os velórios *online* são uma estratégia possível para a manifestação de afeto, dado que “os rituais realizados em conjunto facilitam a [...] elaboração [da morte]” (KOVÁCS, 1992, p. 30).

Além da despedida virtual, muitas famílias e amigos têm praticado o cortejo sepulcral, como a última homenagem ao ente querido, o que consiste no acompanhamento do carro funerário até o cemitério estando cada um em seu veículo, mantendo distância uns dos outros, e a depender das regras de cada cidade, há a permissão de um número limitado de pessoas dentro do cemitério para a realização do sepultamento. Todavia, recai sobre a materialidade do caixão lacrado a última despedida, representando o corpo simbólico, o que pode trazer consequências no entendimento da perda, como se não houvesse a consolidação da morte, pois “a ausência do corpo atravessa o imaginário como um ciclo inacabado, por isso mesmo insuportável” (SILVA; FÉRES-CARNEIRO, 2012, p. 71).

Como entendemos, essas modificações nos atos fúnebres simbólicos afetam a “ritualização pública da morte” (FOUCAULT, 2005, p. 294) e impactam o processo de luto e aceitação da perda. Esse processo de luto pode passar por cinco estágios, ou seja, negação e isolamento, raiva, barganha, depressão e aceitação (KÜBLER-ROSS, 2017), entretanto, apesar da existência desses estágios, via de regra, cada um reage de uma maneira diante da morte e há casos em que não se identificam os estágios pelos quais um enlutado passa (COR-SINI, 2020). Mas independente das etapas, há um processo percorrido tanto pelo enfermo quanto pelo familiar, porém nos referimos aqui ao luto daquele que perdeu o seu ente querido para o coronavírus, que precisa encarar e tentar superar a ausência - a física, a do corpo a ser velado, a dos ritos pré-conhecidos. Compreendemos que o luto

agencia um devir, na medida em que o sujeito é atravessado pela morte do outro tendo sua potência de viver transformada para o que vem depois sem a presença daquele que se foi.

## NOS/PELOS LIMITES PROVISÓRIOS DO CORPO

*Que o afeto com toda a sua lindeza,  
abraçe mais vezes a vida da gente  
e se espalhe pelo mundo.  
(Ana Jácomo)*

Está estabelecido a partir da pandemia provocada pelo coronavírus que o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) é necessário para corroborar com a tentativa de redução de sua transmissão. Por essa razão, propomos considerar o uso de EPIs e o distanciamento recomendado entre os corpos como o que compreendemos por *limites provisórios do corpo*, o qual separamos em duas vertentes, a saber, (1) *pelos* limites provisórios, o corpo é reconfigurado pela materialidade dos aparatos de segurança que o modificam em termos da individualidade, uma vez que lhe são acoplados dispositivos que recaem na responsabilidade e no cuidado de si, imagem 1; (2) *nos* limites provisórios do corpo recaem sobre ele os efeitos das relações entre os corpos, isto é, na coletividade, que estão reconfigurados no/pelo distanciamento de segurança com o outro, imagem 2.

**Imagem 1 – Pelos limites provisórios do corpo.**



Fonte: Pexels<sup>52</sup> by Anna Shvets.

**Imagem 2 – Nos limites provisórios do corpo.**



Fonte: Pexels<sup>53</sup> by cottonbro.

Conforme observamos na imagem 1, os usos do álcool em gel e da máscara de proteção são os aparatos que funcionam - *pelos* limites provisórios do corpo. Essas materialidades tornam visíveis o cuidado individual que recai imediatamente no cuidado com o outro, pois ao cuidar de si, cuida-se do outro, visto que há a condição de que todos sigam certos protocolos de segurança visando ao controle do contágio do coronavírus neste momento pandêmico. No que concerne à imagem 2, compreendemos que ela nos apresenta aquilo que entendemos por - *nos* limites provisórios do corpo – pois, na reconfiguração dos corpos pelo uso dos EPIs, atualizam-se o sentido de que há a circulação do coronavírus e a possibilidade do contágio, por isso, o plástico entre os transeuntes é a materialidade simbólica, representando que para além dos cuidados de si, há a necessidade do distanciamento entre os corpos.

52 Site de imagens para livre download e uso. Disponível em: <https://images.pexels.com/photos/3986960/pexels-photo-3986960.jpeg?auto=compress&cs=tinysrgb&dpr=1&w=500>. Acesso em: 8 abr. 2020.

53 Site de imagens para livre download e uso. Disponível em: <https://www.pexels.com/photo/people-wearing-face-mask-standing-side-by-side-3952206/>. Acesso em: 8 abr. 2020.

Por tais limites, no corpo está visível a reconfiguração que possibilita significá-lo como possível transmissor do coronavírus, deslizando sobre ele o alerta da circulação desse vírus e a possibilidade de se contrair a doença. Por conseguinte, as incertezas comprometem as relações com o outro promovendo um processo de *flutuação de ânimo* (SPINOZA, 2009) relacionado *nos/pelos* limites provisórios do corpo, processo que ocorre também no isolamento social, o qual suscita a angústia, levando à insegurança de não poder se distinguir um corpo contaminado de um corpo são. Dessa maneira, compreendemos que as duas vertentes estão imbricadas uma na outra, sendo necessária a reconfiguração *pelos/nos* limites provisórios do corpo em qualquer situação social cotidiana.

Essa reconfiguração, a partir da obrigatoriedade do uso de EPIs marca o corpo e o destitui do seu lugar social conhecido e familiarizado antes da pandemia, ocasionando assim uma ruptura, que impossibilita a ocupação desse lugar, pois o panorama pandêmico provoca outros modos de interação, implicando novas formas de manifestação de afeto para que se “consiga viver bem, dentro de um horizonte de vida realizada e, nesse sentido, feliz” (RICOEUR, 1993, p. 107), o que compreendemos como um cuidado de si (individual). O corpo antes conhecido, aquele sem máscara, sem viseira de proteção, sem luvas, sem a emergência do uso de álcool em gel, agora se reconfigura em um lugar de responsabilidade social em que tal cuidado se reflete para o cuidado do outro (coletivo), ocorrendo uma estabilização dos limites provisórios do corpo.

Tal estabilização promove a constituição imaginária do *acorpóreo*, que propomos pensar como um corpo destituído das partes responsáveis pelo contágio do coronavírus e intangível pela sua concepção, ou seja, um corpo sem boca, sem nariz, sem olhos e sem mãos. O acorpóreo poderia promover a retomada das relações sociais existentes antes da pandemia, na medida em que cria condições de possibilidade (FOUCAULT, 2000) que permitem aos familiares manifestações

de afeto, aquelas antes praticadas, o que pode levar ao aumento da potência de agir (SPINOZA, 2009). Esta garante a vontade de viver, a qual é diretamente proporcional às afecções do corpo suscitando a flutuação de ânimos. Isto quer dizer que, caso afetado de forma positiva, eleva-se a potência de agir; enquanto que se afetado de forma negativa, a potência de agir diminui.

A imagem 3 retrata a materialização simbólica do que propomos como o acorpóreo, na medida em que o abraço e o contato entre os corpos puderam ser realizados de forma costumeira, por intermédio do uso de um aparato que destituiu um dos corpos das partes transmissoras do coronavírus.

**Imagem 3 – Abraço tangível.**



Fonte: foto gentilmente cedida pelo Dr. Juan Lambert.



O abraço tangível foi preparado pelo Dr. Juan Lambert, médico que tem atuado na linha de frente no combate ao coronavírus e estava há trinta e seis dias distanciado de sua família. Para tornar a demonstração de afeto possível, ele precisou se preparar tomando todos os cuidados de segurança. A fantasia de dinossauro usada por Lambert foi a condição de possibilidade para o abraço tangível, rompendo com a temporalidade do afastamento do médico que se mantinha isolado para proteção e segurança da família. A experiência do acorpóreo na tentativa de se criar novas formas de manifestações de afeto rompe com o passado e com o futuro, na medida em que marca o momento em que as novas formas de manifestações de afeto se tornam tangíveis, o que perpassa pelas reconfigurações das relações com o outro que estão sendo rearranjadas *nos/pelos* limites provisórios do corpo.

## DEVIR-(SOBRE)VIVÊNCIA

*Esperança, esperança, eu te quero,  
eu te recebo, vem!  
(Maria Rezende)*

Para abordarmos o devir-(sobre)vivência, fazemos um gesto de interpretação do *devir* deleuzo-guattariano, em que propõem que o

devir não é imitar algo ou alguém, identificar-se com ele. Tampouco é proporcionar relações formais. [...] Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais *próximas* daquilo que estamos em vias de nos tornarmos, e através das quais nos tornamos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 55, grifos dos autores).

Dessarte, compreendemos que o devir se forma na heterogeneidade, nas diferenças, constituindo algo de imprevisível a partir de um encontro com o outro, o que torna o processo transformador nessa dupla captura, pois a partir desse encontro não há retrocessos. Conforme propomos, o devir-(sobre)vivência se origina das potências do corpo e dos limites provisórios, os quais são agenciados pelo cuidado de si que atravessa o cuidado do outro.

No devir-(sobre)vivência estão imbricados os modos *sobrevivência* e *sobre vivência*, visto que o primeiro opera o cuidado de si para a manutenção da vida, recaindo aos limites provisórios do corpo as condições de possibilidade para tal manutenção; e o segundo se constitui das inquietações latentes provocadas pela situação pandêmica e promove movências transformadoras para um reaprendizado da vivência propriamente dita. Não se trata, portanto, de um modelo, de uma imitação, mas de uma experimentação irrepetível, um vir-a-ser. A linha transformadora que une o corpo e os limites provisórios no devir-(sobre)vivência altera de maneira irreversível as duas potências, desfazendo as significações. Isto é, o corpo acoplado aos equipamentos protetivos, bem como os limites provisórios jamais retornarão à sua gênese e vibram a (sobre)vivência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Não há esperança sem medo,  
nem medo sem esperança.  
(Baruch Spinoza)*

As demonstrações de afeto e acolhimento existentes antes da pandemia, para grande parte das culturas, basicamente envolviam o corpo por meio do toque, da proximidade, do contato. Com o coronavírus, tem sido necessário encontrar novas formas de manifestações de afeto,

o que tem ocorrido, conforme analisamos, por meio da mediação da tecnologia, do acorpóreo e do nos/pelos limites provisórios que possibilitam aos corpos a movência do afeto para estimular a potência de agir.

As novas formas de manifestações de afeto não são instantâneas, pois elas se constituem por processos, os quais tiveram o início marcado pela necessidade de mudanças a partir da pandemia e que requerem uma demanda de aprendizagem e de adaptação constantes devido às características do período, tendo como aliado o uso de tecnologias. Todavia, é necessária uma problematização, pois, a questão tecnológica é naturalizada como sendo uma possibilidade de acesso à informação que é obtida com neutralidade, facilidade, rapidez, eficiência. Estas características a estabilizam como disponível a todos, porém, em razão de haver uma grande parcela da população que é apagada e não está incluída, principalmente por estar à margem da sociedade, nesta situação pandêmica é trazida à baila a disparidade existente, em que se requer o uso da tecnologia para se prosseguir com a sensação de normalidade.

Outra forma da manifestação de afeto pode passar pelo acorpóreo, visto que ele caracteriza a ausência da doença em tempos de pandemia, por se configurar momentaneamente em um sistema de segurança potencializado que recai em um corpo imune, não transmissor do coronavírus. Já nos/pelos limites provisórios do corpo, a demonstração de afeto ainda requer cuidados e distanciamento pelas incertezas e imprevisibilidades do momento. Essas formas da manifestação de afeto se distinguem entre si na relação de proximidade entre as pessoas, na alternância entre o virtual, mediada pela tecnologia, e o presencial, que engloba o acorpóreo e o nos/pelos limites provisórios.

Nos modos (sobre)vivência opera-se a manutenção da vida e o reaprendizado da vivência, havendo a necessidade de rearranjos das maneiras de viver, que requerem um fluxo permanente da relação de proximidade com o outro, o que interfere na flutuação de ânimos em prol de um devir-(sobre)vivência.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **Historia de la muerte en Occidente**: desde la edad media hasta nuestros días. Barcelona: El Acanalado, 2000.

BOVE, Laurent. **Espinosa e a Psicologia Social**: ensaios de ontologia política e antropogênese. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CANETTI, Elias. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Tradução Sérgio Tellaroli.

CORSINI, Camila. **Luto na pandemia: Ausência do ritual de despedida gera traumas e até patologias**. Portal de Divulgação Científica do IPUSP - Instituto de Psicologia da USP, 2020. Disponível em: <<https://sites.usp.br/psicousp/luto-na-pandemia-ausencia-do-ritual-de-despedida-gera-traumas-e-ate-patologias/>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. vol. 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no collège de france (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005. Tradução Maria Ermantina Galvão.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

KOVÁCS, M. J. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**. O que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos próprios parentes. São Paulo: WFM Martins Fontes, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2018. Tradução de: Renata Santini.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. *In*: GADET, F; HAK, T, (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp; 1997. p. 61-161.

RICOEUR, P. Amor y Justicia. Trad. T. D. Moratalla. Madrid: Caparrós, 1993.

SILVA, M. R. N.; FÉRES-CARNEIRO, T. Silêncio e luto impossível em famílias de desaparecidos políticos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, vol. 24, n. 1, p. 66-74, 2012.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.





6

Eliana de Sousa Andrade Ladeira

**UM OUTRO MUNDO  
É POSSÍVEL:  
O DUPLO DEVIR  
PÓS-PANDEMIA  
MUNDIAL**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.333.152-170

**Resumo:**

Este texto empreende uma comparação sistemática entre “As Revoluções do Capitalismo”, de Maurizio Lazzarato (2006), e o episódio da pandemia da Covid-19<sup>54</sup>. Nessa obra, Lazzarato propõe o conceito de “acontecimento” como ponto focal de invenção social, momento de inauguração do processo de experimentação e criação de mundos possíveis. Esse conceito será o nosso fio condutor para discutirmos a pandemia da Covid-19 como “acontecimento” que nos convida a pensar de outra maneira, “thinking otherwise” (KUMARAVADIVELU, 2016): por meio da transformação de nossa subjetividade, um outro mundo é possível a partir de um duplo devir (a criação de um possível e sua efetuação). Importantes traços desse conceito lazzarotiano são ressaltados pelo autor em sua discussão sobre o evento político ocorrido em Seattle em 1999, a partir do qual ele faz uma análise política do capitalismo como uma luta contra uma infinidade de mundos possíveis.

**Palavras-chave:** Acontecimento. Devir. Criação. Possível. Efetuação.

54 Nota de esclarecimento: Covid-19 é a doença, Sar-CoV-2 é o vírus e coronavírus é a família de vírus a que ele pertence. Portanto, nesse artigo será utilizado a nomenclatura Covid-19 para se referir à doença.

## INTRODUÇÃO

Este capítulo é um ensaio e parte de uma “experiência” social nesta pandemia. Por meio de observações empíricas, fazemos uma análise do acontecimento que afetou as pessoas e o sistema capitalista, mudando a maneira relacional das inter-relações pessoais.

As afirmações e as conclusões arroladas neste capítulo têm como aporte a obra “As Revoluções do Capitalismo”, de Maurizio Lazzarato, filósofo e sociólogo italiano, publicada pela primeira vez em 2006. Nesse trabalho, o autor se dedica pontualmente a uma análise política do capitalismo como forma específica de criação de mundos (isto é, a existência, num único mundo, de vários outros e de sua possibilidade de criação), relegando ao segundo plano a análise econômica com seu modo específico de produção.

Nesse sentido, o conceito de “acontecimento”, apresentado aqui, materializa o entendimento da ação política que resulta em uma dupla criação e individuação, bem como num duplo devir, de forma que é possível criar e efetuar mudanças que se confrontam com valores dominantes já existentes. O acontecimento funciona, portanto, como espaço de abertura para a criação.

Conforme Lazzarato (2006), a possibilidade de um outro mundo foi agenciada pela multidão, por movimentos e organizações presentes no acontecimento político do dia 30 de novembro de 1999, na cidade de Seattle, palco da terceira reunião organizada pelos delegados da Organização Mundial do Comércio (OMC). Tais reuniões tinham como objetivo aumentar o controle do comércio por parte dos países economicamente mais poderosos, resguardando os interesses de suas grandes empresas mediante o mercado mundial. Nesse acontecimento, milhares de pessoas que já não estavam mais dispostas a aceitar o lucro subjugando a vida se manifestaram

dizendo “não” ao capitalismo e a seus desdobramentos. Ainda segundo Lazzarato, esses protestos deram início a um processo de criação de novos valores, conceitos e atuações sociais com o intuito de deslegitimar o capitalismo e o neoliberalismo.

Além da contra-cúpula de Seattle<sup>55</sup>, participaram da manifestação sindicatos, ambientalistas, indígenas, organizações cristãs e sociais, feministas e organismos de direitos humanos. Seattle ficou conhecida por marcar a transformação da subjetividade, ou seja, da maneira de sentir, afinal não se poderia suportar mais aquilo que se tolerava até então, “a distribuição dos desejos havia mudado” dentro da alma (LAZZARATO, 2006, p. 11).

Do mesmo modo, a pandemia da Covid-19<sup>56</sup>, mesmo sendo um surto ameaçador para os seres humanos, abre-se para nós como um acontecimento que faz despontar novas possibilidades de vida e a criação de um novo campo de possíveis. O acontecimento, mobilizado pelo autor em sua discussão sobre o evento de Seattle, funcionará, em nossa leitura, como ponto de partida para a construção do argumento principal deste texto, em que se discorre sobre agenciamento (poder e desejo) coletivo como ação política à luz do acontecimento Covid-19, que poderá criar novas subjetividades e novas maneiras de sentir e existir coletivamente.

A Covid-19 desencadeou várias mudanças, reinterpretações e sensibilizações, porém, o que mais chocou grande parte da sociedade ocidental contemporânea, sobretudo em países do Sul Global como o

55 Contra-cúpula de Seattle (1999) foi mais um dos movimentos anti-global das contra-cúpulas de enfrentamentos com a polícia que mostrou ação e força em resposta à forma que tomava o desenvolvimento capitalista. (A reportagem completa está disponível em: < <https://www.esquerdadiario.com.br/Movimento-NoGlobal-da-batalha-de-Seattle-aos-protestos-de-Hamburgo>>. Acesso em 25 mai 2020.)

56 **Covid-19:** Doença causada pela SARS-CoV-2 foi denominada COVID-19 pela OMS, a sigla derivada da “doença de coronavírus 2019” (tradução nossa). Disponível em: < <https://www.medscape.com/answers/2500114-197404/why-is-coronavirus-infection-called-covid-19>>. Acesso em 25 jun. 2020.



Brasil, caracterizado por extrema desigualdade social, foi a reiteração e a intensificação da crueldade humana, típica do sistema capitalista em sua forma neoliberal, ao deixar escancarada<sup>57</sup> a sua lógica dualista de classes (capital/trabalho, homem/mulher, branco/negro, explorador/explorado, trabalhar/viver) e a descartabilidade do ser humano. Essa lógica dicotômica funciona como aparelho de captura e controle da multiplicidade, porque retém a potência de criação e transformação das pessoas, controla suas crenças e desejos e, dessa forma, normaliza “tudo” no interior de alternativas já estabelecidas pelo capitalismo hodierno.

Na contramão de tal binarismo, entendemos que um outro *possível* pode ser vislumbrado a partir do acontecimento da pandemia da Covid-19: o enfrentamento da pandemia traz consigo a distribuição das potencialidades, que desloca as oposições binárias e expressa novas possibilidades de vida e suas efetuações em outra constelação conceitual, fora deste regime econômico.

A Covid-19 como acontecimento tornou extremamente visível a intolerância e o “intolerável”, bem como o desprezível no quadro capitalista. De acordo com Maurizio Lazzarato, o intolerável envolve novas possibilidades, dentre elas: o capitalismo agindo diretamente nos fluxos de crenças e desejos das mônadas<sup>58</sup>, capturando-as, e a desconstrução do intolerável e a combinação das novas possibilidades, por meio do direcionamento dos fluxos de crença e de desejos, contra a naturalização do sistema capitalista, pela abertura de possibilidades a novos mundos possíveis.

Além disso, também abriu uma fresta por onde enxergar a tradição burguesa, individualista, meritocrática e de acúmulo de bens

57 A esse respeito, ver o capítulo 1 desta coletânea.

58 O conceito de mônada será retomado nas seções que se seguem. Por ora, antecipamos somente esta explicação do autor: Mônada designa o que constitui o mundo... as forças constitutivas das coisas... Cada mônada (não importa se inerte, viva ou humana) tem, em maior ou menor grau, forças “psíquicas” (desejo, crença, percepção, memória)” (LAZZARATO, 2006, p. 29).



significados como felicidade. Essa abertura, mais do que dar a possibilidade de significar novos modelos de vida e de desejos fora do consumismo, demanda experimentar e criar novas maneiras de viver. Lazzarato (2006) se ocupa em contrapor o que ele chama de *filosofia do sujeito*, representada por Georg Wilhelm Friedrich Hegel e Karl Marx, à *filosofia da diferença*, atribuída a autores como Gabriel Tarde, Gilles Deleuze, Gottfried Wilhelm Leibniz, Mikhail Bakhtin e Michel Foucault, entre outros.

Para o autor, o mundo da *filosofia do sujeito* é fechado, capturado, enquanto a *filosofia da diferença* opera em torno da realidade de mundos possíveis. Esse modo de entender e explicar as linhas filosóficas possibilita a reflexão sobre as nossas formas de organização política (como temos agido diante delas e dos problemas sociais) e como, frente ao cenário de pandemia, tais formas precisam ser discutidas, (re)avaliadas, (re)interpretadas. Compreendemos que a Covid-19 nos desloca, pois: “O acontecimento se expressa nas almas, no sentido em que produz uma mudança de sensibilidade (transformação incorpórea), pois a distribuição dos desejos mudou” (LAZZARATO, 2006, p.25).

## O ACONTECIMENTO REVELA A NATUREZA DO SER

A Covid-19 deixou ainda mais visível um problema que já vínhamos enfrentando há muito tempo, mas que era silenciado: a forma como lidamos com o capitalismo/consumismo e sua maneira específica de criar mundos. Lazzarato aponta que, para o filósofo Mikhail Bakhtin, o acontecimento revela a natureza do ser como questão ou como problema, de maneira que a esfera do ser é a esfera “das respostas e das perguntas”, ou seja, somos capazes de formular questões e criar soluções para os problemas que se materializam no interior de um acontecimento.

Este momento da pandemia trouxe à tona várias mazelas sociais que estavam encobertas com uma fina camada de altruísmo das elites empresarial e burguesa do nosso país, sob a ordem discursiva do capitalismo doutrinário, o qual cria mundos competitivos e captura a todos mediante a dependência, como uma engrenagem que precisa da própria máquina para sobreviver e vice-versa. Fez ainda mais visível também que, sem uma sociedade saudável e amparada, o capital privado não tem nenhum valor, nem mesmo circulação.

A realidade da pandemia abalou a estrutura econômica mundial, a grande elite empresarial e os costumes burgueses, fato que, no Brasil, levou-os a manifestarem, nas ruas e mídias, o desprezo pela vida humana em favor do lucro e do acúmulo de capital. Essas demonstrações públicas de desumanidade são uma pequena parcela de tudo o que temos presenciado nestes primeiros dias difíceis<sup>59</sup>, em que já nos encontramos em isolamento físico.

Contudo, inúmeras soluções se materializam para o enfrentamento deste problema que tem afligido a sociedade. Agenciamentos coletivos de enunciação<sup>60</sup> (como o direito, os saberes, as linguagens, a opinião pública) são (re)formulados e afetam as subjetividades, que transmutam nossa maneira de sentir. Esse processo movimenta o social e o político, pois o mundo é tecido por relações (físicas, vitais e sociais), conforme argumenta Lazzarato. Nessa conjuntura, da clausura de nossos lares podemos acompanhar pelas mídias como tudo isso tem acontecido e nos afetado positiva e negativamente.

Pelo lado positivo, podemos mencionar os novos valores e as novas formas de relações interpessoais sendo acolhidas, isto é, as maneiras de viver o tempo, o corpo e o trabalho alteradas, as formas

59 Escrevemos este artigo em maio de 2020.

60 Para Deleuze, o mundo é virtual, uma multiplicidade de relações, de acontecimentos que se expressam nos agenciamentos coletivos de enunciação (nas almas) e criam o possível (cf. LAZZARATO, 2006, p. 17).

de estar presente, de estar junto, as formas de concordância e desacordo também. Pelo lado negativo, a falta de respeito às novas regras de convivência, o lucro sobrepondo-se à vida, o aparecimento das *fake news*, o comprometimento da saúde mental das pessoas, o manifesto racismo, a discriminação, a desobediência às regras de distanciamento social, o fascismo, o aumento da violência doméstica, de feminicídios, entre tantos outros comportamentos que abalam o emocional das pessoas.

Há a consciência de que um outro mundo está sendo criado, totalmente diferente daquele com que estávamos habituados. Contudo, a relação eu/outro ainda deve ser compreendida a partir da dependência de um acontecimento para que o novo seja criado, mas não fora daquilo que já existia. Com a Covid-19, observa-se que o olhar foi deslocado para a esfera das novas verdades, sejam elas boas ou ruins, as quais expressam novas singularidades e outras maneiras de pensar, “*thinking otherwise*”, nas palavras de Kumaravadivelu (2016)<sup>61</sup>.

Tal expressão, cunhada pelo linguista aplicado, faz referência aos subalternos, que precisavam ter seu potencial descongelado para pensar de outra maneira, diferentemente daquelas impostas pelas instituições e sociedades de controle, que colonializam os corpos e as mentes. Essas palavras são tomadas e empregadas, neste texto com o sentido de criação e efetuação de mundos e do sensível, durante e pós-pandemia Covid-19, como prática e ação políticas que o acontecimento requer. Portanto, mudar o conjunto de relações que nos marginalizam e estabelecer outra forma de pensar o social, que seja transformadora e dialógica, em consonância com a teoria bakhtiniana<sup>62</sup>, a fim de compreender a realidade social. A Covid-19 será retratada como um marco divisor de águas na maneira de pensar das pessoas, na história da humanidade.

61 Neste artigo, o autor extrai ideias dos trabalhos de Gramsci (1971), sobre hegemonia e subalternidade, e Mignolo (2010), sobre descolonialidade para falar o potencial do subalterno.

62 Mikhail Bakhtin apresenta o diálogo como espaços de embates, lutas, assimetrias que refletem os próprios aspectos da interação social (BAKHTIN, 2012).

## AS MÔNADAS

O termo mônada foi cunhado pelo grande filósofo e matemático alemão Gottfried Wilhelm Leibniz (1646–1716) para designar as forças constitutivas das coisas. Neste texto, empregamos o termo para mostrar como a Covid-19 tem interferido nas forças psíquicas das mônadas, ocasionando um duplo devir durante e pós-pandemia mundial.

Gabriel Tarde, filósofo, sociólogo e criminologista francês (1843–1904), apropria-se do termo mônada, de origem leibniziana, para designar o que representa o mundo. É a partir de uma leitura deleuziana de Tarde que Lazzarato pensa a organização do mundo; a coordenação das mônadas compondo o mundo.

Cada mônada, seja ela inerte, viva ou humana, tem uma escala (potência maior ou menor) relacional com as forças psíquicas do tipo desejos, crenças, percepções, memória. Para Leibniz, abaixo de Deus, os seres humanos são os únicos que possuem as mônadas capazes de maior clareza de pensamentos. Assim, a mônada é um fluxo que representa o mundo todo, o universo de modo particular, próprio, singular e específico. Conforme Lazzarato, uma mônada é, por si só, uma sociedade, um espaço público.

O modo de existência das mônadas é a diferença: existir, para uma mônada, é ser diferente de outra mônada. As mônadas têm singularidades irreduzíveis de nomes próprios (Adão, César, eu, você). Para Tarde, uma mônada é simplesmente marcada pela ideia de diferença, ou seja, basta existir para se diferir. Portanto, o exercício de existência de uma mônada não remete a um fazer, mas a uma criação, a um começo e à efetuação dessa criação (ou ao prolongamento desse começo que inaugura uma cadeia de ações imprevisíveis). As mônadas são ao mesmo tempo singularidade e multiplicidade que têm, em si mesmas, uma força interna que cria e modifica seu próprio mundo.

Logo, qualquer mônada é, ao mesmo tempo, o mundo atual e o virtual, um possível. O virtual é a inclusão do espírito no mundo, é a parte incorporal (o desejo da alma) de nossa realidade.

Em nossa leitura, encontramos, na teorização de Lazzarato, um dispositivo para compreendermos a organização social do mundo. Quando o autor expõe que a ação da mônada diz respeito ao sentir e que agir significa modificar a maneira de sentir junto, unilateral ou reciprocamente, isso nos remete ao modo de existirmos: ao longo de nossa existência, somos agenciados por acontecimentos que nos impulsionam a criar e efetuar mundos segundo nossas crenças e desejos, vontades e inteligências, ou seja, agir sob os afetos.

Os humanos são seres sociais e políticos, e ser político faz parte de nossa natureza (crenças e desejos). No entanto, o capitalismo age sobre as mônadas, capturando-as e agindo sobre seu o fluxo natural, controlando a sua memória e a potência virtual, assim impedindo seu processo de transformação. É dessa maneira que o capitalismo contemporâneo age sobre nós, capturando-nos por meio de enunciados, da semiologia, sutilmente atuando em nossa subjetividade, efetuando um mundo irreal, banal, formatado e desprovido de singularidade.

Segundo Lazzarato (2006), a monadologia proposta por Gabriel Tarde desata as potências e virtualidades que foram deixadas de lado pelas dicotomias metafísicas e sociais (sujeito/objeto, natureza/cultura, alma/corpo, indivíduo/sociedade, capital/trabalho), devolvendo às mônadas a potência de invenção e resistência. Por ser singular e múltipla, uma mônada tem em si mesma uma força interna, que cria e modifica seu próprio mundo. Contudo, as sociedades, sejam elas controladoras ou disciplinares, atuam neutralizando a diferença, a repetição e a potência de variação (a diferença que faz diferença), subordinando as mônadas à reprodução.



É justamente isso que, como compreendemos, a pandemia da Covid-19 veio desatar: a maneira como somos arregimentados por um mundo consumista fechado e capturado, que inviabiliza a importância fundamental da natureza do ser, a noção de invenção. Essa noção é criada quando se inventa algo que passa a ter valor – a difusão desta invenção (atividade diferencial) tem a ver com outro processo, o da imitação (atividade repetitiva). A pandemia desencadeou essa natureza do ser, deixou em evidência novamente o seu lado humano, de se (re)inventar por meio da processo da imitação.

É mister retomarmos duas formulações feitas por Lazzarato que facilitam o entendimento de dois conceitos. O primeiro diz respeito à invenção, definida como “um processo de criação de diferença que coloca em xeque, a cada vez, o ser em sua individuação. Toda invenção é ruptura das normas, regras e hábitos que definem o indivíduo e a sociedade”. O segundo diz respeito à criação, a qual “requer uma libertação parcial do indivíduo em relação à sociedade, o “rompimento momentâneo do tecido de mútuas ilusões sociais, do véu de influências intermentais<sup>63</sup>”. Ou seja, o distanciamento social, imposto pela pandemia da Covid-19, fez com que as pessoas rompessem com tudo aquilo a que estavam habituadas e criassem, pela mútua cooperação de seus cérebros, um outro tipo de relacionamento com a sociedade, a política, a economia, com a mídia e principalmente com o capitalismo contemporâneo e seu lado desumano, ao exporem, por meio da multiplicidade das linguagens e das semióticas, a realidade desses sistemas.

Diferentemente da monadologia de Leibniz, a neomonadologia de Tarde descreve o processo de constituição do mundo pelas mônadas a partir do estar junto, da cooperação e da coordenação das

63 Este conceito foi criado por Tarde ao falar sobre os comportamentos sociais e relacioná-los a uma interpsicologia, psicologia intermental ou psicologia social, os quais são regidos pelas leis sociais da imitação, adaptação e oposição. A comunicação em sociedade realiza-se a partir de laços sociais. (Ver Gabriel Tarde e a Sociologia disponível em: < <http://www.urbi.ubi.pt/pag/11505>> . Acesso em 25 jul. 2020.

ações da multiplicidade de singularidades, de acordo com Lazzarato. É a partir da questão da coordenação de mônadas, irredutivelmente diferentes, que a política<sup>64</sup> deve ser (re)pensada.

Retomando a proposição de Lazzarato, a filosofia do acontecimento possibilita outros desenvolvimentos, pois define um processo de constituição do mundo e da subjetividade que não tem mais como ponto de partida o sujeito (ou o trabalho), mas que parte do próprio acontecimento. Para compreendermos melhor essa afirmação, o autor nos apresenta uma definição mais acabada de acontecimento, cunhada por Gilles Deleuze, que diz “o mundo é virtual, uma multiplicidade de relações, de acontecimentos que se expressam nos agenciamentos coletivos de enunciação (nas almas) e criam o possível”.

Para Lazzarato, os possíveis devem atualizar-se ou efetuar-se nos agenciamentos maquínicos (nos corpos). Atualizar ou efetuar trata-se de desenvolver aquilo que o possível envolve, de explicar aquilo que ele implica: o início de outro processo de criação, de uma série de outros acontecimentos imprevisíveis. E este novo “campo de possíveis” traz consigo uma nova distribuição de potencialidades, desloca as oposições binárias e expressa novas possibilidades de vida.

A atual pandemia Covid-19 está proporcionando um novo campo de perguntas e respostas, um novo conceito de política, fora do dualismo (ou/ou) das forças capitalistas, e é crível que nisso esteja implícita a criação do possível e de sua atualização, que não se realiza em alternativas preconcebidas dos sistemas e padrões vigentes, mas na criação de um duplo devir pautados na filosofia do acontecimento.

64 “Tudo é político, mesmo na composição da mais ínfima partícula existe uma política molecular que se reflete na própria sociedade para desmanchar as formas macroscópicas de poder” (do Estado, mas também do sujeito em suas relações com a natureza, em que ele é o “mestre e proprietário” e do sujeito nas relações com o outro, em que é ou o “mestre” ou o “escravo”) ( LAZZARATO, 2006).

## A SOCIEDADE

Leibniz, baseado no materialismo espiritualizado, diz que toda coisa é uma sociedade. A teoria desenvolvida por Gabriel Tarde nos ajuda a compreender o sentido de sociedade, entendida como “a possessão recíproca, sob as mais variadas formas, de todos por cada um” (LAZZARATO, 2006, p. 36). Assim, ele desenvolve a filosofia do ter, da apropriação, da possessão como propriedade constitutiva das singularidades.

De acordo com essa filosofia, o que existe é uma possessão recíproca entre as mônadas, uma captura bilateral que determina um fluxo de crenças e de desejos ligados ao mundo, instaurando uma maneira diferente de pensar o social que, infelizmente, não é compartilhada por todos em uma sociedade capitalista, onde toda forma de expressão e de significação é reprimida e subordinada ao quadro patriarcal que a marca.

Todavia, na neomonadologia de Tarde, o todo social é produzido com a ajuda de uma multiplicidade de singularidades que, atuantes umas sobre as outras, aproximam-se cada vez mais, propagando hábitos corporais ou mentais, lenta ou rapidamente de difusão de uma espécie de contágio viral através da rede formada pelas mônadas.

Lazzarato reafirma a teoria de Tarde ao contextualizá-la aos acontecimentos contemporâneos ao declarar que “o todo se reproduz da mesma maneira, pela ação singular das singularidades umas sobre as outras” (2006, p. 43). Basta que as mônadas desviem suas crenças e desejos do curso de sua reprodução para que o todo (sociedade ou instituição) desmorone. O todo não tem, portanto, uma realidade independente das singularidades que o constituem, o que pode ser cabalmente demonstrado por toda crise política e social.

É simplesmente isso que estamos experienciando com a Covid-19, que irrompeu a crise política e social que o país já vinha passando. Além disso, a pandemia deu maior visibilidade às obscenidades da burguesia, dos empresários e do próprio governo: marcada mediante o desprezo pela vida daqueles que precisam do sistema público de saúde bem estruturado não só para trabalhar, mas também para resguardar a vida. De tal cenário emerge a maior preocupação dessas categorias, qual seja: acumular cada vez mais a sua riqueza com a cobrança de mais impostos, pois, nessa configuração, o lucro está acima de tudo e de todos.

Consoante a isso, o popular filósofo Slavoj Žižek aponta que o coronavírus destampou a realidade insustentável de outro vírus que infecta a sociedade: o capitalismo. Enquanto muitas pessoas morrem, a grande preocupação para estadistas e empresários é o golpe para a economia, a recessão, a falta de crescimento do Produto Interno Bruto e coisas desse tipo<sup>65</sup>.

Nesse cenário, a vida dos trabalhadores é descartável, eles são substituíveis. Essa prática capitalista de produção fere a Constituição Brasileira, que tem como um dos princípios a dignidade da pessoa humana, um direito imprescindível, pois, sem o direito à vida, nenhum outro direito pode ser exercido.

Conforme Lazzarato (2006), os grandes acontecimentos que marcaram a nossa história nos ajudam a entender a importância do trabalho, fonte de energia que nutre todas as relações sociais. O capital, o lucro, o acúmulo de riqueza, o consumismo, a divisão de classe social, “tudo” se torna finito diante dos acontecimentos, principalmente de uma pandemia de proporção global.

65 A reportagem pode ser lida na íntegra em: < <http://www.ihu.unisinos.br/597314>>. Acesso em 01 jun. 2020.

Neste momento, a vida se torna um bem precioso, todos são responsáveis por adotar medidas de saúde, de convívio social e ações coletivas para assegurar a vida. Nesse rol, está, inclusive, a população mais vulnerável, maioria em um país tão cheio de desigualdades como o nosso. Atitudes solidárias, acolhimento, tolerância, respeito, humanidade, igualdade, coletividade são palavras que marcarão este período da história mundial, porque nada pode ser comparado à Covid-19, que parou o planeta, mexendo com a economia, a política, o capital, o governo, as instituições e a saúde mundial.

O trecho abaixo, extraído da obra de Maurizio Lazzarato, ajuda-nos a entender o que propomos ser a nossa ação política sobre a pandemia da Covid-19 no contexto da filosofia do acontecimento:

Na filosofia do acontecimento do século XX, cada mônada é, portanto, um universo virtual, um mundo possível, e os mundos possíveis comunicam-se entre si: passamos de um estado de harmonia preestabelecida à composição polifônica (segundo uma interessante metáfora musical que encontramos em Bakhtin), de um processo de organização transcendente a um processo de constituição imanente (LAZZARATO, 2006, p. 36).

Desde o nosso nascimento, somos agenciados e monitorados pelas sociedades disciplinares e de controle, que vão moldando-nos e agindo diretamente sobre nossa individualidade. É necessário que se entenda que a nossa força de agir está justamente na multiplicidade de nossas singularidade e nas diversas modalidades de estarmos juntos. Segundo Lazzarato,

A filosofia da diferença e do acontecimento nos mostra que o nascimento do capitalismo é sobretudo uma luta contra a infirmitude de mundos possíveis que o precederam e o ultrapassaram. Permite, além disso, que nos desembaracemos das crenças economicistas tanto quanto das crenças progressistas que comprometem a compreensão do capitalismo, além de nos impedir de lutar adequadamente contra ele (2006, p. 188).



Efetuar um duplo devir só será possível nesta pandemia pela ação coletiva, pela captura e apropriação de outras mônadas, pois,

efetuar é prolongar uma singularidade na zona de vizinhança de outra singularidade, religar as mônadas entre si, traçar uma linha de força entre mônadas, homogeneizá-las, torná-las momentaneamente semelhantes e fazê-las cooperar entre si, por um tempo, por um objetivo comum, mas sem por isso negar sua singularidade, sem totalizá-las (LAZZARATO, 2006, p. 48).

O objetivo comum de todas as mônadas deveria ser compreender a dinâmica do capitalismo e buscar alternativas mais humanas para aquilo que o caracteriza e que o acontecimento Covid-19 nos deu oportunidade de enxergar com mais clareza: um sistema que imobiliza os seres, que os isola e captura fechando suas multiplicidades e singularidades. Sendo assim, entende-se que, apesar do momento extremamente triste e doloroso que estamos vivenciando, a transformação deve começar pela ética e a responsabilidade social em favor de todas as vidas.

## PALAVRAS FINAIS

Segundo Arendt (2011), o homem como ser político é dotado de fala. Logo, esse homem surge a partir da realidade coletiva, essencial e fundamentalmente como um ser fenomênico destinado a ser visto e ouvido na (e pela) coletividade. O homem revela suas crenças e desejos ao enunciar, ele transforma seus pensamentos em palavras e ações, então, o enunciado se torna, para o homem, um território de expressão permeado pela luta e pelo confronto entre as forças sociais e a política, conforme advoga o filósofo Mikhail Bakhtin.

A Covid-19 tem interpelado homens e mulheres de modo a levá-los a questionar o que já está estabelecido, naturalizado e tudo aquilo que os constitui, bem como o possível de ser pensado e enunciado.

Contestar a lógica capitalista implica restituir a potência da criação, a autonomia e a independência a todos os seres humanos, por mais utópico que possa parecer.

A humanidade está novamente no início de um outro processo de transformação, e essa pandemia, como acontecimento, permitirá a formulação de novas perguntas e respostas que irão interferir na esfera do ser, cuja retratação somente poderá ser feita pela história. O filósofo Maurizio Lazzarato pondera que aqueles que têm respostas prontas para novos problemas perdem o acontecimento, portanto, discutir nesse momento sobre o capitalismo na e (pós) pandemia tem boa repercussão global.

Um novo ser político está ganhando corpo e voz. Agora mais consciente de sua importância social, do poder de sua classe (trabalhadora), capaz de criar um novo modelo relacional com a sociedade e a economia. Um dos pontos positivos do isolamento social foi esse: os momentos de reflexões que levaram à sensibilização ante a situação desumana da maioria da sociedade brasileira, que vive/já vivia em isolamento social devido à miséria, socialmente invisível aos que aderem ao discurso e às práticas capitalistas e neoliberais que capturam as mônadas em um mundo de ilusão, em que os sentidos de felicidade e vida se constituem pelo e no discurso capitalista.

Contudo, vários atores sociais, como filósofos, acadêmicos, sociólogos, antropólogos, feministas têm utilizado a mídia para trazer a (ao) público assuntos urgentes, que demandam ações de sair da alienação, do estado de letargia, que colocam em pauta a consciência social e de classe, os direitos humanos, o sistema capitalista, o abuso de poder, a corrupção, o racismo, o preconceito, o consumismo exagerado que afeta o meio ambiente, entre outros tantos.

Conseqüentemente, isso requer, de todos, escolhas mais responsáveis, fora do polarismo (esquerda/direita) e dentro um *thinking*

*otherwise* praticável pelos subalternos<sup>66</sup>, a partir de novos encontros, novos afetos, novas pluralidades, novas formas de diálogo, porque todos têm desejado um mundo mais justo e humano.

A pandemia faz e continuará fazendo visível, a todo momento, as injustiças de um sistema que em nada garante o futuro daqueles que vivem a sua margem: todos aqueles que dependem do seu trabalho para viver, como vendedores ambulantes, empregadas domésticas, motoristas, enfermeiros, trabalhadores de aplicativos, atendentes, professores auxiliares de limpeza, etc..

Silvia Federici<sup>67</sup> consegue detalhar de forma fidedigna o capitalismo, dizendo:

Vivemos em um sistema capitalista cujo problema fundamental, que o torna insustentável, é que ele se baseia sistematicamente na subordinação da reprodução da vida, do futuro, uma vez que se pauta pelo lucro individual e no das corporações, a partir da exploração do trabalho humano. Pode-se observar que todas as medidas políticas e econômicas colocadas em ação [para combater a pandemia] são moldadas por esse objetivo (FEDERICI, 2020)<sup>68</sup>.

Por tudo que a humanidade já passou até aqui, sócio-historicamente falando, acreditamos que ela está pronta para um duplo dever pós-pandemia covid-19, de forma a (re)estabelecer uma maneira de se relacionar com o regime capitalista e as sociedades disciplinares e de controle, que expropriaram e privatizaram a subjetividade do indivíduo. Não sejamos ingênuos em acreditar que o pós-pandemia trará ganhos significativos para aqueles que vivem da força do seu trabalho,

66 O termo subalterno está presente nos campos da antropologia, sociologia, dos estudos culturais, da ciência política e da história, e se estende a todos os grupos sociais excluídos da estrutura de poder hegemônica. Gramsci (1971) tomou o termo emprestado dos militares comissionados de várias patentes (ver KUMARAVADIVELU, 2016, p. 76).

67 Silvia Federici é escritora, professora e ativista feminista italo-estadunidense.

68 SANTOS. Pandemia, Reprodução e Comuns. Artigo de Silvia Federici. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598501-pandemia-reproducao-e-comuns>. Acesso em 30 de mai 2020.

mas agora se pode ter a certeza de que todos estão cientes de tudo que estão vivendo (a desigualdade social, o desemprego, a violência, o desprezo, o fascismo, a informalidade que tendem a aumentar muito mais). E a tarefa desta geração é se organizar coletivamente para enfrentar o pior que ainda está por vir, ou seja, um regime capitalista que se reinventou e vai continuar não beneficiando os subalternos na pós-pandemia. Mas esta geração também pode se organizar para extrair do acontecimento aquilo que necessariamente alimenta a nossa potência: criar, transformar e fazer a diferença. Tudo vai depender de nós, das escolhas que fazemos, principalmente na hora de votar.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. A. **Gabriel Tarde e a Sociologia**. Disponível em: < <http://www.urbi.ubi.pt/pag/11505>>. Acesso em 25 jul. 2020.

ARENDRT, H. A. **A Crise na Educação**. Disponível em: < [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/hanna\\_arendt\\_crise\\_educacao.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/hanna_arendt_crise_educacao.pdf)>. Acesso 10 ago. 2019.

BAKHTIN, M. (Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 13. ed. Trad. M. Lahud; Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2012.

KUMARAVADIVELU, B. **The Decolonial Option in English Teaching**: Can the Subaltern Act? TESOL QUARTERLY, v. 50, n. 1, 2016. p. 66-85,

LAZZARATO, M. **As Revoluções do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.





**PARTE**





## APRESENTAÇÃO DA PARTE II

### ENTRE A FRAGILIDADE DAS CERTEZAS E A SEGURANÇA DO IMPREVISÍVEL NASCE POESIA

Simone Batista da Silva

Recebi com imensa satisfação o convite para apresentar a segunda parte desta obra, composta de belíssimos trabalhos produzidos pelos pesquisadores do CID – *Grupo de Pesquisa o Corpo e a Imagem no Discurso* – e convidados durante o biênio 2020-2021, período de distanciamento social no Brasil, consequência da pandemia de Covid-19. Ao me dedicar à tarefa desafiante fui tocada, deslocada e realocada significativamente em minha subjetividade. As impressões viscerais de cada colaborador me assaltaram com emergentes, urgentes e necessárias emoções.

Não quero me alongar neste texto e, por isso, optei por não discorrer sobre cada produção individualmente. Ainda assim, aconselho a leitores e leitoras que tomem tempo para fruir cada uma das produções, e que não fujam das lancinantes e agudas sensações provocadas por palavras e imagens.

Como justificado na introdução, pela professora Simone Hashiguti, esta obra quer marcar o posicionamento epistemológico-político do grupo neste ponto espaçotemporal da história. Assim, o CID estabeleceu que *arte*, *afetividade*, *colaboração*, *resiliência* e *sensibilidade* são elementos que asseguram solidez a um grupo de pesquisa em

meio a reconfigurações das relações acadêmico-científicas. O CID materializa nesta obra um ritual para o escoamento de dores, angústias e incômodos pessoais, profissionais e ontoepistemológicos, acumulados e acomodados por tanto tempo – alguns sequer nomeados – e que emergiram robustos neste crítico momento.

As obras desta seção estampam com arte as peculiaridades da pandemia sem, contudo, nos poupar do constrangimento de ter de admitir o círculo vicioso da nossa existência moderna. Ao mesmo tempo, porém, nos encorajam a pressentir a esperança à espreita – seja nas novas gerações seja nos laços afetivos que nos sustentam. A leitura das obras pode levar a experiências singulares: refletir sobre a linha abissal (Sousa Santos, 2019), que se revelou tão luminosa em nosso próprio quintal quando separou abastados, que puderam se refugiar, dos pobres, que não puderam se esconder do vírus; reconhecer a urgência de descolonizar os sentidos para interagir com seres ainda invisíveis, que conosco habitam; enxergar a “suástica invisível” da administração irresponsável da pandemia; encarar a complexidade do mundo e as responsabilidades individuais e coletivas para a (sobre)vivência; aceitar que os humanos são parte – e não donos – do planeta; valorizar os amigos, que trazem cura pelos laços afetivos; compreender que lutos são particulares.

Entre bits, bytes, máscaras, vírus, afetos e distâncias, nesse tempo da pandemia quase tudo mudou drasticamente. O espaço das atividades sociais e profissionais reduziu-se a um retângulo no monitor e, assim, foi inevitável mostrar que a separabilidade é uma invenção da modernidade (Menezes de Souza, 2020), e que somos, inseparavelmente, todos os *eus* e *tus* (Buber, 2001) que nos compõem. Ao mesmo tempo, insônia, angústia, incertezas e tarefas – muitas tarefas! – encharcaram nossos corpos como se esses fossem esponjas, que se tornaram pesadas. Mas ainda assim, seguimos.

Nestes tempos, em que perdemos, coletivamente, alguns de nossos ídolos e referências na Arte e na Ciência, perdemos também

alguns de nossos afetos, e afetos de nossos afetos, que acabam por também nos afetar. Assim, em honra a todos os que aqui não mais estão, e em agradecimento pelo fluxo sagrado chamado *vida*, que ora compartilhamos, continuaremos a construir conceitos, realizar sonhos, trocar afetos, e, implicados mutuamente, perceber intensamente o mundo com nossos corpos para reler, ressignificar e reescrever os discursos que nos constituem. As obras aqui produzidas refletem o protagonismo de quem se dispõe a essa nova vida. Convido você a, sem reservas, comover-se intensamente nas próximas páginas, como eu me comovi.

## REFERÊNCIAS

BUBER, Martin. **Eu e Tu**. São Paulo: Centauro, 2001.

MENEZES DE SOUZA, Lynn Mario Trindade. **Interculturalidade e decolonialidade – trazer o corpo de volta e marcar o não-marcado**. Live da TVUFRB. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j4PpGnMtsxY&list=PL-ThxV4jcCelsOv8yhGtdfr8vow12MsC2L&index=7&t=4013s> 2020 (acesso em 29-11-2020)

SOUSA SANTOS, Boaventura. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

## Um grito da janela

Daniilo Côrrea Pinto

Estava decretado o fim daquele lugar. A cidade outrora maravilhosa desembuchava-se em dor e medo. Dos campos floriam corpos e muitos mortos andavam entre os vivos. Não era algo bonito de se ver.

O isolamento da cidade já durava dias. As casas mantinham-se trancadas. Suspeitavam que qualquer brecha poderia ser uma porta aberta para o abraço contagioso. Não se podia mais controlar a respiração. Em todos os lugares, a droga viral, a hecatombe bacteriana, a antifilosofia dos vermes, o delírio dos zumbis e as bestas da natureza tomavam as cidades litorâneas e desenfreavam sua fúria mortal sobre a sanidade das pessoas.

As autoridades, que já não andavam bem das pernas e da cabeça, permitiram que quem quisesse deixasse a cidade. O aeroporto ficaria aberto por apenas mais uma hora. A sorte estava lançada e nem todo mundo podia reverter a gravidade daquela situação. Para piorar, ao longe uma tempestade vinha domar a terra já enlouquecida pela quarentena.

Lúcia sonhou ir para casa, mas havia uma resistência. Minutos antes, a ordem da patroa fora objetiva: fique, limpe, organize, cozinhe e outros filhos tomarão conta do lugar. É a decisão certa a se fazer neste momento em que tudo pode ruir nesta cidade. Qualquer coisa ligue neste número. Estarei em Nova York, talvez Boston ou mesmo em algum lugar do Caribe. Eu ainda não sei. Enfim, no aeroporto eu decido.

Do alto da janela da casa, pousou-se uma mão sobre o vidro e uma vontade enorme de estilhaça-lo. Lúcia ouviu o som pedregulho da senhora descer aceleradamente as escadas e ganhar a rua. O

taxista já havia colocado a montanha de bagagem no carro e insistia em sair dali o mais rápido possível, pois também não queria se expor naquela área de risco.

Amarrando a cara e sentindo um vulcão borbulhar em si, Lúcia não se conteve e lançou a primeira coisa pesada que tateou sobre aquela janela e deixou que a brisa tocasse seus cabelos e seus olhos já em pranto. Os cacos desfilaram sobre a fachada da casa, ao mesmo tempo em que a madame, assustada, soltava berros de clemência e indignação para cima de Lúcia. A mulher, como um demônio sem cauda, sapateava com a atitude da empregada que fora terminantemente proibida de expor qualquer risco àquela dourada família.

O fato é que Lúcia já não importava mais com aquilo. Com a janela escancarada para a cidade, ela deslumbrava os trovões cortando o morro e desejou ser lansã por uma noite. Não muito, desejou também tirar a roupa e deixar que tudo tomasse conta do seu corpo e dos seus poros. A quarentena não era seu casulo. Por vias, viu nela sua mais sombria liberdade.

Aproximou-se da janela quebrada e encarou a senhora que ainda relinchava na calçada. Ao fundo, o mar, a areia, as árvores e as praças destacavam o nada dominando seus espaços. Lúcia abriu a boca como se para um beijo:

– Cala a boca! Desgraçada!

E nesse momento o céu desabou sobre aquelas três almas. O vento se intensificava enquanto surgiam gritos imponentes de Lúcia que se dirigiam para toda a cidade como um sinal de alívio, tensão e alerta.

Lúcia abriu todas as janelas da casa e deixou que a água tomasse os móveis. Era um fresco que há anos ela não sentia. Abriu a porta e desceu a escada sem olhar para trás. Ela encarou a vida e a tempestade que lavava a orla da cidade.

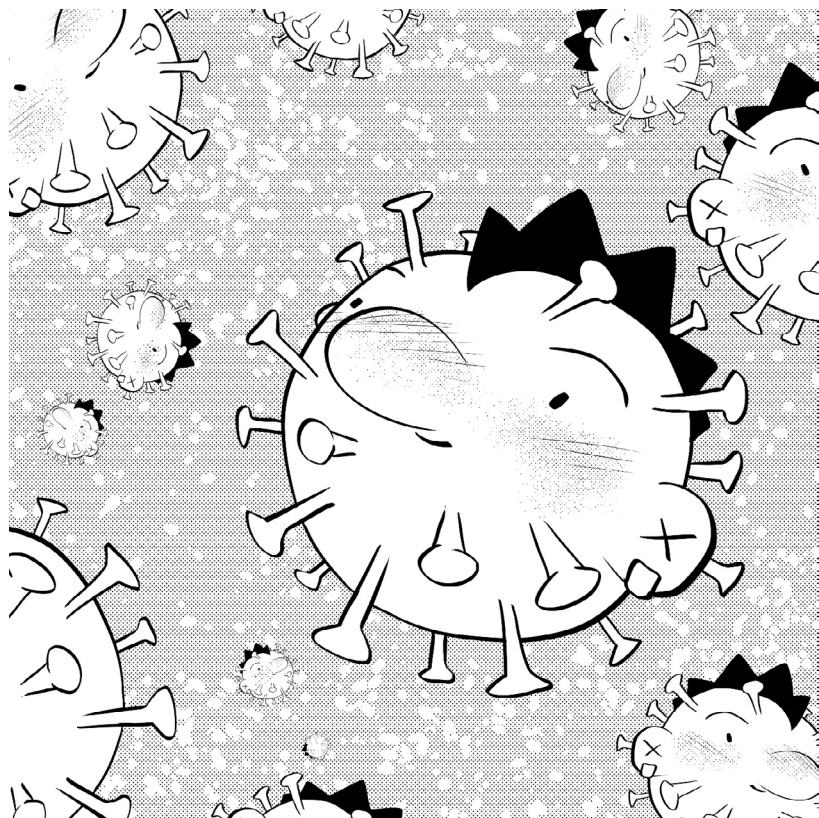


Como uma rainha, Lúcia caminhou sobre a areia da praia deixando suas roupas pelo caminho e afundando-se no mar. No meio do pânico e da incerteza, Lúcia se fazia uma sereia desbravando o mar agitado.

Não se sabia o que daquilo poderia acontecer, se viva ou morta, se mulher ou sereia, se doente ou não. Mesmo com todas as ascensões para uma retaliação violenta, ela lá no mar e a chuva se misturando com tudo, era algo bonito de se ver.

## Vírus

Max Andrade



## Espelho

Victor Peçanha de Miranda Coelho

O nome do meu poema é espelho  
Vagabundo! Só quer ver contracheque? Seja flexível.  
Seja flexível! Só quer ver contracheque, vagabundo?  
Então o melhor é ser inteligente e flexível, solução:  
Dar aula      identificar as dificuldades      capacitar  
Solução! ser flexível e inteligente é melhor, então:  
Capacitar      identificar as dificuldades      dar aula

## Insônia

Henrique de Oliveira Moreira

4 horas da manhã. Tenho que fazer aula. Que aula? *Google Classroom*. *Google Meet*. *Discord*. *Hangout*. Editor de vídeo. Fone. Microfone. *Whatsapp*. *Moodle*. Virtual IF. *Mouse* quebrou. Aluno não fez atividade. Não tem celular, nem computador (compro um pra ele?). Matéria. Conteúdo. Enem. E nem eu sei. *Email* institucional. Ofício interno. Atas. *Email* institucional da CPPD. *Email* institucional da Coordenação. Da outra Coordenação e da outra e da outra. Mensagem da Coordenação do CENID. Mensagem da Comissão EaD. PIT/RAD. Mensagem de aluno. De outro. Outro mais. Mais um. Mais dez. Mais mil. Assistência estudantil. Internet cai. Trabalhos para corrigir. Trabalhos para elaborar. Virtual IF. *Moodle*. Criação de turma. Problema na conexão. *Error!* Nova tentativa. *Error! Error! Error!* *Email* particular. *Facebook*. Pandemia. Presidente. Ministro da Saúde. Governo. Desgoverno. Tem Ministro da Educação? Preço subindo. Aula. “Alunos entrem mais cedo!”. Entram mais tarde. Atrasados. Áudio não funciona. Áudio funciona, vídeo para. Áudio e vídeo funcionam, apertado botão errado. *Delay*. Deleite às avessas. Vizinha cantando um modão. Áudio baixo. Crianças brincando. Louça caindo no chão. Toca a campainha. Caminhão de lixo. Almoço. Cochilo (perdi a hora!). Prova. Prova? Plataforma. Email. Mensagem. Servidor instável. ‘Zap zap’. Família. Meu pai está bem. Curso *online*. Matriculei-me em 7, acessei um no horário. Perdi 8. Trimestre. Semestre. Relatório. *Email* de aluno. Outro *email*. Mais um. Outro. Outro. Outro. Exaustão. Vontade de largar tudo e sair correndo. Não posso! É quarentena. Vou ler um livro. Não posso. Tem aula. Não tem aula, não tenho ânimo. Um carinho na esposa. Um carinho na filha. Aula. *Moodle* não funciona. *Email* TI. Resposta da TI. Não funciona. Videoaula. Aula vídeo. Palavrão. *Email*. Presença. Virtual IF. Plano de aula. Que aula? Férias... Jogar bola... Sonho... Atividade para corrigir elaborar dar nota *email* virtual reunião *online* Coronavírus governo fome pesadelo. Sono. 7 horas. Hora de levantar para dar aula.

## O vírus do século XXI

San Thiago de Araújo e Silva





## A viralização da dor

Fabiene de Oliveira Santos

Surto<epidemia<pandemia>mia>epifania>equânime-mia

Do medo, surto confinado pelos dispositivos legais;

A linguagem avassaladora espalha;

Das máscaras pandêmicas angariadas na política de salvaguardar;

O ar sufoca e carrega o verbo odiar;

Da reclusão imposta pelo medo e pela política de regresso do olhar;

A política viraliza;

Da internetização do trabalho, do lazer, do afazer cotidiano, a Internet é o estar, e não só lugar, é o ser a auxiliar e de manso, e de mando, a objetificar;

E a cultura está solta, e o espaço é penoso;

Dos impedimentos aos espaços públicos, ao público, a negação do ser estar, do ser fazer, do ser ser;

A física do contato é o reverso e o corpo remoe;

Da praga dissipada e dissimulada na pólis, na economia, no tempo do apocalipse humano;

Da direita para esquerda investe, inverte, investiga;

Do húmus que se fez o humano, da degradação corrompida pelo poder ditador que encolheu e recolheu o ser;

Tudo está sujo, e os sapatos gastos são deixados de fora;

Da segregação humana, a nuvem se inflou, de bits, de bytes, no sideral  
o vírus humano foi mor(t)ar;

E o espaço é penoso, e requer ardor;

Da viralização humana, pan, surta, vira, humana vira, viralização, vira-  
luz-ação, vira, viva.

Do ocidente para o Oriente a nascente, nasce, produz e se faça luz,  
sem dor, com amor;

Sai pandemia, entra democracia e equidade.

Sai dor, entra empatia e amor.

## Cemitério dos vivos

Otaviano José Pereira

“É preciso ler o futuro  
pelas entranhas das vítimas”  
(Pe. Vieira. **Sermões**)

Uma “gripe inofensiva”  
planta a semente do caos  
nos tubos de ensaio da Ciência,  
dos Ministérios e dos mistérios  
de rezas que enxaguam de dor  
os olhos fixos nos ícones da Fé.

A natureza,  
de quântica sabedoria,  
- e que “não se defende, mas se vinga”! -  
dispara falas de solidariedade, medo e ódio  
escorrendo o óleo fedido da morte  
nas paredes das cavernas humanas  
- urbanas e suburbanas.

No centro de exposições – de Uberaba -  
os bezerros de ouro do gado não podem,  
por ora,  
exibir suas ancas, lavadas e perfumadas,  
pra o tilintar de moedas virtuais do capital.

Nas igrejas eletrônicas,  
de pastores enfurecidos pelo poder do demo,  
fieis relutam em se aglomerar para o desespero e os donativos  
- numa conta bancária “abençoada por Deus e bonita por natureza”!

Na Praça São Pedro  
o Papa Francisco reza, para as moscas,  
uma missa viralizada na rede de dor e compaixão  
- diante do horror de comboios de corpos  
empacotados para o crematório.  
Tempo suspenso da Cidade Eterna.

Em Curitiba,  
- capital da “República paramista” -  
a mídia televisiva mostra carreata de picapes de luxo  
com bandeiras empunhando a “ordem e o progresso”,  
mandando o povo trabalhar.  
Ordem do presidente,  
fantoche e fanfarrão,  
com o dedo em riste e uma suástica invisível,  
atravessada na garganta e dissimulada no lema  
da “Pátria amada, Brasil”

Parece que estou de quarentena  
desde antes de nascer.  
E meu coração não palpita como antes  
o evangelho da certeza de utopias tão incertas,  
enfraquecidas pelo jogo de xadrez da História.

Resta uma multiplicação de pedintes,  
pousados em nossa porta da rua, sempre aberta,  
- como pássaros abatidos por um destino anunciado.

Uberaba, 1º de abril de 2020

## Poesia a dois amigos

Allyne Garcia Bisinotto

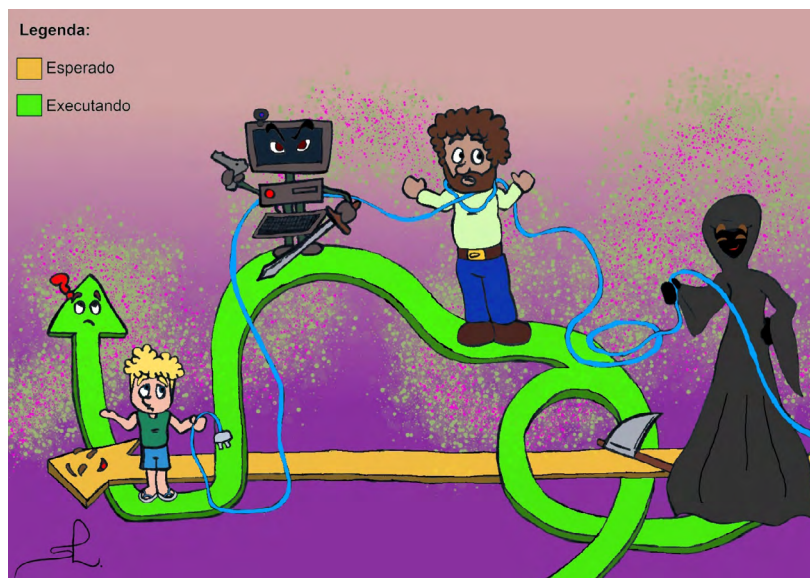
Em tempos difíceis,  
trazem a divina luz  
Rica de sentimentos e bondade  
tenras são suas atitudes  
Transbordando o fraterno amor  
Remédio para a cura  
da existente inquietude.

Uberlândia, 08 de abril de 2020.



## Sistema educacional brasileiro de pandemia

San Thiago de Araújo e Silva



## Tempos difíceis

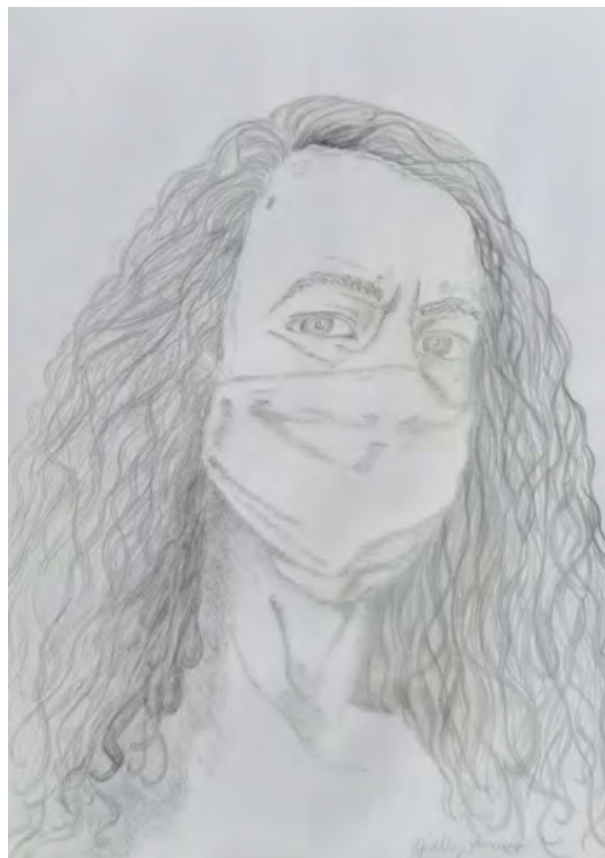
Allyne Garcia Bisinotto

Um só somos  
Interligados estamos  
com o Universo e em si  
Comandada em energia  
a emoção é a razão agora  
essência primária  
configurada pelo amor  
sentido e aclamado  
por uma só voz.

Uberlândia, 09 de abril de 2020.

## Enfrentamento (Autorretrato)

Giselly Tiago Ribeiro Amado



## Esperança: vida inteligente

Joyce Silvestre de Sousa

É quarentena

Existe um vírus que impõe restrições...distâncias

Distâncias físicas, além da distância que há anos sentíamos nos corações

Ouço vozes de crianças

Gargalhadas em meio a brincadeira da imaginação

Procuro a cena

Vejo uma cerca viva, formada por densos arbustos

Pequenas máscaras que adornam pequenos rostos

De um lado do muro vivo uma se intitula a mãe com a boneca

no outro metro e meio oposto, a outra lê uma historinha para a amiga em puerpério

Elas se divertem respeitando a coletividade

Mostram-se conscientes em meio a insanidade

Tão novas e tão confiáveis

Sorriso

Sinto esperança no porvir.

**Vi**

**Internacionalmente a**

**Realidade**

**hUmana**

**Surtar**

## COVID-19

Rogério de Castro Ângelo

### **Grave mistake**

Gripezinha grave

*People in graves*

Não fazem greve

\*\*\*

Patroa COVIDada

Trabalhadora convidada

a retirar os pratos

\*\*\*

### **6 fases da quarentena**

1. Negação – clima tropical;
2. Raiva – cortem os cabelos;
3. Barganha – pão e vinho – que comecem as lives !
4. Depressão – taquicardia, sudorese, calafrios, tremores, falta de ar, medo de enlouquecer, medo de morrer;
5. Aceitação - volte 4 casas;
6. Negação – Shoppings abertos – o show tem que continuar.



## Devir-(sobre)vivência

Isabella Zaiden

Em meio a tanta tristeza  
Eis que aflora a incerteza  
O vazio se faz presente  
E a dor é tão pungente  
Há de se ter esperança!  
Dizem com perseverança  
Uma mudança se aproxima  
E nos pede a coragem legítima  
Pois está grávida do desconhecido  
E na possibilidade do oferecido  
O devir vem na evidência  
De que o amanhã é (sobre)vivência

## Faça um ato heroico

Max Andrade



## “Experimento de Vazio”

Alessandro Corrêa - outubro de 2021.

O trabalho aqui apresentado, na forma de fotografia, faz parte de um processo iniciado em 2020, durante a pandemia de covid-19, momento em que a produção artística se tornou refúgio e consolo. A prática artística que marca esse processo, teve início na produção de desenhos, foi atravessada pela pintura e chegou ao objeto.

A produção do trabalho encontra sua inquietação inicial na palavra “luto”, tentativa de elaboração das perdas evidenciadas pela urgência de isolamento e distanciamento dos espaços de socialização coletiva, a presença da doença e da morte, e as incertezas sobre a vida diante de transformações políticas, sociais e culturais no país. Esse significativo inicial é atravessado pelo dito, escrito, o tornado imagem, o repetido - nos novos espaços públicos e privados de lives, fóruns e calls, em redes sociais e encontros íntimos - e se transforma. O luto, frente à demanda de respostas, velocidade das informações e o constante sentido de perda, torna-se um vazio.

Esse “tornar-se” apresenta o risco de queda ao “nada” - nada a dizer, nada a fazer, nada a produzir -, sentido de impotência frente ao “tudo” que nos atravessa.

Frente a esse estado de sentir e estar no mundo, o impulso de produção do “Experimento de Vazio” busca seu caminho de expressão na materialidade - vidro, papel, terra, barbante - de objetos cujas formas são bastante evidentes - garrafa, caixa, livro, pacote, textos. O vazio, aqui, é instaurado a partir de coisas em si, palpáveis, passíveis de intervenção direta: ações sobre objetos pré-existentes cortados, pintados, cavados, mas que mantém suas funções originais intactas. O trabalho se organiza em um “algo” anterior, onde o vazio é instaurado como coisa em si: ausência contornada.

Aqui, as mensagens, dados, informações e ruídos são apagados. O dito é silenciado - indicando, em sua diagramação, que ali havia um escrito -, atuando agora como suporte onde se imprimem relações de positivo e negativo, cortes, escavações e colagens. O interior das garrafas é preenchido com rolos amarrados em barbante, ou com terra adubada, formando sistemas isolados em cápsulas. Os livros são desmontados, cobertos de tinta e reorganizados em volumes manipuláveis, onde se abrem covas, recortes e blocos: mensagens a-textuais protegidas em novas encadernações.

O que proponho, através dessa reorganização de objetos e sentidos, é, para além da elaboração do luto, uma recusa ao “nada” e uma tentativa de encontro com um vazio - não a ser preenchido, mas contemplável, nem que seja por um instante.

A configuração desse “Experimento de Vazio”, no corpo desse livro, contempla a obra em sua formatação de conjunto na capa e imagem final, bem como sua divisão em segmentos de sentido: garrafas, livros, páginas de texto. A intenção, aqui, não é ilustrar os conteúdos, mas sim abrir possibilidades de leituras a partir de aproximações entre textos e imagens.











## SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

### **Alessandro Corrêa**

Mineiro de Juiz de Fora, residente na cidade de São Paulo, é artista plástico e professor de desenho, animação e design. Graduado em cinema e tv, é mestre e doutorando em artes visuais pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp.

### **Alexandre José Pinto Cadilhe de Assis Jácome**

É doutor em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF/2013) e mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/2007). É Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) no Departamento de Educação (área de Ensino de Língua Portuguesa), no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Programa de Pós-Graduação em Linguística. Coordena o grupo de pesquisa Linguística Aplicada, Educação e Direitos Humanos (LAEDH/UFJF/CNPq), vinculado ao Núcleo FALE/FACED/UFJF. Ao longo do processo de Pandemia, distribui o tempo entre muito trabalho remoto, os “exercícios de varanda” com uma bike ergométrica e a companhia das leituras e das séries dos anos 90 disponibilizadas em plataformas digitais.

### **Allyne Garcia Bisinotto**

Mineira de Ituiutaba – MG, pisciana, nascida em 24 de fevereiro de 1983. Filha caçula de Hélio (falecido) e Maria José tem um irmão Alexandre Bisinotto e uma sobrinha-afilhada, Eduarda Alessandra. Formada em Letras, mestra em Estudos Linguísticos – Fonologia, amante da Linguística, em todas suas variações, além de uma profunda admiração pelo professor José S. de Magalhães. Atualmente é assistente de alunos no IFTM – Campus Uberlândia. A arte da poesia é o presente sentimento da vida.

### **Cristiane Carvalho de Paula Brito**

Sou Professora do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia (ILEEL/UFU). Mestre e doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Coordeno o Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos Polifônicos (LEP) e sou vice-coordenadora do Grupo de Pesquisa Linguagem Humana e Inteligência Artificial (LIA). Investigo a formação

de professores e o ensino-aprendizagem de línguas, com base nos estudos da Análise do Discurso e da Linguística Aplicada. Cantar, ler, conversar com as amigas e comer coisas gostosas têm me ajudado a não surtar na pandemia.

### **Danilo Côrrea Pinto**

É um mamífero que escreve. A paixão pela linguagem artística o faz ser linguista, ator e pesquisador da arte brasileira, em geral. Na quarentena, o seu antídoto é o chá, a poesia e as vídeo-chamadas com amigos e familiares.

### **Eliana de Sousa Andrade Ladeira**

É Mestranda em Estudos Linguísticos na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É Especialista em Administração Escolar e Inspeção Escolar pela Faculdade Futura (2018), Especialista em Supervisão e Orientação Educacional pela Universidade Cruzeiro do Sul (2018) e Especialista em Ensino de Língua Inglesa, Letramentos e Tecnologias na Educação Básica pela mesma universidade (2017). Graduiu-se em Pedagogia pela Universidade Federal de Franca (2017) e em Letras, habilitação em Inglês e Literaturas de Língua Inglesa pela UFU (2015). É pesquisadora e membro do Grupo de Pesquisa O Corpo e a Imagem no Discurso – CID. Sua área de concentração está nos estudos de Linguística e Linguística Aplicada, e sua linha de pesquisa é Linguagem, Ensino e Sociedade. Atualmente é professora na E.E. Américo René Giannetti, Uberlândia – MG. Tem formação em Magistério anos iniciais do Ensino Fundamental (1991). Tem experiência na área de Educação, como professora efetiva de Língua Inglesa, e professora de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

### **Fabiane Lemes**

Sou licenciada em Letras, Língua Portuguesa e suas Literaturas pela UFU - Universidade Federal de Uberlândia, e Mestre em Estudos Linguísticos pela mesma instituição, da qual atualmente sou aluna no curso de Doutorado Acadêmico em Estudos Linguísticos. Sou pesquisadora do CID - O Corpo e a Imagem no Discurso – grupo que integro desde 2015, e minha pesquisa se vincula à Linguagem, Língua e Discurso. Devido à imprescindibilidade dos afetos no decorrer da pesquisa, os quais atuam como suporte emocional num percurso repleto de incertezas e muitas vezes hostil, em razão do enrijecimento comum da academia, percebo o distanciamento impulsionado pela pandemia como um grande desafio na pós-graduação.



**Fabiene de Oliveira Santos**

Doutoranda e mestra pelo Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia. Graduada em Letras e Pedagogia pela Universidade de Uberaba. Pesquisadora e, atualmente, membro dos grupos de pesquisa: “Linguagem Humana e Inteligência Artificial” e “O Corpo e a Imagem no Discurso”. Tem interesse na área de Educação, Língua Portuguesa, Linguística Aplicada, Pragmática, Filosofia da Linguagem e Análise do Discurso Francesa. Pesquisa temas que envolvem: corpo, gênero e linguagem, ensino e aprendizagem de línguas, decolonialidade, linguagem e tecnologias digitais. Como apreciadora da vida e das formas de expressão, é admiradora sensível de modos de linguagem como as artes plásticas, visuais e auditivas, o cinema, a música e a literatura.

**Giselly Tiago Ribeiro Amado**

É doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia, pesquisadora e membro dos Grupos de Pesquisa: CID – O Corpo e a Imagem no Discurso, assim como do LIA - Linguagem Humana e Inteligência Artificial. Desenvolve pesquisas com uma perspectiva decolonial ligadas ao ensino-aprendizagem de língua inglesa como língua estrangeira por meio das novas tecnologias de informação e comunicação, em especial com o uso de inteligência artificial. Adora estar em contato com a natureza, em especial curtindo a água com a família, uma forma de recarregar as energias sempre!

**Henrique de Oliveira Moreira**

Possui graduação em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciência e Letras de Ituverava (2002). Pós-graduação em Alfabetização pela Universidade Castelo Branco (2007) e Pós-graduação em Gestão Escolar pela UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto). É professor efetivo da educação básica, técnica e tecnológica do Instituto Federal do Triângulo Mineiro desde 30 de junho de 2016. Coordenador do Curso de Letras do Instituto Federal Campus Uberaba Parque Tecnológico desde abril de 2019. Atuou como diretor da Escola Estadual São Benedito de Uberaba de 27 novembro de 2010 até 30 de junho de 2016. Antes, professor de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Literatura Brasileira e Portuguesa e Redação em diversas escolas de Uberaba, entre 2002 e 2016.

**Isabella Zaiden Zara Fagundes**

Mestranda em Estudos Linguísticos da UFU e graduada em Letras e Ciência da Computação. Pesquisadora e membra dos Grupos de Pesquisa: Linguagem



Humana e Inteligência Artificial, O Corpo e a Imagem no Discurso e da equipe de pesquisa do Laboratório Virtual para Aprendizagem de Língua Inglesa. Desenvolve pesquisas com uma perspectiva decolonial ligadas ao ensino-aprendizagem de língua inglesa como língua estrangeira por meio das novas tecnologias de informação e comunicação, em especial com o uso de inteligência artificial. Durante a pandemia as produções acadêmicas serviram como uma via de escape para suportar o isolamento e as incertezas do período.

### **Joyce Silvestre de Sousa**

Graduada em Gestão Ambiental, Doutora em Recursos Hídricos em Sistemas Agrícolas. Atua na área ambiental. Nascida em São Paulo, paulistana da gema, mas mineira por encantamento; tendo toda sua jornada caminhada ao som das prosas de Minas Gerais acompanhada por um bom café. Instrutora de yoga e meditação; estudiosa do autoconhecimento e leveza da vida. Amante da música, das artes, da dança e da profundidade da escrita.

### **Mariana Ruiz Nascimento**

Mariana Ruiz Nascimento é Doutoranda e Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É também especialista em Português Língua Estrangeira e Cultura Brasileira e graduada em Letras - Habilitação em Inglês e Literaturas de Língua Inglesa pela mesma universidade. Seus interesses de pesquisa incluem Linguística Aplicada, Ensino de Línguas Estrangeiras, Formação de Professores, e Análise de Materiais Didáticos. Nas horas vagas gosta de escrever cartas e cartões postais aos amigos, o que tem sido uma atividade de distração durante a pandemia da Covid19.

### **Max Andrade**

Leitor de quadrinhos desde a infância por intermédio do pai, teve contato com títulos da Turma da Mônica, Disney, Marvel Comics e DC Comics, porém, após o lançamento do mangá Dragon Ball de Akira Toriyama em 2000 pela Conrad Editora, passou a se inspirar nos quadrinhos japoneses. Em 2008, lançou a HQ Interhigh Fight, em estilo mangá. Em junho de 2011, lançou a webcomic Tools Challenge. Em 2016, foi um dos vencedores do concurso internacional Silent Manga Audition da editora japonesa Coamix Corp of Japan. Em 2020, lançou o financiamento coletivo de Juquinha - O Solitário Acidente da Matéria, com uma webcomic publicada originalmente no Instagram durante o período de isolamento social como prevenção contra a COVID-19.

**Otaviano José Pereira**

Possui Graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1980), Mestrado em Filosofia Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1987), Doutorado em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (1992); e Pós-doutorado em Educação pela Uninove de São Paulo (2016). É professor no IFTM, campus Uberaba-MG. Integra o grupo de pesquisa em Educação (GRUPEFE) e o Grupo de Pesquisa em Discurso e Educação (GPDE). Trabalha a partir dos Fundamentos Filosóficos da Educação, com ênfase em: Crítica da Modernidade, Novo paradigma em educação escolar, Tecnologias da Interatividade e educação. Paralelamente produz textos literários (contos, romances, poemas, teatro), com obras publicadas em várias editoras do país. Publicou, em 2014, um romance intitulado “Travessia: romancensaiio da educação escolar”, pela Paco Editorial e o livro de contos “Narciso cego”, em 2016.

**Rogério de Castro Ângelo**

Corredor amador, marido, pai, professor. Doutorando em Estudos Linguísticos no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEL-UFU). Possui Licenciatura em Letras Português/Inglês e Literaturas pela Universidade Federal de Uberlândia (2011) e mestrado em Estudos Linguísticos pelo PPGEL-UFU (2020). Atualmente é professor de português/inglês do IFTM campus Ituiutaba. É membro dos grupos de pesquisa CID (O Corpo e a Imagem no Discurso), LIA (Linguagem Humana e Inteligência Artificial), LEP (Laboratório de Estudos Polifônicos), CEPF (Círculo de Estudos e Pesquisas Freireanos), GEDIS (Grupo de Estudos sobre Discurso, Interseccionalidade e Subjetividade) e AGORA (Grupo de Pesquisa em Pensamento, Filosofia, Arte e Cultura do IFTM).

**San Thiago de Araújo e Silva**

Sou mestrando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia e membro pesquisador dos grupos de pesquisa “O Corpo e a Imagem no Discurso”, “Linguagem Humana e Inteligência Artificial” e “Grupo de Estudos sobre Discurso, Interseccionalidade e Subjetividade”. Pesquiso os conceitos de sexo, gênero e sexualidade, investigando o funcionamento e a emergência de identidades, calcando-me em estudos queer, feministas e decoloniais. Corpo falante; sagitariano curioso; vegetariano convicto; amante da vida, de café e de boas his/estórias, sigo a doutrina espiritual(izante) de questionar estruturas que produzem e naturalizam as opressões, exercício que me mantém vivo em momentos obscuros como os pandêmicos.

**Simone Batista da Silva**

É docente/pesquisadora da UFRRJ, Rio de Janeiro. Licenciada em Letras - Português/Inglês, especialista em Língua Inglesa, obteve seu título de Mestre em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis – UCP, e doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, pela Universidade de São Paulo - USP. Com atuação na graduação e na pós-graduação na área de Didática e Prática de Ensino de Língua Inglesa, lidera o GEPELI, grupo de pesquisa vinculado ao Projeto Nacional de Letramentos, e seus interesses de pesquisa estão voltados para formação de professores de línguas, transculturalidade, decolonialidade e letramentos.

**Simone Tiemi Hashiguti**

É docente na Universidade Federal de Uberlândia – UFU, em Uberlândia, MG. Bacharel em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, titulouse Mestre e Doutora em Linguística Aplicada pela mesma universidade. Gosta de investigar questões sociais que urgem de atenção, reflexão e transformação. Atualmente, seus interesses de pesquisa voltam-se ao pensamento nômade, ao pensamento decolonial, às epistemologias emergentes e a questões sobre linguagem humana e inteligência artificial. Adora produções acadêmicas que envolvam arte e possibilitem maior criatividade de pensamento. Tem passado a pandemia em regado confinamento. Conta com a companhia de familiares e de suas duas gatinhas e tenta praticar yoga para conseguir respirar sob o peso dos eventos tristes e sombrios que vêm ocorrendo na pandemia.

**Victor Peçanha de Miranda Coelho**

Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Paraíba (2006), Mestre e Doutor em Botânica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM). Tem experiência na área de Botânica, com ênfase em Anatomia Vegetal, atuando principalmente nos seguintes temas: botânica aplicada, anatomia de plantas medicinais e histoquímica vegetal. Atualmente é coordenador do Mestrado Profissional em Produção Vegetal do IFTM, Campus Uberaba e tem trabalhado com extratos vegetais para o controle de pragas agrícolas, germinação de sementes e produção de mudas de espécies nativas ou cultivadas.



[www.pimentacultural.com](http://www.pimentacultural.com)

# EXPURGAR A DOR

Reflexões  
sobre linguagem  
e criações  
artísticas  
de sobrevivência  
durante  
a pandemia  
de Covid-19